

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA NO ENTORNO ESTRATÉGICO
DO ATLÂNTICO SUL:
SUA LEGITIMAÇÃO ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO**

Rio de Janeiro
2016

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA NO ENTORNO ESTRATÉGICO
DO ATLÂNTICO SUL:
SUA LEGITIMAÇÃO ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.
Área de concentração: Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Claudio Marin Rodrigues

Rio de Janeiro
2016

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA NO ENTORNO ESTRATÉGICO
DO ATLÂNTICO SUL:
SUA LEGITIMAÇÃO ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.

Área de concentração: Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Aprovada em 27 de janeiro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Marin Rodrigues, EGN, Doutor pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil, CPF N° 351.388.587-34.

Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral, EGN, Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil, CPF N° 724.772.537-00.

Prof. Pós-Dr. Marcial Alécio Garcia Suarez, UFF, Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo – São Paulo, Brasil, CPF N° 004.834.109-69.

DEDICATÓRIA

À minha família, Jurema, Jerônimo e Junior, os três pilares que desde sempre têm me apoiado no sentido mais amplo da palavra, sempre me conferindo amor, paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo o suporte a mim conferido durante minha breve jornada acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Claudio Marin, pelo apoio, paciência, confiança, orientação e atenção a mim direcionados durante esse período de dois anos de jornada acadêmica, que muito acrescentaram tanto para meu desenvolvimento intelectual, como pessoal.

À Escola de Guerra Naval, pela oportunidade de realização do curso de mestrado em Estudos Marítimos.

A todo o corpo docente e técnico do Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos, sempre dispostos a auxiliarem no que fosse necessário.

Aos amigos e colegas de turma, civis e militares sempre dispostos a contribuir, com uma boa conversa, uma palavra de apoio, ou um marco teórico.

"Power is like the weather. Everyone depends on it and talks about it, but few understand it. Just as farmers and meteorologists try to forecast the weather, political leaders and analysts try to describe and predict changes in power relationships. Power is also like love, easier to experience than to define or measure, but no less real for that."

(NYE, Joseph, 2004, p.1)

RESUMO

Este trabalho investiga o movimento brasileiro de inserção em seu entorno estratégico do Atlântico Sul. O foco é voltado para legitimação dessa inserção através dos projetos de cooperação realizados com os países africanos, membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, Angola e Namíbia. Duas teorias são utilizadas como base para o estudo, a da Interdependência Complexa, e a do *soft power*, ambas desenvolvidas por Joseph Nye, a primeira juntamente com Robert Keohane. Em seguida, é descrita a política externa brasileira, investigando a prioridade conferida às cooperações Sul-Sul. Por fim, é abordado o tema das cooperações técnicas e militares dadas no continente africano, apontando os benefícios auferidos pelo Brasil com essa postura.

Palavras-chave: Brasil. Política Externa. Atlântico Sul. Cooperação Internacional. Soft power.

ABSTRACT

This paper investigates the Brazilian movement of insertion in its strategic environment of the South Atlantic. The focus is on legitimacy of this insertion through cooperation projects conducted with African countries, members of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic, Angola and Namibia. Two theories are used as the basis for the study, the Complex Interdependence, and the Soft power, both developed by Joseph Nye, the first together with Robert Keohane. Next, it describes the Brazilian foreign policy, investigating the priority conferred to South-South cooperation. Finally, it addresses the issue of technical and military cooperation given on the African continent, pointing out the benefits earned by Brazil with this stance.

Keywords: Brazil. Foreign Policy. South Atlantic. International Cooperation. Soft power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Densidade das rotas de transporte marítimo global.....	71
Ilustração 2 - Presença europeia no Atlântico Sul.....	80
Ilustração 3 - Estados pertencentes à ZOPACAS.....	88
Ilustração 4 - Mapa da República de Angola	119
Ilustração 5 - Gráfico de relações comerciais bilaterais entre Brasil e Angola no período 1995-2010	122
Ilustração 6 - Gráfico de relações comerciais bilaterais entre Brasil e Angola no período 2002-2011	123
Ilustração 7 - Gráfico de temas das cooperações bilaterais 2003-2010.....	126
Ilustração 8 - Mapa da República da Namíbia	127
Ilustração 9 - Gráfico das relações comerciais bilaterais entre Brasil e Namíbia no período 1992-2013.....	133
Ilustração 10 - Infográfico da Cooperação em Defesa do Brasil na África (1994-2015).....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para África
AH	Assistência Humanitária
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANA	Agência Nacional de Águas
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
AOD	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
APECD	Assessoria de Projetos Especiais da Câmara dos Deputados
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
CAMEX	Câmara do Comércio Exterior
CEPE	Centro de Estudos Político-Estratégicos
CGG	Comissão do Golfo da Guiné
CIA	Central Intelligence Agency
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNPMF	Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical

CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COBRADI	Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
COFIEEX	Comissão de Financiamento Externo
COMCONTRAM	Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo
CPA	Corte Permanente de Arbitragem
CPD	Cooperação para o Desenvolvimento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTH	Cooperação Técnica Horizontal
CTI	Cooperação Técnica Internacional
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DHN	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DIC	Divisão de Inteligência Comercial
DPR	Departamento de Promoção Comercial e Investimentos
EGN	Escola e Guerra Naval
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESAF	Escola de Administração Fazendária
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento

FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPSO	Floating Production Storage and of Flooding
FUNAG	Fundação Alexandre Gusmão
HKND	Hong Kong Nicaragua Canal Development
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMO	Organização Marítima Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRBr	Instituto Rio Branco
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
LEPLAC	Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
OIs	Organizações Internacionais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PC	Plataforma Continental
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
SECIRM	Secretaria de Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERPRO	Serviço de Processamento de Dados
SIGAP	Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SUBIN	Subsecretária de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
SWAPO	South-West Africa People's Organisation
TCU	Tribunal de Contas da União

TEU	Twenty-foot Equivalent Unit
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
ZPCSA	Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	16
2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
2.1 - Metodologia	22
2.2 - A Relação entre Poder e a Interdependência Complexa	24
2.3- O Brasil na Via do Multilateralismo	37
2.4- A Política Externa Brasileira na segunda metade do século XX e início do XXI	45
3 - O BRASIL E O ATLÂNTICO SUL	65
3.1- A importância dos oceanos	65
3.2 - O Entorno Estratégico Brasileiro	67
3.2.1- O Papel da Marinha do Brasil na Região	82
3.2.2- O Brasil e a ZOPACAS	84
4 - A COOPERAÇÃO BRASILEIRA	97
4.1 - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	97
4.1.1 - As Cooperções Sul-Sul	103
4.2 - O continente parceiro	109
4.2.1 - A relação do Brasil com a África sul-atlântica	115
4.3 - O caso de cooperação com a República de Angola	119
4.4 - O caso de cooperação com a República da Namíbia	127
4.4.1- A cooperação de cunho militar	135
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	159

1 - INTRODUÇÃO

O Brasil em seu histórico de atuação de política externa tem buscado maior inserção e notabilidade no cenário internacional. Para o alcance desses objetivos de política externa no cenário internacional, o Estado busca o diálogo entre seus pares, e simultaneamente atua em diversos organismos internacionais. Das áreas de atuação do Estado, podemos destacar: a diplomática, de segurança, econômica, social, de cooperação, entre outras. Dos locais utilizados pelo Estado para a disseminação de seus ideais e interesses, podemos destacar os foros multilaterais e as organizações internacionais.

No cenário internacional, o país busca sempre atuar de forma coerente, prezando e baseando-se em princípios constitucionais presentes no Artigo 4º da Constituição Federal de 1988, como o de autodeterminação dos povos, prevalência dos Direitos Humanos, defesa da paz, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, entre outros. Nesta busca por inserção e notabilidade internacionais, o Brasil tem destinado crescente foco aos países da região do Atlântico Sul, por conta de seus interesses econômicos e estratégicos na região, além do fato dessa fazer parte de seu entorno estratégico.

O Brasil mantém diversos projetos de cooperação, assim como um estreito diálogo com os países de seu entorno estratégico. Tal postura cooperativa da política externa brasileira é embasada e justifica-se por uma série de documentos internos, assim como pelos princípios regentes das relações internacionais do Estado. Desses documentos internos, podemos destacar a Política Nacional de Defesa (PND), um dos documentos de mais alto nível sobre Defesa no país, que destaca em sua quarta seção: "Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica" (BRASIL, 2012, p. 37).

Além de buscar apoio e legitimidade junto aos Estados da região do Atlântico Sul, o Brasil possui variados interesses em relação a essa localidade. Isto, uma vez que o espaço geoestratégico é palco de uma gama de recursos minerais e naturais, como o petróleo. Parte destes recursos encontra-se situada na Amazônia Azul¹, que é o nome dado à região que

¹ Essa é a denominação atribuída ao território marítimo brasileiro, situado no Atlântico Sul, oceano que banha o Brasil. A região engloba um território marítimo de tamanho aproximado de 3,6 milhões de km². Esse

engloba o território marítimo brasileiro com tamanho equivalente, aproximado a 3,6 milhões de km², que se situa no Atlântico Sul.

Realiza-se um estudo acerca da importância estratégica da região do Atlântico Sul para o Brasil, apontando como esse espaço pode ser de relevante auxílio para que o Estado alcance seus objetivos no cenário internacional. Consolida-se um debate sobre a presença do Brasil na região do Atlântico Sul, sendo essa legitimada através dos projetos de cooperação executados com países membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul² (ZOPACAS).

A ZOPACAS é um foro de discussões que foi criado no ano de 1986, no âmbito do Atlântico Sul, por iniciativa brasileira. Em adversão à lógica de bipolaridade do período, a Zona foi concebida com o sentido de prevalência de elementos como a paz e a cooperação, com a ausência de armamentos de destruição em massa. É oportuno destacar, que embora careça de institucionalização adequada, a ZOPACAS possui uma significativa relevância para a consolidação dos objetivos nacionais do Estado brasileiro, assim como destacada pertinência para a manutenção da estabilidade no espaço do Atlântico Sul. A relevância desse para o Brasil repousa no fato do foro ser um espaço multilateral, que possui a capacidade de auferir ao Brasil a possibilidade de obtenção de aliados e parceiros no cenário internacional, que possam oferecer-lhe apoio político neste ambiente.

No decorrer do estudo são abordados temas de: cooperação internacional, segurança da região do Atlântico Sul, multilateralismo, e a inserção brasileira no cenário internacional. O recorte temporal do trabalho consiste no período compreendido entre 1995 e 2010, referente aos governos de Fernando Henrique Cardoso³ (1995-2002) e Lula da Silva⁴ (2003-2010), com o foco nesse segundo momento.

território é crucialmente importante para o Brasil por possuir recursos naturais vivos e não-vivos. Atribui-se a cunhagem do termo ao Almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho (BRASIL, 2015a).

² A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), foi criada no dia 27 de outubro de 1986, através da resolução 41/11, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Dentre os principais objetivos da ZOPACAS, podemos destacar a paz, cooperação, a ausência de armamentos nucleares, ou de bases militares de potências exógenas ao Atlântico Sul, na região. O ZOPACAS envolve os países banhados pelo Atlântico Sul, da América Latina, e litorais da costa oeste africana.

³ Fernando Henrique Cardoso é um político e sociólogo brasileiro nascido em 18 de junho de 1931. Ao longo de sua carreira política ocupou diversos cargos públicos do qual o mais relevante foi o de Presidente da República (1995-2002), no qual esteve por dois mandatos.

⁴ Luiz Inácio Lula da Silva é um político brasileiro, nascido em 27 de outubro de 1945. Lula foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), partido político pelo qual foi eleito presidente da república por dois mandatos consecutivos (2003-2010).

Para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se do pressuposto de que no período de tempo destacado, o Brasil alcançou avanços significativos em relação ao fortalecimento da ZOPACAS, dos quais podemos destacar o aumento de sua institucionalização, o que refletiu no aperfeiçoamento em relação ao entendimento diplomático entre as partes, assim como proporcionou a execução de projetos de cooperação, tanto no âmbito deste foro, como no tocante bilateral. Ainda, que o Brasil recebeu, na esfera internacional, o apoio destes países pertencentes à Zona, destacando que este apoio teria de fato auxiliando o Brasil em uma maior projeção tanto na região como no cenário internacional. Destaca-se que tal projeção brasileira no espaço do Atlântico Sul, é visualizada como favorável aos interesses do Brasil em âmbito internacional, de maior projeção, visibilidade e atuação nesse cenário.

O principal objetivo da pesquisa é o de verificar a atuação brasileira na cooperação com países da região do Atlântico Sul, localizados na África ocidental, e que pertencem à ZOPACAS, de modo a verificar os ganhos auferidos pelo Brasil nesse processo. Para a delimitação do universo de pesquisa, foram escolhidos dois países pertencentes ao foro, a Angola e a Namíbia.

Destaca-se que a atuação brasileira no destacado espaço geoestratégico, é embasada tanto nos interesses brasileiros, como nos princípios que regem as relações internacionais do país. Os projetos de cooperação executados pelo Brasil com os destacados países membros do foro, funcionam como forma de aumentar a relevância política entre as partes, assim como proporcionar o fortalecimento da instituição ZOPACAS em si. Destaca-se ainda que o apoio destes países e fortalecimento da instituição são elementos importantes para o alcance dos objetivos do Brasil no cenário internacional.

Para analisar o tema destacado, o trabalho utiliza como marco teórico a teoria neoliberal denominada Teoria da Interdependência Complexa, formulada e defendida por Joseph Nye⁵ e Robert Keohane⁶. Ressalta-se que embora a Teoria da Interdependência tenha

⁵ Joseph Samuel Nye é um cientista político norte-americano nascido em 19 de janeiro de 1937. Juntamente com Robert Keohane, desenvolveu diversas teorias e conceitos das relações internacionais. Destas pode-se destacar a teoria da interdependência complexa, do *Soft power*, do *Smart Power*, entre outras. Possui título de Ph.D. em Ciência Política, obtido pela Universidade de Harvard. Ocupou o cargo de secretário-assistente de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, durante o governo Clinton, de 1994 a 1995. Atualmente Nye é professor da Harvard Kennedy School (HARVARD KENNEDY SCHOOL, 2015).

⁶ Robert Owen Keohane é um cientista político norte-americano nascido em 3 de outubro de 1941. Keohane é bacharel em filosofia pela Shimer College, desde 1961, e em 1966 tornou-se PhD pela Harvard University. Atualmente é professor de Relações Internacionais da Princeton University. Como destacado, juntamente com Joseph Nye desenvolveu diversas teorias e conceitos para as relações internacionais. É considerado um neoliberalista, e já escreveu diversas obras que tratam sobre os temas de poder, da hegemonia norte-

tido suas origens no Século XIX, com base nos pensamentos e teorias do pensador Benjamin Constant⁷ posteriormente foi aprimorada, de modo que teve sua maior expressão no fim dos anos de 1980, através das obras dos citados autores.

A ferramenta para a construção da análise, é composta pelo método indutivo, para isto, são utilizados para o desenvolvimento da pesquisa tanto dados quantitativos quanto os qualitativos. Os dados quantitativos referem-se às cooperações executadas durante o período de vigência dos governos destacados.

Para o levantamento de dados e informações, foram empregadas fontes primárias, como a Constituição Federal de 1988 (CF), a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 (END), o Livro Branco de Defesa Nacional de 2012⁸ (LBDN), a Política Nacional de Defesa de 2013, discursos pontuais e de posse realizados por ministros, representantes oficiais do país e Presidentes, assim como acordos e tratados de cooperação firmados entre os governos do Brasil e dos países destacados, assim com informações sobre o comércio bilateral entre as partes.

Foram utilizados ainda, demais elementos, documentos, informações e dados contidos em sites institucionais, como da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Defesa (MD), Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outros.

Este trabalho conta ainda com o apoio de diversas obras que tratam sobre os temas de cooperação internacional, inserção internacional brasileira, política externa, Atlântico Sul e sobre a atuação brasileira nos países destacados.

Destes trabalhos, podemos destacar: obras consolidadas no meio acadêmico, como "História da política exterior do Brasil" (2002), de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno; assim como um trabalho que trata sobre cooperação internacional, de Carlos Alfonso Iglesias Puente, denominado "A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política

americana, assim como interdependência. Suas principais obras são: *After Hegemony* (1984), *International Institutions and State Power* (1989), e livro escrito em conjunto com Joseph Nye, *Power and Interdependence: World Politics in Transition* (1977) (PRINCETON UNIVERSITY, 2015).

⁷ Henri-Benjamin Constant de Rebecque, foi um filósofo, escritor e político suíço nascido em 25 de outubro de 1767 e morto em 8 de dezembro de 1830. Estudou nas Universidades de Erlangen e Edimburgo. Foi um político durante boa parte de sua vida. Constant possuía ideais liberais, e foi com base em seus pensamentos e teorias, que surgiram diversas teorias, como a da interdependência (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2014).

⁸ É válido ressaltar, que embora alguns documentos estejam temporalmente fora do recorte proposto pelo trabalho, estes são de destacada relevância para o desenvolvimento deste.

externa" (2005). Também, artigos como o "Atlântico Sul: Projeção estratégica do Brasil para o Século XXI" (2013) de André Luiz Varella Neves, assim como a obra "O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico" (2014), uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), organizada por Reginaldo Nasser e Rodrigo de Moraes, assim como diversos outros trabalhos.

O trabalho subdivide-se em cinco capítulos: esta introdução que pontuou de forma abrangente os temas e aspectos que serão tratados no decorrer do trabalho, assim como o embasamento metodológico deste.

O segundo capítulo busca criar um alicerce teórico consolidado a respeito da temática abordada, de modo que apresenta a literatura utilizada, assim como detalha a metodologia empregada para análise da questão. Nesse capítulo ainda são correlacionadas as teorias utilizadas no trabalho, assim como é construído um histórico da política externa do Brasil para com o continente africano.

No terceiro capítulo descreve-se a região do Atlântico Sul como parte do entorno estratégico do Brasil, apontando as medidas executadas pelo Estado para a garantia da segurança e utilização da região em prol do próprio desenvolvimento, e dos demais Estados envolvidos. Ainda, é realizado um histórico da ZOPACAS, apontando os esforços brasileiros direcionados para essa Zona, desde sua criação.

O quarto capítulo dedica-se a apresentação dos projetos de cooperação realizados com Namíbia e Angola, destacando o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento. Nesse capítulo ainda é realizado um panorama sobre as oportunidades existentes no continente africano, e como as empresas brasileiras tem sido inseridas nessa dinâmica.

Por fim a conclusão, que apresenta considerações tecidas através da análise da problemática, assim como as implicações políticas da atuação brasileira na região do Atlântico Sul. Nesse ponto ainda são apresentadas as principais ideias desenvolvidas no decorrer do trabalho.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente capítulo possui o cunho teórico e visa realizar um levantamento dos autores e obras que auxiliarão no processo de desenvolvimento do trabalho, assim como no entendimento da problemática. Será apresentada a teoria da Interdependência Complexa, como teoria norteadora da dissertação, e demais conceitos teóricos auxiliares que serão utilizados como suporte para a análise da atuação brasileira em seu entorno estratégico. Apresenta-se nesse ponto também, uma descrição dos métodos e instrumentos utilizados para a confecção do trabalho.

Será realizado um levantamento dos momentos históricos, em que a política externa do Brasil focou-se no continente africano. Para o tal, construir-se-á um debate geral a respeito da formulação das políticas externas do Brasil, destacando políticas elaboradas por elementos como: Barão de Rio Branco (1845-1912), um dos marcos da política externa brasileira; Afonso Arinos (1905-1990) e San Tiago Dantas (1911-1964), formuladores da Política Externa Independente (PEI), Azeredo da Silveira (1917-1990), que resgatou os princípios da PEI e Celso Amorim, que também resgatou os princípios da PEI, utilizando-os para dar um novo enfoque às relações Sul-Sul. Destaca-se a importância da PEI como base para a formulação de estratégias, enfoques e conceitos políticos e diplomáticos essenciais para a construção de diversos posicionamentos posteriores da política exterior do Brasil.

Não é possível desenvolver um debate sobre relações interestatais, sem colocar em pauta o poder, que é o elemento principal que rege as relações entre os Estados. A questão do poder será tratada sob a ótica clássica, de autores como Max Weber (1864-1920), assim como sob a atual, na visão do teórico José Luis Fiori, assim como diversas outras obras que complementam o entendimento sobre a temática.

A seguir, no fim do capítulo, será realizada uma revisão bibliográfica de obras que foram utilizadas como arcabouço teórico para o desenvolvimento da pesquisa. Serão pontuadas obras que tratam sobre temas de: cooperação internacional, desenvolvimento, multilateralismo, poder, Atlântico Sul, dentre outros. Serão estabelecidas as relações entre os temas, de modo a destacar a influência exercida por esses elementos na política externa brasileira. Serão ainda verificados documentos oficiais que tratam sobre as políticas traçadas pelos formuladores da política externa do Estado brasileiro.

2.1 - Metodologia

O método de abordagem utilizado para a construção da argumentação da dissertação foi o indutivo. Esse método, como apontado por Lakatos e Marconi, consiste na "aproximação dos fenômenos [que] caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente)" (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.111).

Os métodos de procedimento utilizados foram o histórico e comparativo, sendo esses, de acordo com as mesmas autoras, dois dos principais métodos utilizados na confecção das pesquisas no âmbito das ciências sociais.

Os argumentos basilares para a construção do trabalho consistem em análises, sobretudo bibliográficas e documentais, das quais o levantamento de dados se deu a partir de fontes primárias, especialmente de instituições oficialmente vinculadas ao Estado brasileiro. Dito isso, destaca-se que a técnica utilizada foi a de observação indireta, que abrange a pesquisa documental.

O recorte temporal moldado envolve o período compreendido entre 2003 e 2010. Outrossim, o recorte espacial é voltado para a região localizada no Atlântico Sul, com o foco no Brasil, assim como nos países da costa ocidental africana, sendo Angola e Namíbia os Estados selecionados para representarem esse universo. Como estabelecido previamente, o trabalho executa uma investigação acerca da legitimidade da inserção brasileira na região do Atlântico Sul, através da execução de projetos de cooperação com Estados africanos situados na região. Para o tal, justificando a escolha dos países utilizados como exemplos, aponta-se que esses são dois dos quais o Brasil estabeleceu, no período temporal previamente recortado, projetos de cooperação. Esses, como já pontuados, são a República de Angola e a República da Namíbia.

Angola foi eleita por ser um Estado com o qual o Brasil possui profundos laços linguísticos e culturais, assim como uma relação bilateral estável e duradoura, de longa data, haja vista que o Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer formalmente a independência angolana, no ano de 1975. Em adição, bilateralmente, as partes possuem diversos projetos bem-sucedidos de cooperação executados. Já a Namíbia, é um país que obteve sua independência tardiamente, em 1990, situado na costa ocidental africana. Apesar do Brasil não possuir proximidades culturais ou linguísticas com esse Estado, cultivava uma estreita

relação bilateral que se iniciou sobretudo após a execução de um projeto de cooperação no âmbito da Defesa, iniciado no ano de 1994. Faz-se importante ressaltar que ambos os Estados ficam situados dentro do que o Brasil compreende como seu entorno estratégico, e são membros da ZOPACAS.

Tendo em foco o universo eleito para representar os Estados pertencentes à Zona, destaca-se que esse não será objeto de um estudo de caso. O estudo de caso é um método de pesquisa científica com especificidades bastante rígidas, de modo que para a viabilização do mesmo, a construção de todo o trabalho deveria ser voltado para o tal, o que não é oportuno no caso em questão por fugir do foco principal. Como aponta Colmerlato, para a construção de um Estudo de caso, é necessário que:

[As] três situações nas quais o estudo de caso é indicado. A primeira é quando o caso em estudo é crítico para se testar uma hipótese ou teoria explicitada. A segunda situação para se optar por um estudo de caso é o fato dele ser extremo ou único. A terceira situação se dá quando o caso é revelador, que ocorre quando o pesquisador tem acesso a um evento ou fenômeno até então inacessível à pesquisa científica. (COLMERLATO, 2012, p.1 apud YIN, 2005).

Pelos motivos apresentados, optou-se por não alocar os Estados utilizados como amostra, na categoria de estudo de caso. Sendo assim, destaca-se que o trabalho não se dedica à construção de um estudo de caso, sim utiliza e modula as amostras visando subsidiar os argumentos defendidos.

O trabalho sustenta-se no pressuposto de que no período destacado, o Brasil foi capaz de obter resultados positivos em relação aos seus objetivos na região, assim como no que tange maior projeção do Estado no cenário internacional, tendo suas ações e posturas legitimadas pelos Estados da localidade.

Destaca-se que, na medida do possível, as obras, assim como os autores são apresentados e desenvolvidos de maneira cronológica. Porém, para que não seja interrompida a sequência lógica dos argumentos tecidos, a questão cronológica pode não ser rigorosamente representada.

2.2 - A Relação entre Poder e a Interdependência Complexa

Como já ressaltado anteriormente, não é possível construir uma discussão acerca das relações entre Estados e os demais atores internacionais, sem se levar em conta o fator poder, uma vez que esse é o principal elemento que rege as relações internacionais. Tal conceito pode variar de acordo com o tempo, contexto ou linha de pensamento vigentes, porém algo que basicamente sempre poderá se relacionar ao conceito, é a questão dos interesses de um indivíduo sendo impostos e triunfando em relação aos do outro indivíduo, o que se configura no exercício do poder.

Dialogando conceitualmente, no contexto de relações entre Estados, Bobbio, Matteuci, e Pasquino definem o Poder como:

Habilidade ou capacidade de levarmos outros a fazer o que de outra forma não fariam. Capacidade de indivíduos ou membros de um grupo alcançar objectivos [sic] ou favorecer os seus interesses. O poder é um aspecto presente em todas as relações humanas. Muitos conflitos de uma sociedade são lutas de poder, porque quanto mais poder um indivíduo ou grupo detiver maior é a capacidade de conseguir o que quer (à custa dos outros). Das geratrizes estruturais do poder nacional a sua componente social não é menos importante que a geográfica. Uma e outra formam o núcleo de toda a vida do Estado. A população, tal como o território, são os elementos essenciais do Estado. As componentes sociais apresentam duas vertentes principais: a população e a cultura (BOBBIO; MATTEUCI, PASQUINO 1998, p.143).

Destaca-se que o fator norteador das relações interestatais sempre foi o poder. Na Grécia antiga, como relatado pelo historiador grego Tucídides (460 A.C - 400 A.C.) em sua obra "História da Guerra do Peloponeso" (1628)⁹, o poder militar aliado à melhor estratégia eram os fatores essenciais para que um Estado se fizesse vitorioso nas guerras, frente aos demais. Destaca-se que nesse período, o espectro da guerra, personificado no uso da força era o principal elemento mediador das relações internacionais. Na atualidade a situação é diferente, uma vez que o poder em suas diversas formas, como o econômico e político para exemplificar, mediam as relações interestatais, porém em última instância, o poder militar ainda é a principal forma.

⁹ A obra original é uma coletânea composta por 8 livros, que foi escrita na Grécia Antiga pelo historiador grego Tucídides, no século V a.C, que relata a guerra entre as cidades-Estado de Esparta e Atenas. A obra obteve maior expressão internacional e valorização no ocidente após a tradução realizada pelo filósofo inglês Thomas Hobbes em 1628 (PERSEUS, 2015).

Nesse tipo de relação que se dá entre os Estados, esses tendem a projetarem seu poder, e conseqüente influência, para além de suas fronteiras nacionais, com o intuito de alcançarem seus objetivos, políticos, econômicos e estratégicos, no cenário internacional. É importante destacar, que muitas das vezes, essa projeção de poder pode se dar de maneira litigiosa entre as partes envolvidas. No Sistema Internacional, desde a antiguidade, o poder em determinados momentos foi utilizado pelos Estados mais desenvolvidos e com maior capacidade econômica, política ou militar, para submeterem seus interesses aos Estados menos desenvolvidos, ou organizados.

A título de exemplo, pode-se apontar que tal fato ocorreu no período da colonização ibérica de parte do continente americano, no século XVI, no período que ficou marcado como a "era dos descobrimentos"; na Colonização britânica ocorrida nos séculos XVII e XIX de diversas regiões pelo globo; e mais recentemente no neocolonialismo¹⁰ sobre colônias da África, Ásia e Oceania, já no século XX.

Para Max Weber¹¹, a questão do poder orbita no ponto de autoridade legitimada através da imposição, mais voltado para o conflito, como podemos destacar na passagem: "Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade" (WEBER, 2004, p.57).

Em convergência com os conceitos acima listados, aponta-se o pensamento de Joseph Nye. Para Nye, o conceito de poder possui varias vertentes, e diferentes formas de atuação. De acordo com o autor: "[...] *power is the ability to influence the behavior of others to get the outcomes one wants. But there are several ways to affect the behavior of others. You can*

¹⁰ O neocolonialismo foi um movimento ocorrido na África, Ásia e Oceania no século XIX. Diferentemente do colonialismo ocorrido no século XVI ao XIX, o neocolonialismo consistiu em um processo de dominação econômica e política. O neocolonialismo também pode ser compreendido como o imperialismo, que com suas peculiaridades consistia no exercício de influência em ex-colônias que já possuíam suas respectivas independências políticas formais, por parte dos Estados colonizadores. Esse processo se deu através da "divisão" dos continentes em áreas de influência por parte de Estados europeus. Dos Estados colonizadores podemos destacar: Reino Unido, França, Bélgica, Escócia entre outros. Os Estados europeus mantinham a maior influência possível sobre os continentes explorados, para que pudessem auferir acesso às matérias-primas abundantes e de baixo custo, assim como mercado consumidor para os bens industrializados que produziam (SCIENCE ENCYCLOPEDIA, 2015).

¹¹ Karl Emil Maximilian Max Weber (1864-1920) foi um sociólogo, historiador e jurista alemão, cursou história, filosofia e economia na Universidade de Heidelberg, tendo concluído os estudos na Universidade de Berlin, em 1886. Weber é considerado um dos fundadores da sociologia moderna, juntamente com Émile Durkheim e Karl Marx. Uma de suas principais obras é "A ciência como vocação" (1917), "A política como vocação" (1919) e "Economia e Sociedade" (1920) (THE STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2015).

coerce them with threats; you can induce them with payments; or you can attract and co-opt them to want what you want" (NYE, 2004, p. 16).

Em síntese, para o autor, o poder seria o fato de um determinado ator exercer influência em relação ao outro, de modo a fazer com que esse se comporte como ele deseja, para que assim obtenha os resultados desejados. Seguindo pela esteira do pensamento de Nye, o poder poderia ser exercido através de três maneiras distintas, todas efetivas no objetivo de proporcionar com que a outra parte se comporte do modo em que o ator principal deseja. Os modos seriam: o pagamento (concessão de recursos financeiros), a ameaça ou coerção, também conhecidos como o *hard power*, e por fim a influência positiva que leva à cooptação, que é conhecido como o *soft power* (NYE, 2004, p. 16). Posteriormente, serão apresentados com maior ênfase os fundamentos teóricos, assim como a conceitualização da teoria de *soft power* desenvolvida por Joseph Nye.

O poder não é apenas importante, como também uma condição *sine qua non* para a existência das relações internacionais, como bem destaca Fiori:

Um país pode projetar o seu poder e a sua liderança, fora de suas fronteiras nacionais, através da coerção, da cooperação, da difusão das suas ideias e valores, e também, através da sua capacidade de transferir dinamismo econômico para sua "zona de influência". Mas em qualquer caso, uma política de projeção de poder exige objetivos claros e uma coordenação estreita, entre as agências responsáveis pela política externa do país, envolvendo a diplomacia, a defesa, e as políticas econômica e cultural. Sobretudo exige uma sociedade mais igualitária e mobilizada, e uma "vontade estratégica" consistente e permanente, ou seja, uma capacidade social e estatal de construir consensos em torno de objetivos internacionais de longo prazo, junto com a capacidade de planejar e implementar ações de curto e médio prazo, em conjunto com os atores sociais, políticos e econômicos relevantes (FIORI, 2013, p.2).

Além da questão do poder, outro espectro que tange as relações entre Estados, e os demais atores internacionais, é o da interdependência. A dita interdependência, é um fator inerente a esse tipo de relação, por conta do mundo interligado e globalizado¹².

Constant inaugurou o pensamento sobre interdependência, ao declarar que o homem que vive em sociedade possui duas partes. Essas são: a existência individual que é privada e

¹² Para fins de conceito, destaca-se que se entende por globalização, o fenômeno mundial de aceleração nos fluxos de informações, capitais e serviços, ocorrido sobretudo após o fim da Guerra Fria (1947-1989). Nye aponta a existência de variadas dimensões da globalização, como: econômica, social, cultural, militar e ambiental.

independente dos demais, e a existência social, que é dependente de outros indivíduos. As ações do indivíduo também afetam os demais que estão ao redor. Os pensamentos individuais devem existir, mas as partes devem se unir para discutir livremente, de modo a chegarem até um pensamento mais esclarecido, e para isto devem cooperar. Esta cooperação deve ser feita livremente pelas partes individuais, para a formação de um coletivo (CONSTANT, 2003, p.600).

Se transportarmos estas ideias e princípios de Constant para o cenário internacional, podemos claramente visualizar os países com seus funcionamentos e pensamentos individuais que afetam os demais, e que também são afetados. Inferindo assim, que através da cooperação, estes países, assim como os indivíduos, alcançariam melhores soluções para seus problemas e necessidades.

Será utilizada como referencial teórico, a teoria defendida por Joseph Nye e Robert Keohane, da Interdependência Complexa. A teoria foi moldada com influência das obras de Constant, entre outras, e formulada sob um contexto antagônico de disputa entre duas potências, em que as armas, mas especificamente a segurança internacional eram o principal foco de debate no Sistema Internacional.

Esta teoria surgiu com o objetivo de ampliar o debate existente, objetivando demonstrar que não apenas o fator militar deveria ser o foco de preocupação e de discussões internacionais, pois com as mudanças provocadas pela globalização, o mundo estaria tornando-se cada vez mais interligado, com os Estados mutuamente dependentes, sobretudo em relação à questão econômica (OLIVEIRA, 2012, p.135).

Um trecho da obra de Nye e Keohane que destaca e define bem essa ideia de interdependência nas relações internacionais é:

In common parlance, dependence means a state of being determined or significantly affected by external forces. Interdependence, most simply defined, means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries. These effects often result from international transactions—flows of money, goods, people, and messages across international boundaries (KEOHANE; NYE, 2009, p.7).

De acordo com esta teoria de Keohane e Nye, os atores envolvidos na relação, afetariam reciprocamente uns aos outros no cenário internacional, o que tornaria os fluxos de capitais, bens, pessoas e serviços relativamente permeáveis frente às fronteiras nacionais.

Desse modo, as relações entre os Estados do Sistema Internacional se dariam por uma forte correlação de fatores, atores a ações. Isto por conta de que um fato ocorrido, ou uma decisão tomada em um determinado Estado, fosse este de ordem econômica, política ou até mesmo natural, poderia vir a influenciar diretamente em Estados geograficamente bem distantes, mesmo que estes não tivessem uma relação de fato próxima com o Estado afetado. Nesse ponto, destaca-se que os citados atores do Sistema Internacional, passam a não serem unicamente os Estados, de modo que também adentram nesse nicho, os chamados atores transnacionais, como as empresas multinacionais, as organizações e instituições internacionais.

É importante frisar que embora existam diversos atores no cenário internacional, o Estado ainda é o principal deles neste espaço. Os Estados ainda, possuem uma função importante no que diz respeito às empresas multinacionais que atuam no sistema. Isso, dado que os Estados de origem dessas empresas, buscam garantir-lhes meios e vantagens para que estas possam se inserir nos demais Estados. Uma vez inseridas nesses novos espaços, essas empresas posteriormente podem favorecer seus Estados de origem, de modo econômico, político ou estratégico.

Racy e Onuki¹³ (2013, p.2) exemplificam e ilustram essa teoria, apontando que com a ocorrência do fenômeno da globalização, o Sistema Internacional passa a possuir interligações como as de uma teia de aranha. Nesse conjunto, caso ocorra o rompimento de um dos fios em uma das partes da teia, que sustentam o dito conjunto, tal fato poderia resultar em danos a uma determinada e distinta região desta mesma teia, ou até mesmo da estrutura por completo. Desse modo, para que não ocorra o colapso da estrutura, deveria ser atribuído maior esforço às outras partes, para a sustentação da "carga" e manutenção do sistema.

De certo modo, tal situação possibilitaria e até mesmo estimularia a cooperação entre os Estados, ou como defende a teoria, entre outras classes de atores já apresentados, que não apenas Estados, como também atores não estatais, como Organizações Não Governamentais

¹³ Janina Onuki é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Mestre e Doutora em Ciência Política pela USP, professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora sênior do Caeni/USP e membro do Fórum Universitário MERCOSUL (RACY; ONUKI, 2013).

(ONGs), Organizações Internacionais entre outros. O objetivo central dessa cooperação, seria a busca pela diminuição das vulnerabilidades, fraquezas e sensibilidades dos Estados face ao mundo globalizado. Todavia, durante o processo de cooperação entre as partes, novas vulnerabilidades poderiam ser formadas e até mesmo situações de conflito poderiam ocorrer (RACY; ONUKI, 2013, p.3).

Para Oliveira¹⁴, a relação de interdependência faz com que Estados decidam cooperar entre si, sobre diversos assuntos que até então seriam de exclusividade de seus respectivos governos. Isto porque a própria interdependência nas relações e a globalização fazem com que os Estados não consigam responder adequada e isoladamente aos problemas que surgem a cada dia. Uma vez que estes problemas dificilmente seriam exclusividade de cada Estado, a opção mais plausível seria a de cooperação entre estes Estados, através da troca de informações, experiências e técnicas, com a finalidade de obterem soluções para tais questões (OLIVEIRA, 2012, p.136).

Ao se perpassar nessa temática de cooperação, Pecequilo¹⁵ destaca que os liberais clássicos ao analisarem as cooperações, consideravam como lucro qualquer tipo de ganho, fosse ele moral ou material, pois o objetivo final da cooperação sempre seria o bem comum. Porém na realidade, os interesses dos Estados nas cooperações são mais elaborados, e geram diferentes benefícios para as partes (PECEQUILO apud KEOHANE; NYE, 1984, p.131).

A autora assinala ainda que nessa dinâmica, a cooperação seria utilizada com o objetivo de coordenação das políticas de diferentes países, de modo que essa atue como um elemento facilitador na realização e consolidação dos objetivos destes Estados no cenário internacional (PECEQUILO, 2004, p. 143-151). Possuindo essa percepção a respeito do funcionamento da cooperação entre Estados, pretendemos verificar se de fato tal situação ocorre no caso brasileiro.

Na concepção de Nye, que difere das crenças puramente liberais, acredita-se que mesmo que os Estados estejam mais dispostos a cooperarem, esse fato não significaria que teriam abandonado seus interesses e desejem cooperar unicamente em prol da paz e solidariedade internacionais. Ao contrário, advoga que de fato tudo é mais complexo do que

¹⁴ Marcelo Fernandes de Oliveira, é bacharel em Ciências Sociais pela USP, mestre e doutorando pelo Departamento de Ciência Política da USP. Atualmente é pesquisador visitante na State University of New York, Buffalo (OLIVEIRA, 2012).

¹⁵ Cristina Soreanu Pecequilo é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente leciona na Universidade Federal de São Paulo, atua ainda com consultoria na área de Relações Internacionais. Possui diversos trabalhos e livros publicados nesta área (PECEQUILO, 2004).

aparenta ser, e que as lutas pelo poder continuariam mesmo em um mundo repleto de interdependência e até mesmo cooperação entre os Estados. O autor ainda vai além, pois destaca de que independentemente do aumento do grau de globalização no mundo, aumento esse gerado pelo avanço das telecomunicações e intenso intercâmbio capitais, serviços, informações e pessoas, ocorre também, em larga escala o aumento da interdependência, de modo que a cooperação não substituirá a competição no âmbito das relações interestatais (NYE, 2008, p.250). Tal ponto de vista pode ser bem destacado no trecho da obra conjunta de Nye e Keohane, que salienta que:

We must therefore be cautious about the prospect that rising interdependence is creating a brave new world of cooperation to replace the bad old world of international conflict. As every parent of small children knows, baking a larger pie does not stop disputes over the size of the slices. An optimistic approach would overlook the uses of economic and even ecological interdependence in competitive international politics. [...] Conversely, the politics of economic and ecological interdependence involve competition even when large net benefits can be expected from cooperation (KEOHANE; NYE, 2009, p.7).

Para os autores Nye e Keohane, a cooperação é uma opção plausível para a diminuição dos custos políticos e econômicos na relação entre os Estados, entretanto essa premissa não quer dizer que a cooperação vá sobrepor ou contornar a existência do conflito ou da competição na dinâmica das relações internacionais. Em última instância, defende-se a cooperação como um dos meios para a obtenção dos objetivos dos Estados, porém não o único, podendo não ser o eleito por parte dos Estados para ser utilizado.

Almejando a aplicação da teoria à realidade, deve-se levar em consideração a questão que Nye chama de distribuição dos ganhos relativos. Essa questão apontada por Nye, destaca que nas cooperações, nem sempre os dois lados obtêm ganhos equivalentes, pois em alguns casos uma das partes da cooperação obtém mais vantagens ou ganhos em relação à outra, o que em tese pode levar ao conflito. Pois como destaca o autor: "Mesmo que os Estados interdependentes obtenham um ganho conjunto, poderá haver conflito em relação a quem fica com a maior parte ou a menor parte do ganho conjunto" (NYE, 2009, p.253).

O autor destaca ainda que quando o ganho de uma das partes implica na perda de ganhos da outra, diz-se que a cooperação consiste em um jogo de soma zero¹⁶. Porém, em uma distinta situação, quando as duas partes obtêm o que desejam, o ganho é conjunto, e o jogo é de "soma não zero"¹⁷ (NYE, 2009, p.255).

No caso de cooperação que o trabalho se propõe a estudar, a relação visualizada é de um jogo de "soma não zero", onde os ganhos são conjuntos, de modo que as partes tendem à cooperação. Isso pois é válido destacar que é do interesse de todos os Estados membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a manutenção da estabilidade, segurança e da paz na região¹⁸, o que faz com que os ganhos das partes sejam conjuntos.

O atual estágio de interdependência que o sistema internacional se encontra, é um resultado da globalização, mas também a causa dessa, ou melhor, de sua intensificação, abrangência e rapidez, uma relação que se retroalimenta. Esse fator preocupa os Estados, e ocupa um considerável espaço em seus planejamentos estratégicos. Como salientado por Nye, os atores internacionais direcionam consideráveis esforços com o objetivo de contornarem os efeitos da interdependência sobre eles próprios:

Quando as autoridades governamentais modelam as políticas externas, encontram a crescente intensidade do globalismo — a densidade das redes de interdependência —, o que significa que os efeitos de acontecimentos em uma região geográfica, ou a dimensão econômica ou ecológica podem ter conseqüências [sic] profundas sobre outras regiões geográficas, em dimensões militares ou sociais. Essas redes internacionais são cada vez mais complexas e seus efeitos são, portanto cada vez mais imprevisíveis. [...] Em conseqüência [sic] disso, a globalização é acompanhada por uma incerteza constante. Haverá uma contínua competição entre a complexidade e a incerteza cada vez maiores, por um lado; e esforços por parte de governos, corporações e outros para compreender e manipular em seu benefício esses sistemas interligados cada vez mais complexos (NYE, 2009, p.247).

Nessa dinâmica global, não apenas os Estados estão interligados e possuem a crucial relação de interdependência, mas também a sociedade se encontra integrada ao processo. Embora parte do destacado processo, nem toda a parcela da população mundial possui as

¹⁶ O jogo de soma zero representa uma relação inversamente proporcional. É uma expressão utilizada na Teoria dos Jogos, que aponta que em um jogo, para que um jogador obtenha ganhos (1), o outro deve necessariamente perder (-1) (FIANI, 2009).

¹⁷ "Não zero indica situações em que a colaboração é favorável, em que faz sentido unir forças, negociar os interesses e realizar ações coordenadas" (SPYER, 2013).

¹⁸ Compreende-se que esse seja o objetivo de todos os Estados membros pertencentes à ZOPACAS, uma vez que aceitaram integrar o foro.

mesmas oportunidades de acesso ao mesmo, o que causa o descontentamento por parte daqueles que são excluídos, assim como daqueles que defendem a igualdade de acesso a todos.

Tal ponto é ilustrado com clareza na clássica obra de Karl Polanyi¹⁹, "A Grande Transformação" (2000), que apesar do período em que foi escrita (1944), ainda é capaz de refletir a realidade atual. Buscando apontar as causas que levaram à eclosão da Grande Guerra (1914-1918), Polanyi defendia que o mercado auto regulável possuía contradições em seu processo de expansão, de modo em que conforme se expandia, gerava ainda mais crises e contradições. Ainda que esse tipo de mercado tendia a concentrar capitais, e nesta dinâmica de expansão e de crises, os monopólios também iam se expandindo, porém, o mundo era um lugar finito, e em dado momento, os interesses dos Estados colidiram-se, o que veio a gerar o conflito (POLANYI, 2000, p.251-274).

Nye destaca, sobre o ponto de vista do historiador econômico, que a expansão das forças de mercado a nível mundial, impulsionadas pela globalização geram não apenas exorbitantes ganhos econômicos, mas também inúmeros fatores adversos, como perturbações sociais, desigualdades, esfacelamento do tecido social, distorções e reações políticas contrárias à sua expansão (NYE, 2009, apud POLANYI, 2000, p.267). Como apontado anteriormente, o processo de globalização gera enormes massas de excluídos, tanto nos Estados desenvolvidos como nos em desenvolvimento.

Como apontado por Cardozo e Lacerda (2012), sobre a real roupagem do processo de globalização, que em seu desenvolvimento gera e acumula uma série de desigualdades e distorções:

No processo de globalização assiste-se ao aumento das desigualdades e ao desmonte do tecido social, incluindo o etnocídio, reforçado cotidianamente principalmente pelas mídias. Tal objetivo despreza as tradições e a realidade daqueles Estados que fazem parte da periferia do sistema. A globalização cria posições de dominadores e dominados, mascarada na construção de valores universais. No entanto, o que chamamos de globalização é sempre globalização bem-sucedida de um localismo.

¹⁹ Karl Polanyi foi um filósofo, antropólogo e historiador econômico de origem húngara, nascido em 25 de outubro de 1886 e morto em 23 de abril de 1964. Graduou-se doutor pela Universidade de Kolozsvár, na Polônia, em 1909. Era um pensador contrário ao liberalismo econômico, corrente que criticava energeticamente. Sua obra de maior prestígio foi A Grande Transformação (1944), que buscava apontar o capitalismo e as práticas liberais como elementos que impulsionaram a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918) (POLANYI, 2000).

Em outras palavras, não existem as condições globais nas quais encontrar raízes locais (CARDOZO; LACERDA, 2012, p.196).

Todavia, vale frisar que essa destacada modalidade de globalização é um processo irreversível em termos de comunicação, fluxo de capitais, pessoas, serviços, entre outros elementos. Desse modo, os Estados, e demais atores necessitam se adaptar a essa nova realidade.

O atual processo de globalização é um fato inerente à sociedade, todavia possui diversas contradições, de modo que não é na realidade como o pregado pelos liberais. Para esses, a globalização é a alternativa mais prática de gerar maior evolução e desenvolvimento aos Estados ainda em estágio de desenvolvimento, através da abertura desses aos capitais e empresas multinacionais. Fatores que são interessantes ao processo de globalização são as crises cíclicas do capital, e ao passo que esse se expande vertiginosamente, suas contradições também o acompanham, o que patrocina o agravamento das condições de exclusão, tanto em sua esfera social, como nas relações internacionais (FRIGOTTO, 2010, p.420).

Tal processo de sobreposição de interesses particulares às questões de interesses e benefícios coletivos, ocorridos com a globalização, é bem retratado na passagem da obra "Era dos Extremos" (1995), do historiador britânico especialista em capitalismo industrial, Eric Hobsbawm²⁰ (1917 - 2012).

À medida que a economia mundial se tornava global e, sobretudo após a queda da região soviética, mais puramente capitalista e dominada por empresas, investidores e empresários descobriram que grande parte dela não tinha interesse lucrativo para eles, a não ser, talvez, que pudessem subornar seus políticos e funcionários públicos para gastar dinheiro extraído de seus infelizes cidadãos com armamentos ou projetos de prestígio. Um número desproporcionalmente grande desses Estados se encontrava no infeliz continente africano (HOBSBAWM, 1995, p.355).

Onuki aponta que na dinâmica de interdependência do mundo globalizado, todas as partes envolvidas no sistema, de fato são afetadas no processo, porém de maneira assimétrica.

²⁰ Eric John Ernest Hobsbawm foi um historiador britânico especialista em temáticas como socialismo, ascensão do capitalismo industrial, e nacionalismo. Hobsbawm graduou-se em história na *King's College* e obteve doutorado (PhD) também em história pela *Cambridge University*. Atuou como professor de diversas universidades de renome pelo mundo, como *Stanford* e *British Academy*. Possui diversas obras publicadas que tratam sobre os temas de suas especialidades, como: *A Era das revoluções* (1962); *A Era do capital* (1975); *Era dos impérios* (1987) e *Era dos extremos* (1994) (KETTLE; WEDDERBURN, 2012).

Isso, uma vez que os custos e benefícios são diferenciados de acordo com o poder que as partes possuem. Ou seja, aqueles Estados que possuem mais poder, são capazes de obterem mais benefícios (ONUUKI, 2014, p.3).

Com essas assimetrias do Sistema Internacional em foco, é importante destacar que o Brasil possui o objetivo de tornar a dinâmica internacional mais multilateral e equalizada, de modo que essa não deixe de abarcar os Estados menos favorecidos pelo fato desses não possuírem tanto poder ou destaque como os demais, mais desenvolvidos. Tal como consta no preâmbulo da Constituição Federal, que afirma o compromisso do Brasil em promover e assegurar o exercício do desenvolvimento e da igualdade na ordem internacional. A ala responsável pela formulação e execução política externa do Brasil se esforça para cumprir os requisitos necessários que possam garantir o sucesso nessa empreitada. Este ponto será melhor detalhado mais adiante, em uma parte específica, focada na atuação brasileira no cenário internacional visando a expansão do multilateralismo.

Sobre a questão da influência da interdependência no comportamento dos Estados, é válido destacar a seguinte passagem da obra de Nye e Keohane, que aponta que: *"Interdependence affects world politics and the behavior of states; but governmental actions also influence patterns of interdependence. By creating or accepting procedures, rules, or institutions for certain kinds of activity, governments regulate and control transnational and interstate relations. We refer to these governing arrangements as international regimes"* (KEOHANE; NYE, 2009, p.5). Ou seja, o comportamento dos Estados e demais atores no cenário internacional, pode afetar os padrões de interdependência, que afetam todos os atores nesse sistema.

Faz-se importante ressaltar o vínculo existente entre as três questões centrais que embasam teoricamente o trabalho, o poder, a interdependência, e o multilateralismo. Para o tal, seguir-se-á pela esteira do pensamento de Onuki, a qual salienta que, "[A] Interdependência restringe a capacidade dos governos, dando maiores oportunidades para alguns e restringindo a atuação de outros [...] Quem tem mais poder, terá mais benefícios" (ONUUKI, 2014, p.4).

Com essas informações somadas às anteriormente apresentadas, podemos inferir que no cenário internacional, aqueles Estados econômica e politicamente mais poderosos, muitas vezes são capazes de influenciarem nos rumos desse sistema, para que esse se comporte de modo a beneficiar-lhes em detrimento dos demais, então com menos capacidades. Nesse

ponto é que se visualiza a importância do multilateralismo no Sistema Internacional, dado que em conjunto, aqueles Estados que não possuem a mesma relevância política ou econômica dos Estados mais poderosos, possam buscar obterem para si, mais benefícios, ou ainda atuarem de modo a reduzirem suas desvantagens dentro desse sistema.

Dentro dessa questão, é importante destacar a capacidade que *soft power* representa para o Brasil, em termos de visibilidade internacional. Isso, uma vez que com a utilização desse elemento, o Estado pode, através do consenso, influenciar outros Estados para que o concedam apoio no cenário internacional, visando a expansão de sua capacidade de opinar nos rumos do sistema internacional.

Como visto anteriormente, Nye defende que nas relações regidas pelo poder, esse elemento pode assumir de três formas distintas para que o ator obtenha os resultados esperados. Essas formas são: a coerção, o pagamento (elementos que compõem o *hard power*) e a persuasão (atração), que seria o *soft power*, o qual é o foco do trabalho. O *soft power* é uma das formas de exercício de poder, a qual é presente e amplamente utilizada pelos Estados em suas relações, de modo que não se pode de fato compreender as relações internacionais sem que se entenda seu conceito.

Sumariamente, Nye define que o *soft power* é a habilidade de se ter o que deseja, através da atração. Contudo, em sua obra, o autor vai além da mera descrição do conceito, de modo que cria uma metáfora para classificar esse estilo de poder, ao relacionar o *soft power* aos sentimentos humanos. Para o autor, o *soft power* é a atração voltada para a questão da sedução, que atuando de modo suficientemente amigável e convincente, é capaz de influenciar e moldar as opiniões dos outros atores, de modo a estabelecer suas preferências. Isso, para que esses desejem o que o autor principal deseja, de forma que esses atores externos concordem com isso, por estarem convencidos (NYE, 2004, p.19).

Encerrada a metáfora e retornando à questão das relações interestatais, o *soft power* é apontado como o meio menos custoso de se obter o que se deseja, no caso os resultados esperados. Isso, uma vez que a coerção, necessita do que o autor intitula de "porretes", que seriam os armamentos para a concretização do uso da força. Já os pagamentos, necessitam das ditas "cenouras", que seriam os recursos financeiros necessários para a realização destes, todavia, o *soft power* não necessitaria o uso de nenhum dos elementos citados. Nessa qualidade branda de relação de poder, os elementos pelos quais os atores externos, no caso os Estados, seriam atraídos, seriam elementos como "a cultura, a política, valores, instituições e

os posicionamentos que são vistos como legítimos ou com autoridade moral" (NYE, 2004, p.20).

O autor enfatiza que o *soft power* não se restringe unicamente à questão do exercício de influência ou da persuasão. Isso porque essas também podem estar contidas na coerção ou em pagamentos. Contudo, Nye sinaliza que a influência faz parte do conjunto de elementos dessa vertente branda do poder. Em súpula, o *soft power* seria a habilidade de um ator convencer o outro através do argumento, para obter aquilo o que deseja (NYE, 2004, p.20).

Para ilustrar a questão da importância do *soft power*, assinala-se que diversos institutos, *think tanks* e consultorias de variadas nacionalidades, realizam estudos e análises acerca do *soft power* exercido pelos Estados em suas relações com seus pares. Desse modo, tais institutos formulam rankings indicativos e classificatórios dos Estados, através de suas respectivas presenças internacionais.

O *think tank* espanhol, Elcano Royal Institute, é um dos que realizam essa abordagem empírica, visando contribuir para a análise do processo de globalização, através a realização das classificações. Na análise, diversos elementos são avaliados para a classificação dos Estados, como negócios internacionais, cultura, governo, diplomacia e educação. Contudo, destaca-se que "os elementos desta análise se relacionam de maneira mais direta com o que talvez seja o aspecto mais simbólico das relações internacionais: a capacidade dos líderes políticos de interagirem com seus pares em outros países" (OLIVIÉ; GRACIA; GARCÍA-CALVO, 2014, p.10).

Nessa análise realizada, referente ao exercício do ano de 2013, o Brasil ocupa a posição de número 19, sendo o único país da América do Sul que vigora entre os 20 primeiros da listagem. Consideramos o posicionamento favorável, e embora o ano de exercício esteja fora do recorte temporal proposto pelo trabalho, esse é importante para ilustrar a questão da visibilidade positiva do Brasil no mundo.

Tendo a imagem do Brasil em foco, destaca-se que esse Estado é visto no cenário internacional, como detentor de um considerável posicionamento econômico, um extenso território com diversas riquezas naturais de valor estratégico, além de possuir uma reputação pautada por seu respeito às normas e regras do Direito Internacional, que sempre busca a utilização do diálogo para a resolução de questões internacionais. Tal imagem é construída pelos posicionamentos e ações do Brasil no cenário internacional, aliados ao seu *soft power*.

Em um mundo interdependente onde existe a forte possibilidade de que os Estados sejam diretamente afetados pelos posicionamentos e decisões dos outros, objetivando que os ganhos sejam maximizados e as perdas reduzidas, esses Estados tendem à cooperação. Dentro dessa questão, destaca-se a busca brasileira por uma inserção mais privilegiada nesse sistema, através da cooperação dos Estados também em desenvolvimento, no âmbito das instâncias multilaterais.

Keohane pontua a relevância do multilateralismo na configuração atual das relações internacionais, ao defender que "Desde o fim da II Guerra Mundial, o multilateralismo tornou-se cada vez mais importante na política mundial, tal como se manifesta no aumento de conferências multinacionais com uma desconcertante variedade de temas e um aumento do número de organizações intergovernamentais multilaterais" (KEOHANE, 1990, p.731). Nesse aumento de organizações de cunho multilateral, repousa a possibilidade de maior expressão dos Estados em desenvolvimento, até então, menos favorecidos nas dinâmicas internacionais nas quais prevaleciam os interesses dos Estados mais poderosos.

Como destacado a respeito do posicionamento dos definidores e executores da política externa do Brasil, suas ações visam alterar o padrão de coexistência assimétrico vigente nas relações entre os Estados. Podemos visualizar essa como uma postura voltada para a alteração dos rumos da política internacional, assim como do comportamento dos demais Estados no sistema internacional.

2.3- O Brasil na Via do Multilateralismo

Inicialmente, para melhor situar a ideia, será realizada uma conceituação acerca do multilateralismo, ideia que será necessária para a compreensão das teorias e pontuações apresentadas a seguir. Como apontado por Keohane, sua definição para o multilateralismo consiste em: "*Multilateralism can be defined as the practice of co-ordinating national policies in groups of three or more states, through ad hoc arrangements or by means of institutions*" (KEOHANE, 1990, p.731).

Para os teóricos italianos Norberto Bobbio, Nicolas Matteuci e Gianfranco Pasquino, o conceito de multilateralismo segue na mesma linha de pensamento de Keohane, de modo que consiste em um:

Sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com determinados princípios de conduta, e com objectivos [sic] definidos. Traduz o reconhecimento de que problemas à escala mundial como crises ambientais, controlo internacional do tráfico de estupefacientes e terrorismo não podem ser tratados de forma individual por cada um dos Estados, mas exigem esforços e políticas coordenados, desenvolvidos de forma colectiva [sic] por vários Estados (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO 1998, p.133).

Tal conceituação corrobora com a ideia defendida pelo internacionalista Samuel Pires, que amplia a ideia apresentada por Bobbio e seus pares, ao destacar que:

Poderemos então definir simplisticamente o multilateralismo como uma forma de condução de relações entre três ou mais estados. Mas do ponto de vista teórico, o multilateralismo é, num contexto mais alargado, uma forma de cooperação entre vários estados para dar resposta a problemáticas específicas que, historicamente, encontra aplicação prática primeiramente no processo negocial da Paz de Westphalia, alcançada sob o inovador sistema de diplomacia colectiva [sic], multilateral ou de conferência (PIRES, 2008, p.70).

Neste ponto, voltando-se para a questão da aplicação prática do multilateralismo, é válido ressaltar o que destaca o teórico das relações internacionais pertencente à Escola Inglesa, Hedley Bull²¹:

O ponto de partida das relações internacionais é a existência de *estados*, comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana. De um lado, os estados têm, com relação a esse território e a essa população, o que poderíamos chamar de "soberania interna", ou seja, a supremacia sobre todas as demais autoridades dentro daquele território e com respeito a essa população; de outro, detêm o que se poderia chamar de "soberania externa", que consiste não na supremacia, mas na independência com respeito às autoridades externas. A soberania dos estados, interna e externa, existe tanto no nível normativo como no factual (BULL, 2002, p.42).

²¹Hedley Norman Bull (1932–1985), nascido em Sydney, Austrália, foi um teórico das relações internacionais vinculado à corrente teórica da Escola Inglesa. Formou-se em história e filosofia pela Universidade de Sydney em 1953. Foi professor de relações internacionais na Australian National University, London School of Economics assim como da University of Oxford. Escreveu durante a segunda metade do século XX, suas ideias aprofundaram e deram forma às teorias das relações internacionais (MILLER, 2007, p.1).

Em síntese, o teórico defende que no Sistema Internacional, os Estados são independentes e soberanos, de modo que não existe um órgão central e superior, e que a relação entre estas partes soberanas é regulada por uma base normativa, constituída pelo Direito Internacional. Perante o Direito Internacional, além de serem considerados independentes e soberanos, os Estados também são juridicamente iguais, com direitos e deveres, o que na prática não implica que esses possuam igualdade material (capacidades financeiras).

No que tange as relações em âmbito internacional entre os Estados, as Organizações Internacionais (OIs) buscam mediar estas relações. Desse modo, para que possam atingir plenamente seu real objetivo, essas Organizações Internacionais precisam contar com a maior representatividade possível, como no caso da Organização das Nações Unidas (ONU). Nessas Organizações, quanto maior for a prevalência do multilateralismo, mais eficientemente serão esvaziados posicionamentos unilaterais das potências. Contudo, nem todas as OIs funcionam dessa forma, dado que algumas são conduzidas de acordo com as aspirações de Estados que possuem mais poder no sistema, e interesses diversos nos temas específicos tratados por estas organizações. Um exemplo a ser destacado, é o da Organização Marítima Internacional (IMO)²².

Em tese, o multilateralismo, sobretudo nas Organizações Internacionais busca atuar de modo a igualar o posicionamento dos Estados, sejam as grandes potências ou os Estados econômica ou militarmente menos desenvolvidos, com o objetivo de manter a igualdade na relação entre as partes. É relevante destacar que no Sistema Internacional, aqueles Estados que não possuem poder, buscam o multilateralismo.

O Brasil é um Estado que historicamente contestou o arranjo das relações entre os Estados. Tal postura é bem pontuada em:

O não estar à vontade com o indiscutível poder de gestão da ordem mundial atribuído e exercido pelas grandes potências segundo a lógica diplomática do Concerto Europeu, pôde começar a expressar-se depois da consolidação jurídica do espaço nacional. Este é o significado da ação diplomática de Ruy Barbosa como o delegado do Brasil na Haia, em 1907. Com efeito, na II Conferência de Paz, que assinala o momento inaugural da presença brasileira em foros internacionais, o Brasil republicano, pela voz de Ruy Barbosa, com o apoio de Rio Branco,

²² Uma discussão consistente sobre o tema pode ser encontrada em: KARIM, Saiful. **Implementation of the MARPOL Convention in Developing Countries**. *Nordic Journal of International Law*. Leiden, v.79, p. 303-337. 2010.

reivindicou, fundamentado na igualdade jurídica dos estados, um papel na elaboração e aplicação das normas que deveriam reger os grandes problemas internacionais da época, questionando, assim, a lógica das grandes potências (LAFER, 2001, p.68).

É válido destacar que esta centelha da igualdade jurídica entre os Estados soberanos, foi plantada no âmbito do Sistema Internacional no ano de 1907, pelo então delegado do Brasil na II Conferência da Paz em Haia, Rui Barbosa (1849 - 1923). Na Conferência voltada para revisão da Corte Permanente de Arbitragem (CPA), onde as principais discussões orbitavam nas temáticas da criação de uma Corte de Justiça Arbitral, leis e costumes de guerra, a delegação brasileira liderada por Barbosa, defendeu o princípio da igualdade entre as nações soberanas, propondo que todas as nações pudessem contar com um igual assento na corte de arbitragem. Inicialmente os delegados das grandes potências discordaram da tese nada simpática aos interesses de seus Estados, porém o delegado brasileiro destacou-se por sua desenvoltura e competência na defesa de sua tese, que mais adiante veio a servir de base para outros projetos. Barbosa foi triunfante em sua missão, expondo sua eloquência nos debates com delegados das potências de tal forma que foi intensamente aclamado pelos membros da Conferência, e ovacionado pelo povo brasileiro, o que lhe rendeu o título de “Águia de Haia” (ZIMMERMANN, 2007 p.13-15)

Cabe ainda remeter-se ao passado, para destacar a atuação de outro expoente brasileiro que orientou a política externa com o objetivo de alterar a ordem vigente no Sistema Internacional, que foi José Maria da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido com Barão do Rio Branco. Rio Branco foi uma figura fundamental para a consolidação do Brasil, em relação ao território nacional, ao reconhecimento internacional do país, assim como na formulação da identidade nacional. Paranhos foi uma das figuras responsáveis pela busca do desenvolvimento do Brasil no início do século XX, que possuía uma visão estratégica e de futuro ao visualizar o contraste existente entre o potencial do Estado brasileiro e sua realidade.

O grande estrategista do passado, acreditava que apenas se desenvolvendo o Brasil seria capaz de se igualar em questão de poder e riqueza aos Estados desenvolvidos, defendendo ainda que para que o país pudesse se desenvolver, deveria possuir uma identidade nacional própria. Para a construção dessa identidade, um fator essencial seria o nacionalismo, porém não um nacionalismo expansionista, mas sim voltado para integração interna, que viabilizasse o desenvolvimento do espaço nacional. O Barão propunha análises e reflexões acerca do plano interno para maior entendimento da situação do país, e alcance de alternativas

endógenas para os problemas do Estado. Isso, sempre acreditando que as assimetrias existentes no Sistema Internacional eram os principais responsáveis pelas vulnerabilidades do país. Deste modo, defendia o desenvolvimento interno como o principal meio de redução das assimetrias e do diferencial de poder do Brasil em comparação com os demais Estados desenvolvidos do sistema. Contudo, Paranhos possuía a consciência de que os Estados Unidos da América detinham um papel hegemônico em relação ao continente americano como um todo (LAFER, 2001, p.84-87).

Nas instâncias internacionais, a diplomacia brasileira possui um longo histórico de atuação, no qual esta busca atuar na mediação de conflitos e oposição de interesses entre as grandes potências e os demais Estados, mantendo-se na postura de defensora dos Estados menos desenvolvidos, econômica, política e militarmente, porém ao mesmo tempo buscando auferir o reconhecimento destas grandes potências, em busca de sua inserção individual no sistema (MELLO, 2011, p.10).

Em relação às ações brasileiras na alçada internacional, podemos destacar que essas buscam uma contestação do atual sistema vigente que norteia os rumos das relações internacionais, como indigitado por Cardozo e Lacerda (2012):

Neste sentido, falar em ações contra-hegemônicas que visem não reproduzir uma forma de interação desigual e discriminatória, é lançar mão de mecanismos de abrangência global que possibilitem emergir novos intercâmbios, que levem em conta as preocupações e interesses daqueles que historicamente foram desfavorecidos diante desses relacionamentos globalizantes que envolvem as grandes potências. No caso aqui explicitado, tratamos do Brasil, tendo como análise de sua contra-hegemonia as parcerias com Estados do chamado eixo Sul, que se encontram na periferia do sistema internacional. Particularidade focados nos governos de Lula, investigamos interações que levam em conta aspectos que vão além do econômico, envolvendo uma troca sociocultural entre nações que compartilham da experiência de serem ex-colônias e com graves problemas estruturais (CARDOZO; LACERDA, 2012, p.196).

A conduta do corpo diplomático brasileiro visa a contestação do eixo assimétrico que rege as relações internacionais, através de suas ações coordenadas com os demais Estados em desenvolvimento, objetivando ainda a projeção do país como um ator relevante nos rumos e decisões do sistema internacional. Em relação a seus pleitos internacionais, o Brasil necessita do suporte nesse âmbito dos Estados, sobre tudo os em desenvolvimento. Tal necessidade, faz com que o Brasil adote em sua estratégia internacional, políticas de aproximação com Estados

com os quais possui laços culturais, políticos, econômicos, proximidade geográfica ou mesmo ideais em comum ou próximos aos brasileiros. Um dos aspectos diferenciais do Brasil, é o fato do Estado ansiar auferir o apoio e influência internacionais através do consenso, diferentemente de potências que o buscam a partir de seu poderio econômico e militar (VIGEVANI; RAMANZINI, 2011, p.4).

Em asserção, nas instâncias internacionais multilaterais, o Brasil poderia obter o apoio necessário para a execução de medidas em âmbito internacional como a reforma dos Organismos Internacionais e dos processos de formulação de normativas nesse âmbito. Todas essas medidas, envoltas em uma dinâmica de busca por uma ordem internacional menos desigual, onde os Estados menos desenvolvidos²³ não sejam sobrepujados pelo poder das grandes potências.

No caso brasileiro, o suporte viria dos Estados historicamente deixados às margens dos processos decisórios internacionais, ou que de alguma forma foram sobrepujados, pelos Estados militar, política e economicamente mais poderosos, assim como ocorreu com o Brasil no passado, no período em que foi colônia de Portugal. Por conta da possibilidade de construção de alianças, para o Brasil, os foros multilaterais são a melhor opção para a defesa de seus interesses nacionais na arena internacional.

Para pontuar a identidade internacional brasileira frente ao mundo globalizado, Celso Lafer²⁴ (2001), defende que a atribuição da diplomacia deve ser a de buscar traduzir as necessidades internas do Estado em possibilidades externas, no cenário internacional, com o objetivo de acarretar o desenvolvimento ao Estado, assim como o alcance dos objetivos desse. Para Lafer, o desenvolvimento de um Estado possui um elevado grau de importância para seu desempenho em âmbito internacional, por ser esse um fator central para possibilitar: a redução das vulnerabilidades do Estado frente ao cenário internacional; um maior controle do país sobre seu destino; e para ser um meio de impulso para a diminuição das assimetrias existentes no Sistema Internacional. Porém com a dinâmica intensificada pela globalização, a diferença entre o "interno" e o "externo" tornou-se fragilmente tênue, o que torna a relação entre as partes ainda mais complexa, sobre tudo com a inserção de novos atores nesta

²³ Destaca-se o sentido de países menos desenvolvidos em questão militar, econômica, comercial e afins.

²⁴ Celso Laffer é advogado, jurista, diplomata e professor. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1964), mestrado em Ciência Política pela Cornell University (1967) e doutorado em ciência Política pela Cornell University (1970). Exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores (1992) e atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo (LAFER, 2001).

dinâmica, como as empresas transnacionais e organizações não-governamentais (LAFER, 2001, p.16 - 18).

Atrelando a questão da atuação brasileira na seara internacional, à teoria de Nye, aponta-se que dentro da dinâmica do *soft power*, a política externa executada pelo Estado, deve estar atrelada ao interesse nacional daquele Estado, que exerce esse tipo de poder. Isso, para que o *soft power* possa operar de fato como uma ferramenta que auxilie o Estado no alcance de seus objetivos. Porém existe a necessidade de que esses objetivos sejam claramente definidos e delimitados. Tal necessidade de coesão por parte do Estado, pode ser destacada no trecho da obra de Nye, a qual revela que:

All countries pursue their national interest in foreign policy, but there are choices to be made about how broadly or narrowly we define our national interest, as well as the means by which we pursue it. After all, soft power is about mobilizing cooperation from others without threats or payments. Since it depends on the currency of attraction rather than force or payoffs, soft power depends in part on how we frame our own objectives. Policies based on broadly inclusive and far-sighted definitions of the national interest are easier to make attractive to others than policies that take a narrow and myopic perspective (NYE, 2005, p.60).

O processo de globalização tem envolvido os Estados menos desenvolvidos em uma realidade de exploração, e até mesmo exclusão, impulsionadas por parte dos mais capacitados, o que gera distorções e desigualdades em seus mais variados espectros, de modo que é necessário que essa dinâmica se altere. A liderança brasileira na alteração dos rumos desse processo pode ser uma boa oportunidade para o destaque do Estado, obtenção de aliados e exposição de seus pleitos, ideias e capacidade em maiores proporções, no cenário internacional.

Sobre a estratégia de atuação brasileira na redução das assimetrias existentes no Sistema Internacional, que são agravadas pelo processo de globalização, podemos destacar que:

Na prática, o processo de globalização se mostra bem contraditório, evidenciando que sua dinâmica beneficia uma minoria de pessoas, deixando de fora uma parcela cada vez mais crescente da população mundial. É necessário que haja uma mudança no paradigma de desenvolvimento, ou seja, que não se gere exclusão social, desemprego e danos ao meio ambiente. [...] Neste sentido, falar em ações contra-hegemônicas que visem não reproduzir uma forma de interação desigual e

discriminatória, é lançar mão de mecanismos de abrangência global que possibilitem emergir novos intercâmbios, que levem em conta as preocupações e interesses daqueles que historicamente foram desfavorecidos diante desses relacionamentos globalizantes que envolvem as grandes potências. No caso aqui explicitado, tratamos do Brasil, tendo como análise de sua contra-hegemonia as parcerias com Estados do chamado eixo Sul, que se encontram na periferia do sistema internacional. (CARDOZO; LACERDA, 2012, p.197, apud SACHS, 1997)

O papel do Brasil nessa dinâmica, seria o de neutralizar essas distorções, de modo que juntamente com esses países, também em estágio de desenvolvimento, pudesse alcançar meios e formas de desenvolvimento que não gerassem tais exclusões. Transcrevendo de modo mais simples, a disposição brasileira nesse posto de liderança estaria voltado para obter soluções para o desenvolvimento partindo de ideias, experiências e visões de Estados em desenvolvimento.

Corroborando com o que foi pontuado anteriormente, o interesse do país em alcançar esse desenvolvimento compartilhado entre os países em desenvolvimento pode ser bem exemplificado através do seguinte fragmento extraído da Política Nacional de Defesa (PND), um dos documentos brasileiros de mais alto nível no que tange as relações internacionais, com o foco na Defesa e segurança nacionais:

O fenômeno da globalização, caracterizado pela interdependência crescente dos países, pela revolução tecnológica e pela expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais, resultou em avanços para uma parcela da humanidade. Paralelamente, a criação de blocos econômicos tem acirrado a concorrência entre grupos de países. Para os países em desenvolvimento, o desafio é o de uma inserção positiva no mercado mundial, ao mesmo tempo em que promovem o crescimento e a justiça social de modo soberano. A integração entre países em desenvolvimento – como na América do Sul – contribui para que alcancem esses objetivos (BRASIL, 2012, p.3)

Como frisado no trecho, o Brasil visualiza a interdependência, fomentada pela globalização, existente no cenário internacional, de forma que reconhece que através da cooperação com outros países em desenvolvimento o Estado pode alcançar seus objetivos nesta seara.

2.4- A Política Externa Brasileira na segunda metade do século XX e início do XXI

O posicionamento, assim como as ações do Brasil no cenário internacional são regidos pelos princípios presentes no Artigo 4º da Constituição de 1988. Tendo essa dinâmica em foco, é importante destacar que a essência da atuação brasileira no continente africano se dá dentro desses padrões. Dos dez princípios presentes no citado artigo, podemos destacar dois como sendo a representação máxima do posicionamento do Brasil em relação aos Estados do continente africano: prevalência da igualdade entre os Estados; e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Essas citadas cláusulas, refletem que a presença brasileira no continente não se dá de modo predatório, ou nocivo, por questões constitucionais.

Na dinâmica da pontuada relação, o objetivo central do Estado brasileiro, é o de fomentar o desenvolvimento e progresso, ambos de caráter duradouro para esses Estados parceiros, na medida em que auferem benefícios próprios. Podemos nos referir sobre esse tipo de relação, como sendo um tipo de intercâmbio mútuo, onde ambas as partes saem beneficiadas (BRASIL, 1988, p.1). Desse modo, podemos caracterizar essa relação como sendo de ganho conjunto, utilizando como base o esquema proposto por Nye e Keohane.

As relações entre as partes são de longa data, uma vez que o continente africano representa uma importante parte da formação histórica e cultural do Brasil. Contudo, utilizando-se de uma visão que diz respeito à Política Externa, podemos destacar três momentos fundamentais de aproximação com a África. Esses são: A Política Externa Independente (PEI – 1961-1964), o Pragmatismo Responsável (1974-1979), e a Política de Cooperação Sul-Sul (CSS - 2003-2010). Destaca-se que nos períodos externos aos recortes apontados, as relações do Brasil com o dito continente de alguma forma existiram, mas não com a ênfase ocorrida nos períodos realçados.

Objetivando melhor analisar os momentos de aproximação do Brasil com o continente africano, será utilizada a obra de Patrícia Leite²⁵ (2011). A destacada obra, possui como objetivo central a análise dos três momentos em que a política externa brasileira esteve guiada para as relações Sul-Sul, com o foco nos Estados do continente vizinho. É importante

²⁵ Patrícia Leite possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2001) e mestrados em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco (2008) e em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (2007). Exerce o cargo de diplomata do Ministério das Relações Exteriores (LEITE, 2011).

validar que os pontuados momentos, deram-se durante os governos de: Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964), Ernesto Geisel (1974-1979) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

No final da década de 1940 e início de 1950 o Brasil atribuía certa relevância de política externa em relação ao continente africano, porém essa se dava essencialmente por conta da concorrência dos produtos primários provenientes deste no mercado internacional, dado o protecionismo europeu sobre esses produtos. É necessário pontuar que nesse período, a organização da região era diferente da que é conhecida na atualidade. Salvo exemplos de Estados como a África do Sul e o Egito, entre outros, que tiveram suas independências respectivamente nos anos de 1910 e 1922, as demais unidades que atualmente são reconhecidas como Estados soberanos, no destacado período eram colônias europeias (THOMPSELL, 2015).

Desse modo, as relações entre o Brasil e os "vizinhos" africanos eram insipientes antes do fim da década de 1950 e início de 1960. Inclusive, muitas vezes o posicionamento brasileiro em relação a essa questão era favorável ao colonialismo na região, por conta da crença de que as potências coloniais auxiliariam no financiamento do desenvolvimento econômico e industrial do Brasil. As relações do Brasil com as partes, começaram a se iniciar timidamente após esse período, como consequência do processo e independência da maioria das então colônias. Apesar disso, ao contrário de parceiros, os novos Estados africanos eram vistos pelo Brasil como possíveis concorrentes nos processos de ajuda internacional (SARAIVA, 2012, p.26-28).

No período em que ocorria a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), o Brasil posicionou-se favorável aos Aliados, situação em que vinculou o Estado ao bloco capitalista ocidental, que tendeu a permanecer mesmo após o fim do conflito bélico. Após esse período, sucedeu-se a Guerra Fria (1947-1989), de modo que o Brasil, em determinados momentos manteve uma política de alinhamento aos Estados Unidos da América, visando o financiamento desse Estado, para seu projeto de desenvolvimento interno. Com a situação de antagonismo existente entre as duas potências rivais do período, as relações entre Brasil e Estados Unidos da América, na época eram pautadas sobretudo por assuntos militares, porém não exclusivamente. Nesse âmbito, foi reforçado o interesse brasileiro na região do Atlântico Sul, interesse esse voltado para a questão da segurança, de modo que o espaço fosse mantido livre da presença comunista. Com a influência comunista incidindo no continente africano, era compreensível a postura do Brasil, que por vezes era favorável às políticas coloniais das

potências que atuavam no continente africano. Isso, uma vez que se entendia que as aspirações de independência das colônias poderiam ser uma situação fértil para a difusão do comunismo na região, o que poderia prejudicar a segurança inclusive do espaço atlântico (PENHA, 2011, p.152-153).

Apesar da existência prévia de interesse brasileiro em relação ao continente africano, esse era pontual e isolado. O interesse do Brasil para com o continente de fato surgiu no início da década de 60, com a implementação da Política Externa Independente (PEI), durante o governo do presidente Jânio Quadros (1961-1961), sob a tutela do chanceler Afonso Arinos, e de João Goulart (1961 - 1964), no qual o chanceler foi Santiago Dantas, embora Arinos também tenha tido uma breve passagem pelo cargo nesse período presidencial. Dantas, juntamente com Arinos foram os principais formuladores e idealizadores dessa política exterior.

A Política Externa Independente que foi inaugurada no governo de Quadros, consistia em uma postura diplomática na qual o Estado brasileiro estabelecia relações comerciais e diplomáticas com todos os Estados do mundo, que manifestassem o interesse em um intercâmbio pacífico. As bases da PEI repousavam no argumento de que o Estado não poderia deixar de estabelecer relações e o diálogo com determinados Estados por conta de seus posicionamentos ideológicos ou sociais. Esta era embasada ainda na defesa da autodeterminação dos povos; na cooperação pacífica para o desenvolvimento; no respeito aos Direitos Humanos; com enfático repúdio ao colonialismo (BRAZ, 1996, p.257-259).

No momento da formulação da PEI, foi levada em conta tanto a conjuntura internacional, referente à disputa antagônica das potências capitalista e socialista, como o contexto regional, em que essas potências disputavam entre si pelo exercício de influência na região (CERVO; BUENO, 2002, p. 310).

Cervo e Bueno (2002) apontam quatro elementos como os principais pilares da política elaborada por San Tiago Dantas e Arinos, que eram:

- a) contribuição à preservação da paz, por meio da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- b) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos;
- c) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- d) apoio à

emancipação dos territórios não-autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole (CERVO; BUENO, 2002, p.328).

Neste período ocorria a descolonização no continente africano, e o Brasil passou a demonstrar solidariedade ao esforço de independência das então colônias europeias. Com a defesa da autodeterminação dos povos, a política exterior de Quadros foi utilizada como um instrumento contra o colonialismo e o racismo, de modo que se buscou explorar politicamente a questão africana, para a afirmação da autonomia brasileira. À exceção de algumas já existentes como a do Egito, as primeiras embaixadas brasileiras na África foram inauguradas durante essa fase, e a África assumiu um papel de destaque na Agenda internacional brasileira. Destaca-se ainda, que o continente africano representava uma oportunidade importante para o mercado exportador industrial brasileiro (SARAIVA, 2012, p.34-38).

Em consonância aos elementos apresentados, Leite considera que a política em questão estava:

Inscrita num quadro de redefinições internas e externas, a PEI sistematizava conjunto de princípios que se manteve contínuo ao longo do período de 1961-1964, não obstante diferenças de ênfase. [...] esses princípios eram a universalização, a autonomia e a ação isenta de constrangimentos ideológicos; a busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais; a persecução da paz, por meio da coexistência pacífica e do desarmamento geral e progressivo; a defesa da não intervenção, da autodeterminação dos povos e do primado do Direito; e o apoio ao desenvolvimento (LEITE, 2012, p.83).

Este período foi marcado por um elevado grau de autonomia da política externa do Brasil, com os objetivos de maior projeção internacional e de ampliação de mercados. Corroborando com essa ideia sobre o cenário de confecção da PEI, Leite ainda destaca que essa: "Nasceu de um contexto de redefinições não só da configuração do poder mundial, mas, sobretudo, das percepções internacionais do Brasil, em que se vislumbravam novas possibilidades de cursos de ação a serem adotados pelo país" (LEITE, 2011, p.79).

A posição de independência presente na PEI, referia-se à autonomia do Brasil na escolha de seus parceiros para dialogar, cooperar e se relacionar, fossem tais parceiros,

Estados desenvolvidos, subdesenvolvidos²⁶, capitalistas, socialistas, ocidentais ou orientais. Ou seja, a visão do Estado frente ao cenário internacional não se resumia a debates ideológicos, ou em relação a blocos político-militares. A preservação da paz e do desenvolvimento, e o repúdio à colonização eram mais alguns dos pilares da orientação de política externa.

No tocante que tange as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos da América, a PEI visava auferir ao Brasil certa autonomia em relação a formulação de ideais, estratégias e no processo de tomada de decisões. Tais fatores geraram um afastamento político, do já conhecido alinhamento com os EUA, posicionamento esse que a política externa brasileira já havia experimentado em diversas outras ocasiões (AZEVEDO, 2014, p.28).

Como previamente destacado, um dos principais expoentes responsáveis pela formulação da PEI, foi o chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas. San Tiago Dantas, como era mais conhecido, esteve à frente da diplomacia do Brasil durante um período no governo de João Goulart. A PEI foi um momento muito importante para a política externa do Brasil como um todo, por ter inaugurado algumas das bases até hoje utilizadas pelos formuladores de política externa. Sobre a atuação ímpar de Dantas, na condição de chanceler, para a consolidação da dita política, podemos destacar que:

San Tiago Dantas [...] como Chanceler, ajudou a legar um mapa conceitual para a diplomacia brasileira que extrapola os limites da Política Externa Independente, da qual foi um dos mentores e executores. San Tiago não via o mundo pelas lentes simplificadoras da Guerra Fria. Considerava que a inserção internacional do País não deveria estar condicionada a filiações ideológicas. O Brasil deveria praticar uma política externa verdadeiramente global, capaz de afirmar o papel do País na cena internacional e buscar soluções para a promoção do desenvolvimento nacional. Profundamente preocupado com as assimetrias políticas e econômicas do sistema internacional, San Tiago Dantas defendia a construção de uma ordem internacional mais justa, que garantisse tratamento igualitário aos Estados (LESSA; HOLLANDA, 2009, p.9).

Para destacar dimensão da pluralidade de relações firmadas pelo Brasil no período vigente da PEI, destacamos alguns trechos entrevista de Jânio Quadros, intitulada *Brazil's*

²⁶No período destacado, a nomenclatura de "subdesenvolvimento" era comumente atrelada a um Estado com dificuldades econômicas e sociais, com parâmetros diferenciados dos ditos Estados desenvolvidos. Posteriormente, a alcunha "em desenvolvimento" foi formulada de modo que passou a ser atribuída aos referidos Estados, por ser menos pejorativa e possuir uma perspectiva de melhora.

New Foreign Policy publicada em 1961, no periódico norte-americano *Foreign Affairs*, que contém de forma geral as intenções do Estado brasileiro com a execução da PEI:

I might add that the raising of the economic standards of the African peoples is of vital importance to the economy of Brazil. Even from a purely selfish standpoint, we are interested in seeing the social betterment and improvement in the production techniques of Africa. [...] Not being members of any bloc, not even of the Neutralist bloc, we preserve our absolute freedom to make our own decisions in specific cases and in the light of peaceful suggestions at one with our nature and history. A group of nations, notably of Asia, is also careful to remain on the sidelines in any clash of interests which are invariably those of the great powers and not necessarily those of our country, let alone of world peace. The first step in making full use of the possibilities of our position in the world consists in maintaining normal relations with all nations. Brazil, either through misinterpretation or distortion of its better political judgment, spent many years without regular contacts with the countries of the Communist bloc, even to the point of having only roundabout and insufficient trade relations with them (QUADROS, 1961, p.6).

O trecho selecionado destaca o posicionamento brasileiro de liberdade de relações, repúdio ao colonialismo, assim como exalta a não visualização da divisão do mundo em blocos políticos-militares.

Destacando o ponto de vista de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno sobre o período, podemos apontar que: O foco principal da PEI consistia na expansão das relações internacionais do Brasil, com uma postura isenta de compromissos ideológicos, objetivando ampliação dos parceiros comerciais do país. Para que desse modo, o Brasil obtivesse maior autonomia no sistema, para a participação nas decisões internacionais. Em síntese, a PEI possuía a função de uma "política nacional de desenvolvimento" (CERVO; BUENO, 2002, p.311-313).

Cervo e Bueno corroboram ainda com a ideia de que a PEI consistia em uma releitura das relações internacionais do Brasil, de modo a abarcar diversos parceiros sem levar em conta compromissos ideológicos da questão Leste-Oeste, por outro lado, enfatizando a segmentação Norte-Sul do mundo. Isso, ao passo que buscava se envolver mais nas dinâmicas de decisão dos rumos do sistema internacional para a redução de suas assimetrias e vulnerabilidades.

Nesse período, o interesse brasileiro para com o continente africano, revigorava-se, com o objetivo de obter para o Brasil dois principais fatores de semelhante prioridade: o desenvolvimento econômico interno, assim como a influência desse na região vizinha. Isso

posto, o Estado almejava na África, um espaço para o exercício da influência brasileira, fator que se associava com um projeto de construção da imagem internacional (PENHA, 2011 p.151).

Vale ressaltar que essa política externa adotada e utilizada pelo Brasil no período de vigência dos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart, estava muito adiante do *Zeitgeist*²⁷ do período. Nesse espaço de tempo, o mundo vivenciava questões como a Guerra Fria e a bipolaridade de poder, que possuíam incompatibilidades com a postura adotada pelo Estado brasileiro. De acordo com o pensamento do período, o Brasil deveria estar alinhado econômica e ideologicamente a um dos blocos. Um reflexo dessa posição foi o movimento militar de 1964 no Brasil.

Após o período da PEI, sucedeu-se o período dos governos militares, de modo que as relações entre as partes recuam de um modo geral, situação que apenas veio a se modificar no período de vigência do presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Esse recuo ocorreu visto que no início do período militar, o governo brasileiro estava mais voltado para o cenário interno, buscando defender o território da possível ameaça comunista. Deste modo, as relações entre Brasil e África nesse período se focaram em questões de segurança e de Defesa, uma vez que as costas atlânticas brasileira e africana eram interligadas, o que demandava iniciativas e ações para a proteção da região do Atlântico Sul (PENHA, 2011, p.161-162).

O segundo momento a ser destacado sobre essa relação mais próxima entre as partes atlânticas, é o do Pragmatismo Responsável, gerido ainda dentro do período de regime militar, no governo do Presidente Ernesto Geisel. Nesta gestão, a prioridade atribuída à África era comparável à destinada à América Latina. Alguns dos principais objetivos dessa retomada seriam: "[...] diversificar os parceiros comerciais do Brasil, ampliando, sobretudo, mercados para a exportação de bens manufaturados e serviços, diante do protecionismo de EUA e Europa Ocidental" (LEITE, 2011, p.143). Vale ressaltar ainda, que durante esse período o mundo passava por mais uma de suas diversas crises econômicas, essa iniciada em 1971, com o fim do padrão ouro.

No período do governo Geisel, sob a tutela do chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, a política externa do Brasil foi orientada com o objetivo principal de gerar o

²⁷ *Zeitgeist* também é conhecido como o espírito da época, ou do tempo. A palavra é comumente utilizada para descrever a influência das particularidades, corrente intelectual, moral e cultural em um determinado período de tempo. Uma ampla e aprofundada discussão sobre o tema pode ser encontrada na obra "Sobre o Tempo" (1998), do sociólogo alemão Norbert Elias.

desenvolvimento econômico para o Brasil, através da inserção internacional do Estado, para que pudesse alcançar o objetivo final do desenvolvimento. Essa postura representava uma nova roupagem da PEI, de modo em que também estava desvinculada de uma visão polarizada do mundo. O Pragmatismo Responsável buscava seccionar o mundo entre Norte e Sul (desenvolvidos e subdesenvolvidos), em detrimento da dinâmica Leste-Oeste. Essa política ainda pregava a autonomia em relação aos EUA, ao passo em que a dinâmica de poder do Brasil no cenário internacional, recebia um destaque especial.

Nessa época também ocorreu a crise do petróleo de 1973, de modo em que um dos objetivos do governo brasileiro nesse período, foi o de recuperação econômica do país. Por conta destes elementos, o governo Geisel foi um período marcado pela diversificação de parceiros comerciais e busca por novos mercados. Destaca-se um trecho que define bem o pensamento nacional de Silveira assim como o posicionamento adotado pelo Brasil no período destacado:

Muito do comentário sobre a política externa do governo Geisel interpreta o período como um movimento de crescente independência, autonomia e 'flexibilidade' em relação aos estreitos limites impostos pela estrutura do sistema internacional da Guerra Fria. Livrava-se o Brasil da pecha do alinhamento automático aos desígnios do poder hegemônico hemisférico, os Estados Unidos. Assim, o pragmatismo seria uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências. [...] Silveira via o poder como um misto de capacidade financeira, pujança cultural e agilidade diplomática. [...] Silveira acreditava que a posição relativa de uma nação dependia mais de seu prestígio na sociedade internacional do que de sua força militar. O poder era, acima de tudo, um atributo social, sustentado por peso econômico (SPEKTOR, 2004, p.195-206).

O continente africano seria estrategicamente importante para a consolidação dos objetivos do Estado brasileiro naquele momento, haja vista seu posicionamento no Sistema Internacional. Tal situação é bem destacada em:

No plano político, a aproximação com a África respondia ao interesse de maior projeção do Brasil no cenário internacional, por meio da universalização de relações de forma autônoma e isenta de alianças especiais ou constrangimentos ideológicos. Assegurava ao país presença internacional própria e tendia a facilitar a adesão africana aos temas de interesse do Brasil nos foros multilaterais. O adensamento das relações do Brasil com a África subsaariana independente manifestou-se, sobretudo, nos planos político, econômico e de cooperação técnica (LEITE, 2011, p.144).

O terceiro e último momento, o qual o trabalho visa analisar de forma mais concreta, é o referente à relação com a África, na dinâmica da Política de Cooperação Sul-Sul. Tal política foi iniciada durante o governo Lula no ano de 2003, tendo perdurado até 2010.

No tocante da política externa, destaca-se que os princípios orientadores dessa política de Cooperação Sul-Sul, no período do Governo de Lula da Silva, foram formulados aos moldes da Política Externa Independente (1961-1964), princípios que foram ainda recuperados na segunda metade da década de 70, e utilizados na formulação do Pragmatismo Responsável (1974-1979). Desse modo, utilizando uma releitura de políticas anteriores, além da busca pela diversificação das relações bilaterais com os Estados em desenvolvimento, a ala diplomática brasileira, em consonância com as prioridades o governo do presidente Lula, passou a afirmar o desenvolvimento do Brasil com autonomia de decisão na seara internacional, assim como a pleitear energeticamente a multilateralização das relações interestatais, para que os países em desenvolvimento tivessem maior autonomia no sistema internacional (GONÇALVES, 2011, p.11).

Destaca-se que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1995-2002), governo anterior ao de Lula da Silva, em razão de suas condições econômicas ainda instáveis e outros fatores ligados a organização interna, o Brasil foi um espectador e receptor dos processos de cooperação internacional, ocupando um papel secundário, com interesses limitados e posturas tímidas em âmbito internacional.

A estratégia de inserção do Brasil no cenário internacional desenvolvida durante este governo, foi a do aumento da confiabilidade e credibilidade do país, frente aos países desenvolvidos, e às instituições monetárias internacionais, com a priorização de temas que englobassem questões de ordem econômica. Esse período que esteve envolto por posicionamentos neoliberais, que se desdobrou no Brasil, é ilustrado por Pecequillo, que destaca que:

Devido a suas escolhas, o país entrara em uma crise que somente seria superada com a recuperação da credibilidade por meio da adequação aos fluxos do novo sistema (“autonomia pela integração”). Tal integração era representada pela adesão às reformas políticas e econômicas patrocinadas pelos EUA e que encontravam respaldo nas organizações multilaterais como a ONU e nas negociações comerciais no âmbito do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT). Um dos símbolos deste período foram as prescrições neoliberais do Consenso de Washington (privatização, diminuição do Estado, abertura, desregulamentação). O Brasil também passou a ser

percebido como uma nação periférica, com opções limitadas, devendo se reinserir a partir de uma relação privilegiada com os EUA (PECEQUILO, 2009, p. 137).

Como destacado pela autora, ressalta-se a natureza da estratégia de inserção internacional brasileira nesse período, que era pautada na adequação às normas políticas e econômicas propostas pelas potências, sobretudo pelos EUA. Dentre as medidas adotadas pelo governo brasileiro, podemos destacar a adesão as normas do Consenso de Washington²⁸. Este período foi marcado pela aceleração da aderência do país as normas definidas em âmbito internacional, sobretudo as da área econômica, onde foram adotadas posturas como a das privatizações de diversos setores. Este esforço do governo, também pode ser visto na área da política nuclear, com a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), no ano de 1998. Contudo, dicotomicamente, esse período também foi marcado pela aspiração brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

É válido destacar que ainda no período de governo de FHC, o chanceler Luiz Felipe Lampreia impulsionou a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que posteriormente seria o órgão responsável pela gestão e organização de toda a temática relacionada às Cooperções Internacionais de âmbito técnico (LANDAU, 2008, p.109). Este órgão viabilizou as medidas tomadas para a cooperação entre os países em desenvolvimento do governo seguinte.

Ressalta-se que a política externa do governo de Fernando Henrique Cardoso, por conta do estreitamento de laços com países desenvolvidos, foi marcada por uma baixa contestação da ordem vigente no sistema internacional, porém com o advento do Governo de Lula da Silva (2002-2010), este cenário paulatinamente modificou-se.

O governo Lula orientou o corpo diplomático empenhado na contestação da ordem vigente do Sistema Internacional, sistema este que possuía sutis, porém claras divisões entre os países do Norte e os do Sul, ricos e pobres, e entre aqueles que tinham e os que não tinham a capacidade de opinar sobre os rumos das decisões internacionais. Deste modo, o Brasil

²⁸O Consenso de Washington foi um pacote de medidas e ajustes macroeconômicos formulado por economistas de instituições econômicas internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, em novembro de 1989, com base em teorias do economista inglês John Williamson. Estas medidas deveriam ser adotadas com o objetivo de promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento (BIDAURRATZAGA, 2014).

focou-se em tornar a ordem mundial mais multilateral. Como destaca Ricardo Seitenfus²⁹, a respeito deste ocorrido:

O ativismo na seara externa demonstrado pelo governo Lula decorre de uma percepção diferenciada dos desafios internacionais do Brasil. Nossa posição sempre foi marcada, ao longo da história, por um elevado grau de conservadorismo e de satisfação com o sistema internacional. Essa posição funda-se na idéia [sic] de que uma eventual contestação do sistema traria riscos excessivos se comparados às eventuais vantagens de que desfrutaria o imenso (mas frágil) Brasil (SEITENFUS, 2004, p.1).

Em síntese a política externa brasileira adotada no período de vigência do presidente Lula da Silva, basicamente consistiu em uma releitura e realocação das relações no cenário internacional, visando o alcance dos objetivos do Estado brasileiro. Como destacado pelo próprio Lula da Silva, quando ocupava o cargo de Presidente da República, em ocasião de justificação e pontuação dos rumos e origens de sua política exterior:

A agenda internacional está mudando. E, num cenário em transformação, todos os países procuram redefinir os seus espaços. Para nós, não se trata de adotar uma acomodação, passiva ou reativa, às mudanças em curso. Precisamos, sim, nos antecipar criativamente a elas, sempre de acordo com os interesses legítimos do Brasil. Temos que ser capazes de traduzir esses interesses em pontos da agenda internacional. Para tanto, não seremos prisioneiros de confrontos ideológicos estéreis. Tampouco nos contentaremos com o atual estado de coisas (SILVA, 2003, p.14).

Em consonância com os objetivos nacionais e com a estratégia de inserção internacional adotada pelo país, o governo Lula foi marcado ainda pela priorização das relações com países em desenvolvimento, sobre tudo com os países vizinhos da América do Sul³⁰, assim como os do continente africano. Em relação ao continente africano, para o maior intercâmbio diplomático entre as partes, foram criadas no Brasil diversas embaixadas de

²⁹Ricardo Seitenfus é um cientista político brasileiro nascido no ano de 1948. É doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Genebra. Lecionou em diversas universidades pelo Brasil e pelo mundo (SEITENFUS, 2004).

³⁰ Durante o governo de Lula da Silva, no que tange a política exterior, elementos como a cooperação, intercâmbio comercial, diplomático e cultural, concertação política e diálogo com os Estados vizinhos pertencentes à América do Sul foram inúmeros e incontestavelmente efetivos. Porém, o trabalho foca-se em pontuar a relação do Brasil com os pares do continente africano, limitando assim o universo da análise em relação a esses.

países africanos, como Congo, Etiópia, Burkina Fasso, Zâmbia, Tanzânia, entre outras, assim como a criação de representações diplomáticas do Brasil nos referidos países.

É válido ressaltar que embora o Brasil tenha priorizado o intercâmbio diplomático e abertura de embaixadas em países africanos, não deixou de realizar o mesmo movimento com países em outros continentes, como o americano, europeu e asiático, como no caso de Santa Lúcia, Bahamas, Albânia, República do Chipre, Tuvalu e Timor Leste. Deste modo, o Brasil atribuiu um elevado grau de importância no estreitamento de relações com países do hemisfério Sul como prioridade de política externa.

Deste modo, é possível destacar que o movimento de abertura de representações diplomáticas por parte do Brasil nos destacados países, representou o interesse e esforço do país, no maior intercâmbio e estreitamento de relações com os países em desenvolvimento, sobre tudo com os países do hemisfério Sul. Atualmente, o Brasil possui 38 representações diplomáticas no continente africano³¹, das quais 19 foram inauguradas ou reativadas durante o período do governo Lula (BRASIL, 2015d).

Como pontua Almeida, com maior particularidade: "Entre 2003 e 2010, dezenove embaixadas brasileiras foram abertas ou reativadas na África. Desde 2002, foram realizadas 31 visitas presidenciais a 23 países africanos, dos quais vinte na sua porção subsaariana" (ALMEIDA, 2012, p.29). Podemos destacar esses como esforços do governo que apontam os interesses estratégicos do Brasil para com os Estados da região, assim como expressão do *soft power* brasileiro.

Ressaltando a questão da utilização do *soft power*, Joseph Nye destaca que "Um país pode obter os resultados que deseja na política internacional, porque outros países admirando seus valores, seguindo seu exemplo, aspirando seu nível de prosperidade e abertura, queiram segui-lo" (NYE, 2004, p.19).

Podemos visualizar essa postura na relação do Brasil com seus pares, sobretudo aqueles em desenvolvimento. Isso, uma vez que ao executar seus projetos de cooperação, assim como ao atuar e dialogar para com esses Estados, ou em conjunto desses, o Brasil busca mostrar-se aos parceiros como um Estado benévolo, de fato interessado e envolvido na temática em questão, que buscando o desenvolvimento do parceiro, preserva valores e ideais

³¹ Encontra-se disponível no Anexo A desse trabalho, uma listagem com as Embaixadas brasileiras oficialmente abertas ou reativadas na África no período compreendido entre 2003 e 2010.

nobres, embasados em costumes internacionais, em princípios constitucionais, assim como os do Direito Internacional.

Nye ainda completa que é igualmente importante para o Estado que deseje exercer seu *soft power*, que seja capaz de moldar sua Agenda internacional, de modo que esses ajustes possam atrair outros Estados nesse cenário (NYE, 2004, p.19). Podemos relacionar tal questão, à postura que substancialmente a política internacional do Brasil adquiriu a partir do ano de 2003. No período em que ocorreu a alteração das preferências de relações bilaterais, de modo que o país que se voltou para os Estados em desenvolvimento.

Com essa mudança da postura brasileira dada nesse período, o Estado que nos governos anteriores, buscava no cenário internacional preferencialmente aliar-se aos países desenvolvidos para adquirir vantagens e benefícios políticos e econômicos, por conta das melhorias internas ocorridas nos últimos anos, passou a possuir interesses ainda mais ambiciosos no âmbito internacional. Dentre estes interesses, podemos destacar a busca por um maior multilateralismo no cenário internacional, a igualdade entre os Estados, assim como a reafirmação do interesse na reformulação do Conselho de Segurança da Nações Unidas, com a busca de um assento permanente. Como destacado, é válido pontuar que este interesse brasileiro referente ao CSNU já existia desde antes dos governos FHC e Lula.

Desta forma, com um ambiente interno favorável em relação às áreas política e econômica, e objetivando a consolidação destes interesses, o Brasil passou a assumir papéis e adotar posturas mais proeminentes no cenário internacional. Das posturas brasileiras, podemos destacar a liderança com maior robustez das então nomeadas "Cooperações Sul-Sul" (CSS), a constante atuação em Missões de Paz da ONU, assim como a consolidação de crescentes alianças com os países em desenvolvimento, em foros e instituições internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial do Comércio (OMC), dos quais o país anteriormente já participava como observador.

Tais mudanças que ocorreram de um governo para o outro são atribuídas às decisões, interesses e posicionamentos governamentais, que ocorreram e paulatinamente vieram a alterar a postura do país frente ao cenário internacional. Diversos autores envolvidos na análise e compreensão do cenário internacional, como a autora norte-americana Susan Strange³² e o diplomata Celso Amorim³³, convergem no pensamento de que mudanças de

³² Susan Strange foi uma economista britânica nascida em 9 junho de 1923 e morta em 25 de outubro 25 de 1998. Strange foi uma autora muito influente e respeitada acerca de temas internacionais, sendo ainda umas

postura de um país podem estar atribuídas à vontade ou tipo de visão política dos responsáveis pelo processo de tomada de decisão deste país.

Susan Strange salienta que: "Different administrations, even different foreign ministers, have had divergent perceptions of what was, and was not, in their country's national interest" (STRANGE, 1996, p. 17). Celso Amorim, igualmente aponta que é de decisão das lideranças políticas de um país, o nível de prioridade que será atribuído à política externa (AMORIM, 2010, p.2). Deste modo, assinala-se que um Estado que atribua um maior nível de prioridade à sua política externa, certamente irá se empenhar, dedicar mais esforços e alocar mais recursos para a viabilização e obtenção de seus objetivos. Posteriormente será constituída uma discussão sobre os elementos de transição da política externa entre os dois governos destacados, salientando em que pontos esses convergem e divergem nas distintas gestões.

No decorrer dos dois períodos do governo Lula, ocorreram alterações no cenário econômico interno, que contribuíram para o crescimento e maior estabilidade do país. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)³⁴ realizada no ano de 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos destacar a ocorrência do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), queda na inflação, queda na taxa de desemprego, diminuição da desigualdade social, entre outros fatores positivos.

O país ainda intensificou suas relações bilaterais com parceiros econômicos importantes, como a China, atuou no fortalecimento e consolidação de instituições importantes para o pleno funcionamento e desenvolvimento do país, como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), entre outros. Tais movimentos de fortalecimento institucional auxiliaram na maior integração do país com os pares da América Latina sobretudo.

Pelo grau de importância atribuído às relações com países em desenvolvimento na política exterior do período, faz-se necessário realizar um breve levantamento para apontar a origem dessas relações, mais conhecidas como Cooperações Sul-Sul (CSS). Mais adiante, em

das responsáveis pela criação da "Economia Política Internacional" como disciplina da cadeira das ciências sociais (STRANGE, 1996).

³³ Celso Amorim é um político e diplomata brasileiro que já o cargo de Ministro das relações Exteriores, durante diversos governos. Atualmente Amorim é Ministro da Defesa do governo Dilma, tendo assumido o cargo desde 2011.

³⁴ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 2009, encontra-se disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2009>. Acesso em 20 mai. 2014.

um capítulo voltado para o tal, será construído um histórico acerca da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a modalidade de cooperação que deu início às CSS.

Como destacam Renzio et al. (2013), esta modalidade de iniciou, dando seus primeiros passos na década de 1950, mais precisamente em 1955. Neste período a cooperação entre países do Sul começou a ganhar incentivo, por conta da conferência de Bandung, onde os países em desenvolvimento buscavam cooperar com o objetivo de alcançarem juntos o status de desenvolvidos. No começo, a dinâmica se dava mais como uma troca de conhecimentos e experiências entre as partes, visto que estas não possuíam experiência, capacidade, e recursos necessários e suficientes para adentrarem nesta "nova" prática. Com o passar dos anos foram obtidos resultados essenciais para o auxílio dos países em desenvolvimento, como maior institucionalização do tema, o que deu origem à Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no ano de 1964. Este foi o grande estímulo para o fomento das cooperações entre países em desenvolvimento, de modo em que esses se desatrelaram do papel de meros receptores de cooperação, à medida que buscaram se articularem mutuamente. Assim, no final da década de 1960 e começo de 1970, passaram a adotar planos de articulação conjunta, executados exclusivamente entre países em desenvolvimento. Com o tempo, essas cooperações foram se aprimorando, através da contribuição das partes, até chegarem ao ponto em que se encontram na atualidade (RENZIO, et al. 2013, p.3).

Conforme esses Estados em desenvolvimento buscavam o auxílio mútuo para o alcance de soluções endógenas para suas questões, assim como para o desenvolvimento de fato, também objetivavam uma inserção mais igualitária e justa no Sistema Internacional. Tal situação é bem destacada no seguinte trecho:

Na década seguinte, o Movimento dos Não Alinhados apoiou as iniciativas para uma Nova Ordem Econômica Internacional, na qual os países em desenvolvimento pretendiam ter uma inserção mais igualitária na economia mundial, em oposição ao domínio dos dois polos EUA e URSS. Em 1978, no âmbito da UNCTAD, realizou-se na Argentina uma conferência envolvendo 138 países, avigorando a Cooperação Sul-Sul. O Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), documento no qual o termo “cooperação horizontal” aparece pela primeira vez, promovia a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. A partir de 1978, o Brasil foi chamado a promover uma expansão dessa atividade, que foi se tornando uma importante ferramenta da política externa e da projeção internacional do país (RENZIO, et al. 2013, p.9).

Como pontuam Renzio et al, com o passar do tempo, os Estados em desenvolvimento foram se fortalecendo no âmbito das cooperações Sul-Sul. Desse modo, suas demandas e reivindicações em âmbito internacional foram paulatinamente tornando-se mais refinadas.

Deste modo, destaca-se que a política de Cooperação Sul-Sul que se iniciou no período do governo Lula, não foi uma invenção desse governo, mas sim a retomada de esforços anteriores. Essa política foi retomada no destacado período, de modo que se desenvolveu em consonância com o Itamaraty, como uma política de Estado.

A presença e atuação do Brasil na região do Atlântico Sul, com o foco nos Estados africanos, marcou a política externa do governo do presidente Lula, porém, embora tenha sido uma mudança bastante abrupta em relação ao Governo anterior, do presidente Fernando Henrique Cardoso, não constituiu uma novidade no histórico das relações internacionais do Brasil.

Embora as posturas tenham sido díspares entre os dois governos, FHC e Lula, ocorreram continuidades, das quais podemos destacar a busca pelo multilateralismo, bem ilustrado pelo pleito brasileiro de seu assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Dessas iniciativas, pode-se destacar também a reafirmação dos princípios do TNP, durante no governo subsequente ao de FHC. O tratado foi reafirmado e em seu escopo geral, o que foi útil para que o Brasil reiterasse perante a comunidade internacional seu interesse pacífico no que tange a energia nuclear. O que ainda possibilitou que o Brasil pudesse manifestar-se internacionalmente em prol da redução, com posterior eliminação, dos armamentos nucleares, voltando-se aos Estados detentores destes.

A mudança de postura ocorrida entre os dois governos foi mais focada no posicionamento do Estado no cenário internacional, visto que o corpo diplomático do Governo Lula inovou e se destacou pelo êxito em buscar nova leitura tanto da ordem internacional como a participação do Brasil nessa ordem (LEITE, 2011, p.163).

Leite destaca que, a ordem internacional do período era propícia para a manifestação dos pleitos brasileiros, haja vista o esfacelamento da lógica bipolar, de modo que o sistema já se sustentava em uma dinâmica multipolar. Com isso, outros temas, que não os estritamente focados em questões militares ou de segurança, poderiam ser introduzidos na Agenda internacional, para a discussão entre os atores do sistema (LEITE, 2011, p.163).

Como acentuado, a orientação da política externa no destacado período, foi a voltada para a aproximação com os Estados do eixo Sul. Em relação ao continente africano, a postura do governo foi o de estreitamento de laços e aumento das relações de intercâmbio e cooperação em variadas dimensões, como a econômica, cultural, comercial, dentre outras. O principal objetivo era o de aprimorar o diálogo entre as partes, não apenas para gerar benefícios e oportunidades para o Brasil em território africano, mas também para gerar o desenvolvimento e capacitação em determinadas áreas de necessidade dos Estados parceiros. Isto, além da oportunidade da construção de alianças que pudessem possibilitar apoio internacional às causas brasileiras de contestação da assimetria presente no sistema. Corroborando com tal linha de pensamento, podemos destacar o seguinte trecho:

Mais que um aumento nas trocas comerciais, as parcerias Sul-Sul possibilitam maiores ganhos internacionais, não de forma relativa, e sim em termos absolutos para os participantes, situação entendida como um diferencial em se tratando de alianças, uma vez que não privilegia o Estado mais forte. Neste sentido, o caminho que o Brasil traça atualmente é, de fato, ancorado numa maior sensibilidade perante as relações de poder presentes nas relações internacionais (CARDOZO e LACERDA, 2012, p.199).

Para que seja possível compreender os motivos que possibilitaram ao Brasil se inserir de modo diferenciado no sistema internacional, é válido apontar a conceituação de "inserção internacional" destacada por Gonçalves³⁵ (2011). Em síntese de acordo com esta teoria, a inserção internacional de um Estado depende de uma tríade de indagações sobre o país: o que é; como é visto; e, o que quer ser. O primeiro fator é determinado pela condição real do Estado e seu grau de desenvolvimento, deve ser levado em conta como o Estado é, e que elementos ele possui. Em segundo, depende de como o Estado é visto por seus pares no sistema, e de que maneira esse entra no cálculo estratégico das grandes potências. E em terceiro, o questionamento sobre onde o Estado quer chegar, o que ele quer ser. Este talvez seja o questionamento mais complexo de se solucionar, uma vez que envolve toda uma montagem estratégica, que exige um consenso entre as elites do país. Como nota-se, a inserção de um Estado no cenário internacional não é um ato de pura vontade, mas sim

³⁵Williams da Silva Gonçalves é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF (1978), Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC/RJ (1984) e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo-USP (1994). Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ; Colaborador Permanente do Centro de Estudos de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval-EGN.

dependente de diversos fatores. A partir da resposta dessas três perguntas, o Estado pode traçar sua estratégia de inserção, condizente com sua realidade, e do sistema em que busca se posicionar (GONÇALVES, 2011, p. 140-141).

A mudança de postura ocorrida na diplomacia brasileira foi deveras discrepante da realizada no governo anterior, porém como já apontado não é uma inovação. Isto uma vez que os princípios norteadores da política externa do Governo Lula, eram os presentes na Política Externa Independente. Esses mesmos princípios foram recuperados na segunda metade da década de 70, com o Pragmatismo Responsável que perdurou até o fim da década de 80, obtendo esses ainda uma breve passagem durante o governo de Itamar Franco, na década de 90. Neste último período, sob a tutela do chanceler Celso Amorim, que buscou reintroduzir o conceito de desenvolvimento na Agenda internacional, porém tanto o cenário interno do país, como a seara internacional contribuíram negativamente para que esse planejamento não avançasse. O que não impediu que a tentativa fosse melhor sucedida anos mais tarde, com configurações diferenciadas tanto no cenário nacional, quanto no internacional (GONÇALVES, 2011, p. 110).

De fato, a política externa do Brasil possui certos momentos de continuidade, porém também possui muitos períodos de ruptura, isso por conta das mudanças políticas na liderança do Estado. Tal situação de ruptura nas políticas (não apenas na política externa, mas nas políticas internas como um todo) ocorrem, uma vez que a liderança (Executivo) tende a executar políticas de governo, mais voltadas ao curto prazo, no lugar da realização de políticas de Estado, voltadas ao longo prazo. Tal postura de certo modo, pode ser visualizada como algo desfavorável ao Estado e à população como um todo. Isso, pelo fato de que em determinados momentos, o estado de urgência em que são elaboradas essas políticas, pode fazer com que não sejam considerados ou priorizados, necessidades e elementos mais profundos do Estado. Porém, por outro lado muitas vezes tais políticas mais urgentes servem como uma panaceia mais imediata para o problema da burocracia, uma vez que políticas de Estado por demandarem maior escopo de atuação e de alcance envolvem outras áreas que não apenas o Executivo³⁶ (ALMEIDA, 2013, p.2).

Nesse ponto, faz-se necessário discorrer acerca do envolvimento do chefe de Estado ou governo na política externa do país, modalidade conhecida como "diplomacia

³⁶ Um autor que pontuou com muita propriedade a dicotomia e as contradições existentes na formulação de políticas no Brasil, foi Alberto Torres, em sua obra "O Problema Nacional Brasileiro" (1978).

presidencial". Como acentua Horta, a dita "diplomacia presidencial" sofre de fragilidade metodológica, por conta de variados autores pontuarem a conceituação dessa de maneiras distintas, de modo em que estas carecem de clareza em relação aos sentidos de "condução" da política externa pelos chefes de Estado ou governo (HORTA, 2012, p.13). Por conta dessa variedade de conceitos, e sua destacada vulnerabilidade, optou-se por não conceituar o termo, mas sim exemplificar sua funcionalidade.

A diplomacia brasileira historicamente é conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, através de seu corpo diplomático. Contudo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o Presidente da República é o indivíduo que detém a responsabilidade³⁷ em relação à política externa do Brasil, sendo esse assessorado pelo MRE (PRETO, 2006 p. 18).

Desse modo, como destacado, o que se configura como diplomacia tradicional, é aquela conduzida pelo MRE e seus órgãos. Já a "diplomacia presidencial" seria aquela diplomacia que possui um envolvimento aprofundado da figura do Presidente da República no processo de tomada de decisão, em relação aos assuntos que envolvem e determinam a política externa do país (HORTA, 2012, p. 4).

Como pontuado por Almeida, a descontinuidade de políticas não consiste em uma exclusividade da política interna, de forma que também pode, e ocorre, na política externa. Destaca-se que o MRE é um órgão que possui certa autonomia de atuação, de modo em que mantém a continuidade em relação aos objetivos do Estado no cenário internacional. Contudo, esse sofre influência da orientação do governo atrelado a ideologias, fato que tende a determinar o modo como estes objetivos serão alcançados no dito cenário. Em síntese, destaca-se que para haver um consenso em relação à política externa, e que de fato o Estado seja capaz de se inserir de maneira privilegiada no Sistema Internacional, como buscado desde o período de Rio Branco, o Brasil deve estabelecer políticas de Estado, duradouras e focadas no longo prazo, em detrimento de determinadas políticas de governo, que por vezes possuem caráter e resultados efêmeros, e que não se revelam capazes de atenderem de modo permanente aos interesses do Estado brasileiro.

Destacada essa questão da estrutura existente no escopo de política externa do Brasil, aponta-se que outros elementos e considerações mais aprofundados, a respeito das políticas de

³⁷ As atribuições do Presidente da República estão previstas no artigo 84 da Constituição Federal de 1988.

Cooperação Sul-Sul desenvolvidas e executadas durante o governo de Lula da Silva, serão apresentadas em um capítulo que se dedicará exclusivamente a esse instrumento de política externa.

3 - O BRASIL E O ATLÂNTICO SUL

Este capítulo visa abordar como ponto principal a região do Atlântico Sul como parte do entorno estratégico do Estado brasileiro, salientando a importância que essa representa para o Brasil, assim como a atuação do país visando manter a região segura, e na medida do possível, livre de instabilidades. Antes de pontuar a atuação do Brasil na região, serão apontados de modo breve, elementos como a importância dos oceanos para os Estados, assim como o atual sistema jurídico que regula esse espaço.

3.1- A importância dos oceanos

Ao se pensar na relevância do mar para uma sociedade, a primeira utilidade que se visualiza é a pesca, atividade econômica responsável pelo provento de receitas a Estados marítimos, assim como pela subsistência de muitos dos seus nacionais. Apesar da importância da atividade da pesca, existe outro elemento relacionado ao mar, de elevada relevância, as linhas de comunicação. Desde a antiguidade, até os dias atuais, as ditas linhas de comunicação possuem importância primordial para o desenvolvimento dos Estados marítimos.

A relevância dessas para os Estados marítimos, repousa no fato de que através dessas rotas, trafegam os produtos escassos e necessários em território nacional, importados por este, assim como são escoados os abundantes, que exportados convertem-se em fundos para o país. Através dessas rotas, ainda percorrem as forças navais responsáveis pela manutenção da segurança, defesa e integridade dos Estados, e de suas embarcações, para a garantia do pleno desenvolvimento da atividade.

Embora existam fatores adversos, o caminho por mar diferentemente do realizado por terra, não possui obstáculos naturais³⁸. O transporte dado por via marítima, agiliza o deslocamento assim como o torna menos oneroso, sobretudo em relação à longas distâncias e

³⁸ Considera-se como obstáculos naturais, elementos existentes em meio terrestre que dificultam a circulação de mercadorias, aclives ou declives acentuados, terrenos irregulares, de difícil acesso ou ainda entraves como rios, vegetação densa, presença de indivíduos e animais ameaçadores ou nocivos ao exercício. Apesar da subjugação a fenômenos naturais climáticos como tormentas e tempestades, o transporte executado por via marítima, destaca-se a ausência dos elementos anteriores.

pelo volume transportado. Tais características apresentadas, tornam o mar um meio útil não apenas para o comércio, mas também com importância estratégica para os Estados.

O transporte de mercadorias realizado por essa via, se sujeita a óbices como a pirataria, o tráfico marítimo, acidentes entre outros fatores. Desse modo, com a materialização dessas obstruções, visualizou-se a necessidade do surgimento e adoção de medidas para minimizar e até mesmo eliminar tais ameaças. Medidas essas a serem realizadas sobretudo por parte dos Estados banhados pelo mar, os maiores afetados pelos citados problemas. Desse modo, por conta da influência que o mar poderia causar no desenvolvimento de um Estado costeiro, e das constantes ameaças às quais a atividade expunha-se, pensou-se na criação de normas para a regulamentação desse espaço, e das atividades lá desenvolvidas (PEREIRA, 2014, p.224).

O ramo do Direito Internacional tipificado Direito Internacional do Mar, foi moldado ao longo do tempo, de acordo com as necessidades, eventos ocorridos ou atitudes tomadas por países da comunidade internacional, ou seja, de modo reflexivo. Com o passar dos anos diversas alterações de cunho político, diplomático e jurídico alteraram o entendimento, costumes e regulações a respeito do mar, de modo que foram realizados inúmeros esforços internacionais visando a regulação deste espaço. O consenso seria um ponto nebuloso de se alcançar, porém era necessário que se chegasse a um entendimento internacional a respeito da temática (ZANELLA, 2013, p.79-81).

Destaca-se que a formulação dos conceitos construiu-se no decorrer dos anos, de modo que entendimentos, interesses e necessidades dos Estados costeiros foram contrapostos ou convergiram até chegarem ao que hoje entendemos como o Direito do Mar. Este Direito, atualmente é regulado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, na a qual os países signatários buscam a todo o momento realizar ajustes e melhorias que se reflitam na melhora da condução das relações entre os Estados e o mar. Como apontam Beirão e Pereira sobre essa Convenção construída de maneira multilateral, através de negociações entre os Estados parte:

Expressão eloquente do multilateralismo em momento no qual se buscava um novo ordenamento internacional mais justo e equitativo, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) [...] constitui o principal arcabouço político e jurídico para regulamentar o uso dos oceanos. Conhecida como “A Constituição do Mar”, normatiza todos os aspectos do universo marítimo, inclusive delimitação das fronteiras, regulamentos ambientais, investigação científica, comércio e resolução

dos conflitos internacionais envolvendo questões marinhas. [...] A Convenção definiu os conceitos dos espaços marítimos (Águas Interiores, Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva, Plataforma Continental, Alto-Mar e Fundos Marinhos) e criou três órgãos de solução de controvérsias para assegurar o cumprimento dos seus dispositivos [...] (BEIRÃO; PEREIRA, 2014, p.6-7).

Atualmente a CNUDM é o principal marco regulatório que rege o espaço marítimo, embora existam matérias e questões ainda a serem discutidas e definidas, para que a Convenção possa ser considerada como finalizada. Tais matérias muitas vezes não são discutidas e resolvidas pela dificuldade de se chegar à um consenso, por conta de essas serem foco de opiniões e interesses divergentes dos Estados envolvidos nessa regulamentação.

Destacadas brevemente as questões voltadas para a regulamentação do espaço marítimo, assim como ressaltada a importância desse espaço estratégico para os Estados marítimos, segue-se com as considerações acerca do entorno estratégico brasileiro.

3.2 - O Entorno Estratégico Brasileiro

Apointa-se que não se fez possível o alcance de um conceito específico de "entorno estratégico", desse modo, através da definição³⁹ da palavra, optou-se por considerar este como sendo: uma determinada área geográfica que se encontra próxima ou ao redor de um determinado Estado. Desse modo, por conta da proximidade e importância, este entorno pode vir a influenciar tanto positivamente, como negativamente no Estado destacado, o que implica no empenho e em posicionamentos do Estado, que visem a garantia da estabilidade e paz neste entorno de importância estratégica.

Através da esteira do pensamento de Mattos, por conta da ausência da definição do termo até mesmo no Glossário das Forças Armadas (2010), documento editado pelo Ministério da Defesa (MD), no caso brasileiro, o conceito de entorno estratégico pode ser visualizado como “região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar” (MATTOS, 2014 apud FIORI⁴⁰, 2013, p.32). No

³⁹ O significado da palavra entorno, de acordo com o Dicionário Online Dicio, é: s.m. Que circunda ou rodeia; que está ao redor de algo (DICIO, 2015).

⁴⁰ FIORI, J. L. **O Brasil e seu Entorno Estratégico na Primeira Década do Século XXI**. In: Sader, Emir. (Org.) 10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013

caso do Brasil, o espaço considerado como entorno estratégico encontra-se descrito na Política de Nacional Defesa, em sua quarta seção.

Como descrito em um dos documentos de mais alto nível voltado à defesa e segurança do Estado brasileiro, a Política Nacional de Defesa, "Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica" (BRASIL, 2012, p.4). Neste trecho extraído do documento, tem-se o entendimento sobre o que é considerado como entorno estratégico, de modo que se faz importante para o trabalho destacar o Atlântico Sul e os países limítrofes da África. Ainda de acordo com o documento, esse expressa que o Brasil visa direcionar esforços para aprofundar seus laços de cooperação com os Estados existentes dentro do dito entorno estratégico.

Destacada a questão do entorno estratégico brasileiro, adiante será pontuada a relação do Brasil com a região do Atlântico Sul. Em consonância com os elementos já apresentados, como salientado por Lima, o Brasil possui um território de grandes proporções, com tendências marítimas, uma vez que "A posição geográfica brasileira, distante dos principais centros econômicos mundiais, e deles isolado pela via terrestre, realça a importância do mar para o desenvolvimento do Brasil" (LIMA, 1994, p.9).

Ressalta-se também que os principais núcleos urbanos brasileiros, assim como as regiões de maior desenvolvimento encontram-se situados nas localidades costeiras ou próximas a essas. Tais fatores, implicam conseqüentemente, com que as regiões de costa sejam foco de concentração populacional, e de estruturas estratégicas para o Estado. Desse modo, aponta-se a necessidade de o Brasil possuir presente atenção ao oceano que o banha, o Atlântico Sul, para a manutenção desses núcleos (LIMA, 1994, p.9).

O Atlântico Sul não é visualizado pelo Brasil como um oceano que o separa dos países africanos, mas sim de modo inverso, como sendo um oceano que o interliga com os países desse continente. Dessa forma, o elemento em comum funciona de modo a viabilizar e facilitar o entendimento e diálogo entre as partes, isso por conta dessas possuírem objetivos e interesses comuns, no que diz respeito à região, como a cooperação, segurança, paz e a estabilidade. Assim na dinâmica da regional, o oceano funciona como um elemento integrador da cultura, do povo e dos Estados por ele banhados. Penna converge com esse pensamento de entendimento do espaço, ao salientar:

É curioso notar que a maior parte das fronteiras terrestres do Brasil são definidoras dos limites internacionais do país, ou seja, são apreendidas, geralmente, como linhas separadoras, delimitadoras de dois ou mais territórios de países soberanos. Já o mar não tem essa conotação. É uma porta de entrada, ao mesmo tempo em que permite e possibilita a projeção do país em direção a outras terras. Já se disse, por exemplo, que o Atlântico é uma ponte entre o Brasil e a África, apenas para situarmos na perspectiva dos nossos vizinhos da outra “margem” (PENNA, 2013, p.4).

Nesse trecho visualiza-se a relevância que as fronteiras marítimas representam para o Brasil. Ao se frisar essa questão das fronteiras marítimas brasileiras, destaca-se que no passado, o Brasil, na figura de um Estado exportador de produtos primários agrícolas, como o café e a cana de açúcar, tinha o mar como principal meio pelo qual o país adquiria fundos externos, uma vez que esse era o vetor pelo qual esses produtos eram escoados. Este era o único meio viável de comunicação e transporte entre o Brasil e os demais países mais distantes, que eram os principais parceiros comerciais brasileiros. O comércio internacional, realizado através do transporte marítimo era basicamente o meio de subsistência do país, que exportava itens primários, e importava os manufaturados de necessidade básica, ou até mesmo os supérfluos, por conta da indústria incipiente existente no país. Desse modo, pode-se aludir que o desenvolvimento, na forma de recursos, "chegava" ao país, por via marítima.

Na atualidade, o Brasil ainda é um exportador de *commodities* agrícolas, como soja e café, e elementos como minérios de ferro, com grande participação no comércio internacional. Por conta disso, é um país dependente do mar para o escoamento desses artigos. Inegavelmente, a maior parcela do transporte de mercadorias, importadas e exportadas pelo país, se dá por via marítima, cerca de 97%⁴¹. Assim, as linhas de comunicação marítimas do Atlântico Sul são a principal rota de escoamento de mercadorias do Brasil, além de ponto de passagem do comércio exterior de diversos outros países.

A manutenção da integridade, liberdade e segurança das linhas de comunicação marítimas, é um fator essencial para o bom funcionamento não apenas do comércio exterior, mas de toda o Estado em si, uma vez que estas linhas de comunicação são vitais aos interesses políticos, estratégicos e econômicos do Brasil.

⁴¹ A informação pode ser verificada na publicação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, intitulada Panorama da Navegação Marítima e de Apoio 2012.

As atividades relacionadas ao mar têm se intensificado com a nova dinâmica da globalização, fator que torna o intercâmbio de bens e produtos cada vez mais crescente e urgente, o que exige uma grande demanda de transporte marítimo⁴², e reforça a importância dos oceanos para o desenvolvimento e sobrevivência dos Estados. Esta crescente demanda de embarcações em trânsito pela região do Atlântico Sul, indica que os perigos e vulnerabilidades aos quais a região se sujeita, tornam-se maiores e mais complexos.

Como acentua Vaz, a importância do Atlântico Sul para o Brasil é pujante:

À medida que o país se desenvolve o Atlântico Sul passa a ganhar mais e mais importância para o Brasil. Assim, ao longo do século XX, com o processo de industrialização e o crescimento da economia brasileira, sua importância foi ficando cada vez mais evidente. Não é exagero afirmar que o Atlântico, pelo que representou no passado, pelo que representa no presente e pelo que representará no futuro, é vital para a continuidade do desenvolvimento e do crescimento do Brasil (VAZ, 2011, p.54).

Como pontua o autor, a tendência prospectiva é de que a região se torne cada vez mais estratégica e importante para o Estado brasileiro e para seu desenvolvimento, tanto por conta das atividades ali desenvolvidas, como pelos recursos existentes. Semelhante ao que ocorreu com o passar do tempo, com o aumento da complexidade e interdependência nas relações dadas entre o Brasil e os demais Estados do globo.

Reforçando o que foi dito, destaca-se que apesar da importância estratégica, econômica e geopolítica para o Brasil assim como para demais países banhados pelo Atlântico Sul, esse oceano possui um posicionamento secundário quando o assunto se refere às rotas do comércio global (SILVA, 2014, 201). Diferentemente da realidade atual, o Atlântico Sul já possuiu uma elevada relevância em relação ao tráfego marítimo global, como destaca Cabral:

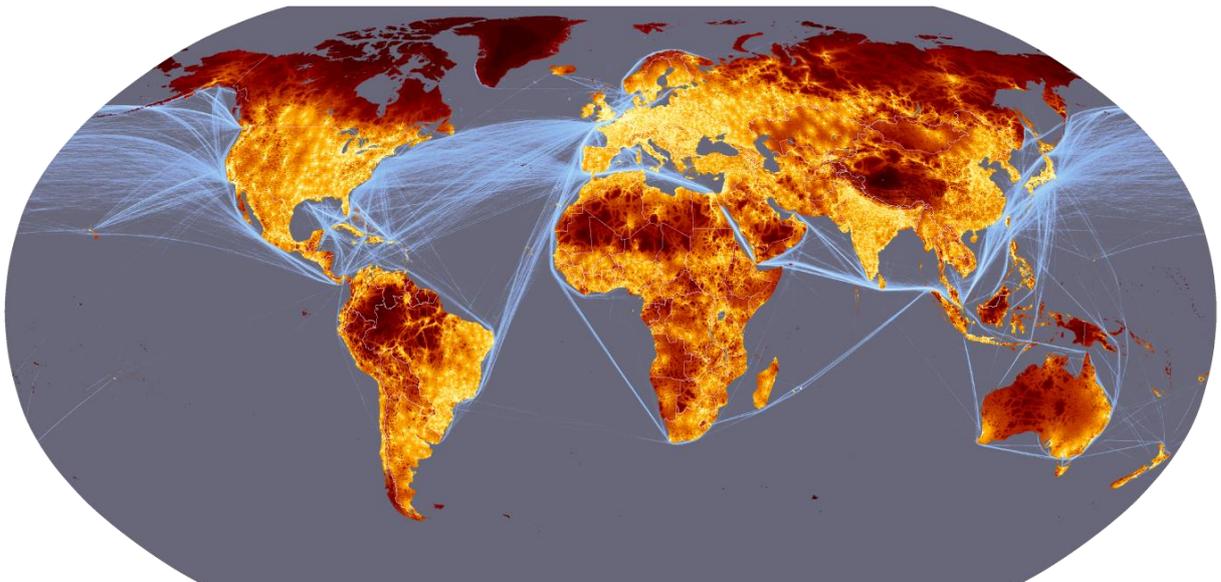
⁴² É importante destacar a questão da transnacionalidade do transporte marítimo na atualidade, gerada por conta da globalização econômica. Nesta época, os navios mercantes não mais pertencem a um único país, a maioria destes possui bandeiras de conveniência, de modo que o transporte de cargas passa a não mais ser de responsabilidade dos Estados, mas sim de empresas. Para exemplificar, empresas com sede em um país (A), transportam cargas em uma embarcação com bandeira de um país (B), de um país (C) até outro (D), com uma tripulação de variadas etnias (E), (F) e (G), uma completa mescla de Estados, capitais, interesses e nacionalidades envolvidos. Com bem destaca Till, tal situação poderia causar problemas, uma vez que caso um navio mercante deste tipo fosse atacado, tornaria-se afanoso identificar os Estados diretamente afetados e prejudicados. Deste modo, o transporte marítimo torna-se um fenômeno global, e não mais nacional, tendo que ser tratado e visualizado como tal (TILL, 2009, p.103).

Durante grande parte do século XX era sobre o Atlântico que trafegava o maior volume de carga mundial e havia um intenso tráfego de navios de passageiros. As principais rotas marítimas conectavam as Américas, a África e a Europa ao restante do globo em uma densa rede de relações comerciais pela qual se escoava a maior parte da produção industrial mundial e chegavam matérias-primas de todos os continentes. Além disso, foi construído sobre seu leito um sistema de comunicações baseado em cabos submarinos que interligavam os continentes (CABRAL, 2013, p.394).

Dada a atual dinâmica periférica do Atlântico Sul como rota comercial e de tráfego marítimo global no geral, destaca-se que essa pode se alterar com a consolidação do plano previsto para o alargamento do Canal do Panamá, assim como a construção de um novo canal, o da Nicarágua, como uma alternativa ao anterior para interligação entre os oceanos Atlânticos e Pacífico.

Para reafirmar as informações apresentadas sobre o posicionamento secundário do Atlântico Sul na dinâmica do tráfego marítimo internacional, segue o exemplo ilustrado no mapa abaixo. Podemos apontar nesse, que o maior fluxo do comércio global concentrado no eixo compreendido entre Ásia, Estados Unidos e Europa.

Ilustração 1 - Densidade das rotas de transporte marítimo global



Fonte: European Commission

Em relação a questão do fluxo do tráfego marítimo na região do Atlântico Sul, como destacado anteriormente, dois são os eventos que podem promover um aumento nesse fluxo, e o primeiro deles é a expansão do já existente Canal do Panamá. As iniciativas para a execução do projeto de expansão foram iniciadas em setembro de 2007, e possui previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2016. Quando concluído o projeto, o Canal será capaz de suportar embarcações de até 13 mil TEUs⁴³, valor que é o triplo dos 5 mil TEUs atualmente suportados (CANAL DE PANAMÁ, 2013).

O outro evento seria a criação de um Canal na Nicarágua. Do mesmo modo em que seu par Canal do Panamá, este possui o objetivo de realizar a interligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, porém possuindo cerca de dimensões três vezes maiores de largura e profundidade (HKND, 2015).

Existe a real possibilidade de que tais expansões alterarem a dinâmica logística do transporte marítimo da região, tornando essa rota marítima entre os oceanos Atlântico e Pacífico ainda mais utilizada. Um dos grandes beneficiados serão os EUA, uma vez que rota poderá proporcionar o escoamento de forma mais competitiva das *commodities* agrícolas norte-americanos para a Ásia, sobretudo para a China. A rota será ainda de grande utilidade para facilitar o intercâmbio de grandes volumes entre as duas partes, beneficiando assim tanto as *commodities*, como também à indústria de petróleo, por conta do acesso mais barato dos produtos norte-americanos aos mercados asiáticos em geral. A tonelagem das frotas mercantes globais, seguem uma tendência de aumento, desse modo, com a expansão do Canal será capaz de atender a um grande número de embarcações que até então não poderiam ser suportadas pela capacidade oferecida anteriormente. Esses navios representam cerca de 16% da frota global de navios container, dos quais realizam o transporte de 45% da tonelagem global (STRATFOR, 2013, p.1).

É válido destacar que a região do Atlântico Sul acumula uma série de elementos estratégicos, que vão desde recursos naturais, até Estados, cuja a manutenção de relações bilaterais, diplomáticas e comerciais são de interesse para o Brasil. Existe ainda a questão de o continente africano ser uma região com vasta potencialidade de exploração de mercados e formação de alianças por parte do Brasil. Tal exploração por parte do Brasil, sempre com o

⁴³TEU significa uma sigla de língua inglesa, "Twenty-foot Equivalent Unit", ou seja, uma Unidade equivalente a 20 Pés, que é o tamanho de medida utilizado para determinar o tamanho de um contêiner de carga. As medidas mais comuns de um contêiner de carga são: 20 pés (comprimento) x 8 pés (largura) x 8 pés (altura) (OCDE, 2002).

respeito às convenções, normas e leis internacionais, assim como aos princípios regentes da política externa brasileira.

É de interesse do Brasil a existência e manutenção de uma política externa pujante com os países do oeste africano, de modo que esta possa ser utilizada como o meio de projeção da influência do país no continente africano. Para que ocorra a melhoria do diálogo entre as partes, o Brasil presta diversos tipos de auxílio aos países em áreas de necessidade, por meio de cooperações. Estas cooperações podem ser de cunho técnico visando a melhoria e desenvolvimento socio-econômico, de cunho humanitário, com o auxílio em situações de crise, ou ainda de cunho militar, focada no desenvolvimento pontual de determinados setores e práticas, como no exemplo da Namíbia e de Cabo Verde.

Os interesses do Brasil na região do Atlântico Sul não se restringem à busca por legitimidade frente aos Estados vizinhos. Isto, uma vez que a região também é palco de uma gama de recursos naturais, situados dentro das águas jurisdicionais brasileiras. Tais recursos são de exploração e uso exclusivos do país, uma vez que se encontram dentro de sua Zona Econômica Exclusiva, de modo que existem ainda aqueles localizados em sua plataforma continental. Estes recursos provenientes do mar, vivos e não vivos, do solo e subsolo podem ser úteis ao Brasil, no que tange a seu desenvolvimento.

Destes, podemos destacar os recursos energéticos, como os minerais e o petróleo, e os recursos vivos, como o pescado e a biodiversidade, elementos que devem ser gerenciados e utilizados de maneira sustentável. Deste modo, urge a necessidade de defesa e proteção destes recursos, sejam estes utilizados para fins econômicos ou ecológicos. Por conta destas necessidades, a MB deve estar capacitada e adestrada para atuar na região.

A maior parte destes recursos encontra-se situada na Amazônia Azul, sendo esse o nome dado à região que engloba o território marítimo brasileiro com tamanho equivalente, aproximado de 3,6 milhões de km². Com a anuência positiva por parte da Comissão de Limites das Nações Unidas, ao pleito brasileiro de extensão de sua plataforma continental, esta região pode chegar ao tamanho de 4,5 milhões de km². O trabalho está sendo executado através do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC). A Unidade Responsável pela execução desse serviço é a Marinha do Brasil, por meio da Secretaria de Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). Está sendo elaborada uma proposta revisada de limite exterior da plataforma continental brasileira, para além das duzentas milhas náuticas, que será

encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) assim que concluída (BRASIL, 2015a).

O serviço que vem sendo executado pela MB e sua secretaria especializada para o tema, é legítimo e juridicamente respaldado pelo Direito Internacional. Um panorama contendo a justificativa e explicação tanto do trabalho, como da dinâmica geral da temática pode ser conferido em:

A Plataforma Continental de um Estado costeiro, conforme [...] compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até a distância de duzentas milhas marítimas (M) das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. A margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continental [...] o LEPLAC permitirá que o Brasil incorpore uma extensa área além das 200 milhas marítimas, a partir das linhas de base. Sobre sua Plataforma Continental, o País exercerá direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento de seus recursos minerais e outros recursos não-vivos do leito do mar e de seu subsolo [...] (BRASIL, 2015a).

Uma vez que a Comissão da ONU emitir um parecer positivo quanto ao pleito brasileiro apresentado pela SECIRM, o Estado irá auferir novos territórios marítimos repletos de recursos naturais, outrossim o Estado ainda irá adquirir uma maior responsabilidade em relação à proteção, preservação e administração desses recursos. De modo a ilustrar o serviço desempenhado com o LEPLAC, e pela Secretaria responsável pela temática, no anexo H, encontra-se uma imagem que exemplifica os ganhos em território marítimo que serão auferidos ao Brasil com o aceite da proposta brasileira por parte da Comissão especializada.

Faz-se absolutamente indispensável apontar que dentro deste território marítimo compreendido como Amazônia Azul existem, situadas na camada do pré-sal, reservas de petróleo e gás, além de jazidas de minerais, e na coluna de mar adjacente à essa, existem ainda recursos vivos como o pescado. Estas *commodities* como o petróleo e o gás provenientes da camada de pré-sal foram descobertos no ano de 2006. Após esse período, foram realizadas extensas pesquisas e análises sobre a região, sobre as condições de exploração e exploração desses recursos, assim como ocorreu o desenvolvimento de tecnologias próprias. Desse modo, desde 2008 esses recursos já vêm sendo explorados pela

Petrobrás, sendo que de acordo com as prospecções realizadas pela empresa, ainda possuem larga capacidade potencial de exploração (PETROBRAS, 2014).

Outro fator que sobressalta a importância estratégica e até mesmo econômica da região do Atlântico Sul para o Brasil, é o fato de 90% de toda a produção brasileira de petróleo gás ser realizada na plataforma continental nos campos *offshore*, em águas rasas, profundas e ultraprofundas. Desse modo, destaca-se ainda que a Petrobrás é a empresa responsável pela operação do maior número de plataformas flutuantes de produção no mundo⁴⁴, quantidade que envolve as plataformas próprias e as fretadas (PETROBRAS, 2015).

O governo brasileiro, buscando a manutenção da vigilância constante da região, está desenvolvendo o projeto de um sistema voltado para o monitoramento da região da Amazônia Azul, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). De acordo com a empresa que desenvolve o sistema, esse:

Vai tornar possível garantir a segurança e o controle da navegação marítima por meio de observação contínua, com o propósito de assegurar a presença do Estado no monitoramento, na proteção e na preservação dos recursos da costa marítima brasileira. A concepção de todos os sistemas e a integração aos demais órgãos formam uma rede de sensores terrestres e marítimos, centros de controle, monitoramento aéreo e ambiental, além de procedimentos de pronta resposta que permitem a vigilância e a proteção da nossa riqueza marítima, incluindo o pré-sal (FUNDAÇÃO EZUTE, 2015, p.1).

Devido as reservas de minerais e recursos energéticos, esta região é de maneira estratégica importante não apenas para o Brasil, mas como também para os demais Estados africanos e sul-americanos banhados pelo oceano. A existência desses recursos na região pode torná-la internacionalmente cobiçada por Estados externos à região, que possuem crescentes necessidades energéticas, ou necessitam de alternativas mais viáveis às já possuídas. Sobre essa questão, Fiori pontua que:

Na costa ocidental africana, também existem grandes reservas de gás, na Namíbia, e de carvão, na África do Sul; e na bacia atlântica, se acumulam crostas cobaltíferas, nódulos polimetálicos (contendo níquel, cobalto, cobre e manganês), sulfetos

⁴⁴De acordo com dados da empresa que datam de dezembro de 2014, essa opera 110 unidades de produção offshore, das quais 45 são plataformas flutuantes, sendo dessas 29 do tipo Floating Production Storage and Offloading (FPSO), e 15 semissubmersíveis (PETROBRAS, 2015).

(contendo ferro, zinco, prata, cobre e ouro), além de depósitos de diamante, ouro e fósforo entre outros minerais relevantes, e já foram identificadas grandes fontes energéticas e minerais, na região da Antártica (FIORI, 2013, p.3).

A importância estratégica dos recursos presentes na região repousa no fato destes serem de suma relevância para o desenvolvimento dos países, caso administrados e explorados de forma correta. A existência destes recursos amplifica a necessidade de posturas, posicionamentos e ações relativos à Defesa e segurança por parte dos países do entorno. Também implicam na capacidade de suas Marinhas em responderem às possíveis ameaças, para a garantia da soberania dentro das áreas de águas jurisdicionais e para patrulha além destas águas.

No caso do petróleo, visualizando sua importância de maneira mais ampla, Metri aponta que na conjuntura atual o petróleo é um recurso extremamente estratégico pois é o principal combustível que sustenta a matriz de transportes mundial, das forças armadas, assim como possui aplicações diversificadas nos mais diferentes tipos de cadeias produtivas, o que demanda de maneira crescente a busca dos Estados por essa *commodity* não renovável (METRI, 2013, p.10).

A concretização da exploração das potencialidades minerais e energéticas por parte do Brasil e dos países africanos pode aumentar a importância estratégica do Atlântico Sul. Essa pode ser ainda uma oportunidade ímpar para que empresas brasileiras, como a Petrobrás, possam executar projetos de transferência de técnicas e tecnologia, para o incremento das parceiras africanas.

Com a consolidação de novas parcerias voltadas para o fomento da exploração dessas potencialidades do espaço sul-atlântico, a grande quantidade de petróleo produzida na região poderia ser uma alternativa aos mercados dependentes do fornecimento do petróleo oriundo do Oriente Médio. Esta seria uma alternativa viável, que reduziria a dependência dos Estados Unidos e dos países europeus em relação aos recursos oriundos dos países do Oriente Médio (PESCE, 2012, p.88).

Como foi anteriormente frisado, o petróleo é um elemento estrategicamente importante para a planta energética mundial, e na região existem diversas reservas petrolíferas e de gás já descobertas, que estão em exploração, e outras em estágio de prospecção. Por conta dessa variedade de recursos energéticos na localidade, existe a possibilidade da região

se tornar alvo de cobiça por parte de outros Estados externos o território marítimo. Como apontam Santos Jr. et al, "possíveis causas de tensões e conflitos futuros na área geoestratégica do Atlântico Sul o interesse internacional na descoberta de novas reservas petrolíferas, bem como de recursos minerais e pesqueiros na plataforma continental brasileira e na costa africana" (SANTOS JR. et al, 2015, p.1).

Sabe-se que para que estes recursos destacados possam ser propriamente explorados e aplicados no desenvolvimento do país, a região deve manter níveis desejáveis de estabilidade e segurança, portanto, provem daí mais um dos interesses do país em buscar manter na região um elevado nível de integração, coesão e entendimento entre as partes.

Para a exploração destes recursos é necessário ainda, o conhecimento teórico e técnico, o que comprova a importância de cooperações técnicas realizadas entre o Brasil e os países africanos. É igualmente necessário o conhecimento da geografia, geologia e hidrografia da região, neste sentido, é válido o destaque de iniciativas como a realizada pela MB, que juntamente com as marinhas destes países africanos, como no caso de Cabo Verde, atua na execução do mapeamento da costa marítima destes.

Visando alcance seus diversos objetivos no cenário internacional, o Estado empenha-se em atuar e dialogar em diversos espaços, englobando variados temas como de cooperação, de segurança, de desenvolvimento entre outros, sempre prezando pelo fortalecimento institucional de foros multilaterais, como no caso da ZOPACAS. Portanto, em síntese, os interesses do Brasil na região do Atlântico Sul são complexos e variados, de modo em que convergem com o objetivo de manutenção da integridade e soberania nacionais sobre a região. Tal escopo abrangente desses interesses nacionais sobre a região, podem ser bem destacados em:

O interesse estratégico do Brasil nesta área vai além da defesa de seu mar territorial, e inclui toda sua Zona Exclusiva Econômica (ZEE), por onde passam cerca de 97% do seu comércio internacional; e onde se encontram, cerca de 90% das reservas totais de petróleo do Brasil, e 82% de sua produção atual; e mais 67% de suas reservas de gás natural (FIORI, 2013, p.3).

É ainda importante destacar que embora a região do Atlântico Sul seja pacífica tanto historicamente⁴⁵ como na atualidade, e em teoria não possua a presença de armamentos nucleares ou de destruição em massa, assim como os existentes em outras regiões oceânicas, esta ainda possui vulnerabilidades e ameaças. Tanto o Brasil quanto os demais Estados banhados por esse oceano, como suas respectivas marinhas, devem estar preparados para a neutralização ou resposta à estas ameaças e vulnerabilidades.

A região geopolítica compreendida com entorno estratégico, apresenta oportunidades ao Brasil, porém como pontuado, também possui extensas vulnerabilidades e ameaças presentes, o que implica na necessidade de preparo e empenho do país, visando a redução de incidência das vulnerabilidades, ou a pronta reação frente a concretização dessas ameaças. Para o objetivo de execução dessas atividades voltadas para a Defesa e segurança da região, destaca-se que atualmente a Marinha do Brasil (MB), é a marinha melhor estruturada e equipada, em relação às demais da região⁴⁶. Tal posicionamento, acarreta e até mesmo exige, que esta assuma posturas mais proeminentes na manutenção da segurança da região.

Das possíveis ameaças que podem estar presentes na região, podemos destacar: terrorismo marítimo; pesca ilegal e predatória; ilícitos transnacionais (que envolvem uma gama de atividades como: pirataria marítima, narcotráfico, imigração ilegal, tráfico de armas, animais e pessoas, contrabando e descaminho); ilícitos nacionais (com atividades como roubo armado a navios e infrações de tráfego marítimo); crimes ambientais; emergências (que envolvem busca e salvamento, epidemias e pandemias, catástrofes e crises humanitárias); forças navais hostis (que exigem a capacidade dissuasória, e capacidade de emprego de meios) (PESCE, 2012, p.87).

No caso das vulnerabilidades estratégicas, são levantadas situações reais que representam vulnerabilidades do Brasil em relação à região. Destas, podemos destacar: instalações críticas e concentrações demográficas ao longo da costa, estas que deixam o país suscetível à ataques oriundos do mar, tendo como objetivo alvos em terra; grande dependência econômica do mar, fator que é gerado pela larga escala do comércio executado

⁴⁵ O último envolvimento dessa região em um conflito bélico, é datado de 1982, ocasião da ocorrência do conflito entre Reino Unido e Argentina, conhecido como a Guerra das Malvinas.

⁴⁶ De acordo com o site Global Firepower, que realiza um levantamento de classificação das Marinhas dos Estados de todo o mundo, a Marinha Brasileira está classificada como 22ª maior Marinha do mundo, classificação superior a todos os outros países pertencentes a ZOPACAS. Para a classificação das marinhas, o site leva em consideração elementos como: número de embarcações e meios navais, número de homens, investimento em defesa, entre outros. O levantamento pode ser conferido na íntegra em: < http://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=brazil>.

por via marítima; elevado número de plataformas de extração de petróleo e gás, o que gera uma maior probabilidade de ataques ou acidentes, ainda devido ao grande número, carecem de unidades navais para a defesa de todas; grandes extensões de mar a serem monitoradas e protegidas, um dos maiores desafios enfrentados pela MB, que carece de unidades para a patrulha de toda a região, somada à realidade da escassa quantidade de meios das Marinhas amigas; carência de meios suficientes para garantir a capacidade de reação, que realmente é uma grave vulnerabilidade. Todavia, o país tem adotado posturas para reduzir tais elementos, como por exemplo, a criação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que prevê o emprego desses meios, munidos de propulsão nuclear, para a manutenção da vigilância e proteção da região (PESCE, 2012, p.87).

As ameaças acima listadas, muitas vezes são encaradas pela literatura especializada como sendo "novas ameaças", embora a maioria dessas, como a pirataria por exemplo, não sejam de fato efetivamente novas. A explicação para tal nomenclatura, se dá devido ao fato das novas tecnologias permitirem a evolução dessas atividades, o que lhes garantem novas abordagens assim como formas de atuação (REIS, 2011, p.63).

Outra questão problemática que pode direcionar-se de encontro aos interesses brasileiros na região, encontra-se no fato de Atlântico Sul, ser uma área de interesse elementos externos à região, como Estados, ou ainda de atores como a Organização do Tratado do Atlântico Norte⁴⁷ (OTAN). A OTAN defende em seu novo Conceito Estratégico (2010) que:

Instability or conflict beyond NATO borders can directly threaten Alliance security, including by fostering extremism, terrorism, and trans-national illegal activities such as trafficking in arms, narcotics and people. [...] Crises and conflicts beyond NATO's borders can pose a direct threat to the security of Alliance territory and populations. NATO will therefore engage, where possible and when necessary, to prevent crises, manage crises, stabilize post-conflict situations and support reconstruction (NATO, 2010, p.3-6).

⁴⁷ A Organização do Tratado do Atlântico Norte foi criada em 1949, no contexto de tensão da Guerra Fria. A Organização foi de iniciativa norte-americana como uma medida de contraposição à União Soviética, para mantê-la afastada da Europa Ocidental, garantindo assim a estabilidade na região. Ao mesmo tempo que a OTAN possui o papel de aliança política, atua também como uma organização de defesa (MUNHOZ, 2013, p.433-434)

Em síntese, a própria Organização defende que crises e conflitos que ocorram nas "proximidades da OTAN", podem ameaçar a segurança tanto dos Estados parte, como de seus cidadãos, o que implica, caso necessário, que a Aliança teria a autonomia de adotar ações para evitar esse tipo de transbordamento. A Aliança ainda inclui nesse bojo de instabilidades que podem gerar ameaças, as atividades ilegais transnacionais.

Existe ainda a questão da presença europeia na região, de Estados como a França e o Reino Unido. Como destacam Santos Jr. et al, a presença desses dois Estados no Atlântico Sul, é uma realidade. Os autores apontam que: "O domínio marítimo britânico nos séculos XVII, XVIII e XIX proporcionou a criação de uma diagonal insular no Atlântico Sul, que permanece sob domínio inglês até os dias atuais". (SANTOS JR. et al, 2015. p.1).

Já a França, se mantém presente na região através de seu território ultramarino, a Guiana Francesa, situado na América do Sul, território que faz fronteira com o Brasil, e fica localizado bem próximo à região do Atlântico Sul (SANTOS JR. et al, 2015. p.1). Para ilustrar a questão, segue um mapa que auxilia no entendimento da temática

Ilustração 2 - Presença europeia no Atlântico Sul



Fonte: SANTOS JR. et al.

O continente africano também conta com massiva presença dos norte-americanos, que mantêm parcerias e projetos de cooperação com os Estados da região, e atuam principalmente nas áreas militar, de segurança e Defesa, para a garantia de seus interesses na região, assim como para o exercício de sua influência na mesma. Um exemplo a ser destacado, é o Comando dos Estados Unidos para África (AFRICOM), que é um dos seis comandos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, que está operante desde outubro de 2007. Apesar de este ser destinado para atuação na África, a sede do comando situa-se em Stuttgart, na Alemanha. Em relação a seus objetivos, este comando: "em concertação com os parceiros internacionais e interagências, constrói capacidades de Defesa, responde às crises, dissuade e derrota ameaças transnacionais, a fim de alcançar os interesses nacionais dos EUA e promover segurança regional, estabilidade e prosperidade" (UNITED STATES AFRICA COMMAND, 2015).

Com o objetivo de manutenção desses Estados exógenos, assim como de suas forças afastados da localidade, é necessário que o Brasil e os demais Estados africanos mantenham-se na região para demonstrarem suas presenças, destacando ainda suas capacidades para o enfrentamento das ameaças. Ou seja, os elementos endógenos precisam sinalizarem que são capazes de responderem às possíveis ameaças, que possam vir a se desenvolverem na região. Caso os Estados membros da ZOPACAS não adotem posturas proeminentes frente às ameaças, pode existir o risco de intervenção de países e elementos externos, sob o pretexto de incapacidade de patrulha, defesa e gerenciamento da região por parte dos Estados inseridos na região do Atlântico Sul.

Ainda nesta temática, é importante que os Estados da região, assim como suas marinhas, somem esforços para a patrulha da área, visando a coibição de atividades ilícitas como o narcotráfico, contrabando e tráfico de armamentos e outros ilícitos. Isso, pois como já destacado, caso a fiscalização e apreensão destes ilícitos seja insuficiente ou negligente por parte dos Estados locais, existe a possibilidade mesmo que remota, de países possivelmente afetados ou de destino destes ilícitos, justificarem uma intervenção na região, alegando a contenção de tais atividades.

Sobre a questão das atividades ilícitas que se desenvolvem na região do Atlântico Sul, é importante ressaltar a pirataria. A existência desta atividade se dá principalmente na região, no Golfo da Guiné, sobretudo próximo à costa da Nigéria. O desenvolvimento dessa atividade, assim como de correlatas, como o roubo armado, e o tráfico de ilícitos são fatores

preocupantes para toda a comunidade de países da região, assim como para a comunidade internacional. Isso uma vez que esses eventos causam instabilidade à segurança marítima no destacado espaço geoestratégico.

Em relação à questão da segurança marítima no Golfo da Guiné, é significativo evidenciar, que existe uma Comissão voltada para essa temática. Esta é denominada Comissão do Golfo da Guiné, composta pelos Estados ribeirinhos da região, que foi concretizada em 2001, após a assinatura do tratado de Libreville, Gabão. Os Estados membros dessa Comissão são: Angola, Congo, Gabão, Nigéria e São Tomé e Príncipe. Essa consiste em uma "ferramenta institucional permanente de cooperação destes Estados ribeirinhos do Golfo da Guiné com vista a defesa de seus interesses comuns e a promoção da paz e do desenvolvimento sócio-económico [sic] assente no diálogo e concertação" (COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ, 2015).

3.2.1- O Papel da Marinha do Brasil na Região

Como salientado anteriormente, a região do Atlântico Sul, possui a incidência de diversas ameaças, sejam essas reais, ou as conjecturais. Por conta da existência dessas, o Brasil deve estar preparado para combatê-las quando presentes, e mantendo-se vigilante para evitar que estas venham a se concretizar. Não apenas para combater às ameaças, a MB se faz presente para representar e garantir os interesses do Brasil no território marítimo do Atlântico Sul. Desse modo, a força brasileira responsável pela execução dessas missões, é a Marinha do Brasil. Esse tópico se dedica a apontar brevemente a atuação dessa parcela do poder militar na localidade, representando os interesses nacionais.

O papel da Marinha do Brasil é de extrema importância neste contexto, para a defesa dos interesses brasileiros na região. O fato de o Atlântico Sul ser um oceano livre de conflitos recentes, e pelo Brasil possuir um perfil de um Estado reverente às normas do Direito Internacional, com um histórico de soluções pacíficas de controvérsias, que não possui litígios ou conflitos recentes com nenhum outro país do globo, não justifica uma postura ausência de presença e empenho das Forças Armadas, em relação à região.

Como já destacado, a região do Atlântico Sul, possui recursos naturais, vivos e não vivos com potencial de exploração por parte do país. Para a defesa desses recursos, são

necessárias ações como as de patrulha e vigilância constantes na região, papel que atualmente é executado pelos navios patrulha. No futuro, este papel será executado com maior precisão e efetividade, com o emprego dos submarinos de propulsão nuclear na patrulha e defesa da região. Estes submarinos estão sendo desenvolvidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que atua em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END).

A Marinha do Brasil é o órgão que executa o papel de patrulha e Defesa, tanto destas áreas de soberania brasileira, como da região. Daí reside a importância de a Marinha possuir e manter as forças, material e pessoal necessários, capacitados e adestrados para a execução de ações ou o uso da força, quando, e se necessário. Este papel é executado tanto de modo "tradicional", com a patrulha por meio de navios, como por monitoramento via satélite, que possibilita a construção da consciência situacional da região, através do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM).

Na visão de Till, uma Marinha deve manter presença naval principalmente nas áreas que o país possui interesses e deseja demonstrá-los. Caso o interesse seja permanente, a presença igualmente deve ser de cunho rotineiro e contínuo, o que se enquadra no caso do Brasil na região do Atlântico Sul. A vantagem deste tipo de presença continuada, por conta da flexibilidade dos navios, é oferecida aos diplomatas uma ampla gama de opções políticas que podem ser exploradas para a defesa dos interesses nacionais (TILL, 2009, p.259).

A aproximação diplomática do Brasil com os demais países da região, também é muito beneficiada pela ação da MB, a chamada Diplomacia Naval. Este órgão executa com as Marinhas amigas ações como: execução de cooperações militares (como no caso da criação da Marinha da Namíbia), exercícios conjuntos (bilaterais e multilaterais), visitas aos portos destes países amigos, e ainda incentiva o contato de pessoal, através de encontros, simpósios e conferências, que tratam sobre temas de interesse mútuo.

A MB executa ainda missões navais de cunho permanente, na Namíbia e na República de Cabo Verde, ainda assistindo à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. Nesta perspectiva de cooperação, a tendência é a de ampliação da atuação da MB junto aos países africanos, uma vez que seguem em curso projetos como o do levantamento e mapeamento da costa marítima de Cabo Verde, executado de modo conjunto entre as Marinhas. No primeiro trimestre de 2014, o governo de Moçambique solicitou o auxílio da Marinha do Brasil para o desenvolvimento de sua força naval. Porém, um fator que contém, e até mesmo impede o

maior aprofundamento destas cooperações, é o de restrição orçamentária, que a MB e seus órgãos precisam aquiescer (LOPES, 2014, p.2).

Em síntese, a MB é essencial para a manutenção da Defesa e segurança na região. Isso, através da execução de patrulha, e manutenção de suas forças adestradas, seja para a proteção do tráfego marítimo, para a realização de exercícios conjuntos com as Marinhas amigas, ou voltada para o combate às atividades ilícitas, a crimes ambientais, em missões de busca e salvamento ou ainda na dissuasão ou emprego de meios contra forças hostis que possam surgir no Atlântico Sul. Como destaca Till, a Marinha e seus navios de guerra, podem ainda ser utilizados como instrumento de política dos Estados, o que seria de grande utilidade para a diplomacia em tempos de paz, ou seja, como parte do conjunto de ferramentas da diplomacia (TILL, 2009, p.254).

Ken Booth, foi outro autor a destacar este viés diplomático dos navios de guerra, por visualizar que estes possuem características especiais se comparados a outros sistemas de armas. Booth destaca que os navios de guerra possuem: a versatilidade, pela variedade de tarefas que são capazes de executar; controle, por seu potencial escalatório e desescalatório; mobilidade, por terem a capacidade de se movimentarem entre as regiões com relativa facilidade e independência; capacidade de projeção, por conta de seu poder de fogo e pela eficácia no transporte de tropas; potencial de acesso, por serem capazes de atingirem regiões distantes em tempo oportuno; simbolismo, por serem capazes de simbolizarem e representarem os interesses e comprometimentos de seus países; e autonomia, por conta da capacidade de permanência no teatro de operações que possuem (BOOTH, 1989, p.216).

Desse modo, destacamos que dentro das limitações existentes, a Marinha do Brasil busca atuar de modo efetivo na região do Atlântico Sul, com esta finalidade de instrumento de diplomacia, quando necessário, porém também representando sua razão de ser, uma Marinha de Guerra.

3.2.2- O Brasil e a ZOPACAS

Para que se possa propriamente discutir sobre a ZOPACAS, é necessário que se construa um arcabouço histórico, mesmo que breve sobre os fatos que sucederam a criação deste foro. Para o tanto, é preciso que se retorne a ocasião em que o mundo se encontrava envolvido na dinâmica bipolar.

Como destaca Penha, na década de 1960, a Argentina somava esforços na tentativa de estabelecer um sistema integrado de defesa do Atlântico Sul, alegando que esse teria como objetivo, que os Estados envolvidos fossem capazes de defenderem seus interesses estratégicos na região. Essa proposta argentina, "prometia restaurar a estabilidade política e econômica, ao mesmo tempo em que interrompia a afluência do comunismo" (PENHA, 2011, p.178).

O Estado sul-americano defendia a criação de um "lago sul-atlântico", no qual os Estados envolvidos, Argentina, Brasil e África do Sul, exerceriam a defesa e patrulhamento da região, o que lhes garantiria visibilidade frente às grandes potências, levando em conta seus interesses estratégicos. Ao passo que esses Estados estariam defendendo os citados interesses estratégicos, também estariam atuando dentro de uma dinâmica de convencimento das grandes potências, no caso os EUA, de que tinham a capacidade para o tal, e que seriam dignos de delegação do título de "potências regionais" (PENHA, 2011, p.179-180).

Sobre o desenrolar dessa questão, Penha conclui que a Argentina seguiu enérgica nesse conceito, com altas perspectivas para o sucesso dessa, até o ano de 1982. Nesse ano, ocorreu a eclosão da Guerra das Malvinas, de modo que terminou ali a ilusão argentina de conseguir firmar-se militarmente no Atlântico Sul. E ainda completa que: "A guerra colocou um ponto final no projeto de pacto militar regional, ocasionado pelo apoio norte-americano e sul-africano à Grã-Bretanha" (PENHA, 2011, p.183).

No ano de 1977, ocorreu outra iniciativa por parte do Uruguai para a criação de uma organização sul-atlântica de defesa. Sendo basicamente um resgate da ideia argentina, o ponto central seria o da criação de uma instituição que possuiria o nome de Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), de modo que seria inspirada nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Como já pontuado, essa disposição uruguaia para a criação de uma organização sul-atlântica não havia sido a primeira, porém o Estado foi bem incisivo e direto no interesse de criação e articulação da mesma. Destaca-se ainda a disposição de Castello Branco, quando na condição de presidente do Brasil no ano de 1964, já havia se articulado com o Primeiro-Ministro português Salazar, com o objetivo de criação de uma zona de defesa na região. Contudo, a articulação não vingou (PEREIRA; BARBOSA, 2012, p.72).

Como destacam Pereira e Barbosa, sobre o posicionamento brasileiro quanto a questão uruguaia: "O governo brasileiro, na ocasião, refutou a proposta uruguaia, defendendo que a OTAS levaria a uma corrida armamentista na região, além de defender que os países do Sul

não teriam capacidade de enfrentar uma possível “ameaça soviética” sem apoio norte-americano” (PEREIRA; BARBOSA, 2012, p.73).

Desde os meados da década de 1960 e fim de 1970 já pairava ideia de criação de uma organização voltada para a defesa do Atlântico Sul, não apenas no Brasil, como também em outros Estados ribeirinhos, porém o governo brasileiro sempre foi contrário à questão da militarização da região. Como pontua Eli Alves Penha sobre o assunto:

No Brasil, a ideia de criação da OTAS sempre foi tratada de forma muito cautelosa mesmo entre os militares brasileiros mais ortodoxos que tinham uma perspectiva da projeção do país no Atlântico Sul, não necessariamente convergente com a dos argentinos e sul-africanos. As primeiras discussões, em torno do tema do pacto militar no Brasil, iniciaram-se no fim dos anos 60 e começo da década de 70 através de alguns estudos realizados na Escola de Guerra Naval e Escola Superior de Guerra (PENHA, 2011, p.183).

A questão da criação de uma organização no âmbito militar no Atlântico Sul, não era uma opção para o Brasil, e na região existiam outros Estados que o apoiavam no objetivo de evitar que essa fosse envolvida na dinâmica da corrida armamentista. Desse modo, os Estados buscavam evitar que o conflito antagônico transbordasse para a região, buscando manter as potências longe dessa.

A Nigéria foi um Estado atuante no objetivo de não permitir que o Atlântico Sul se tornasse militarizado, de modo que em 1976 seu Ministro de Relações Exteriores, Joseph Garba, defendeu a criação de um eixo comercial e de segurança na região. No ano seguinte, Garba visitou o Brasil, de modo que em seu discurso citou e defendeu os ideais pacíficos propostos para a região. O governo brasileiro aderiu a iniciativa nigeriana, de modo que a diplomacia brasileira defendeu com vigor internacionalmente o ideal de transformar a região do Atlântico Sul em uma zona de paz e cooperação (PENHA, 2011, p.185).

Como destacado pela Agência Brasileira de Cooperação em relação ao período:

Nesse contexto, ganha força a proposta de valorização do Atlântico Sul como patrimônio comum e elo entre a África e a América do Sul. Seria indesejável aos países da ZOPACAS uma indevida militarização do Atlântico Sul. Nesse contexto, o Brasil apóia [sic] a consolidação da ZOPACAS como zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa (ABC, 2015).

Em resumo de tudo o que decorreu na região durante o período em que se desdobrava a Guerra Fria, Pio Penna ilustra no seguinte trecho o desenrolar dos acontecimentos de natureza oposta, sobre os rumos que tomaria a região sul-atlântica:

[...] Ao longo das décadas de 1960 e 1970, ocorreu uma tentativa de militarização do espaço do Atlântico Sul, principalmente por meio da proposta de criação de uma organização militar congregando alguns países em suas duas margens. Essa concepção, entretanto, não teve boa acolhida entre os formuladores e executores da política externa brasileira [...] Assim, acabou prevalecendo uma concepção oposta, isto é, que contemplou uma espécie de desmilitarização do espaço do Atlântico Sul, e isso ainda durante a era da Guerra Fria (PENNA, 2013. p.6).

Após as iniciativas do Brasil e dos demais Estados africanos que vislumbravam a região afastada da dinâmica armamentista, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada no dia 27 de outubro de 1986, através da resolução 41/11⁴⁸, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Dentre os principais objetivos da ZOPACAS, podemos destacar a paz, cooperação, a ausência de armamentos nucleares, ou de bases militares de potências exógenas ao Atlântico Sul, na região. A ZOPACAS envolve os países banhados pelo Atlântico Sul, da América Latina, e lindeiros da costa oeste africana⁴⁹. Desde que foi estabelecido, o foro contou com a realização de sete Reuniões Ministeriais, tendo o Rio de Janeiro sediado a primeira dessas (1988), seguidas pelas de Abuja (1990), Brasília (1994), Somerset West (1996), Buenos Aires (1998), Luanda (2007) e Montevideu (2013) (BRASIL, 2015f).

⁴⁸ A resolução 41/11 da Assembleia das Nações Unidas que institui a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, está disponível na íntegra no anexo do trabalho.

⁴⁹ A ZOPACAS é integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul, pertencentes à América do Sul, e ao continente africano. A lista completa dos países pertencentes ao foro encontra-se disponível no anexo do trabalho.

Ilustração 3 - Estados pertencentes à ZOPACAS



Fonte: DefesaNet

Em relação à votação da resolução 41/11, realizada no âmbito da Assembleia Geral da ONU, ressalta-se que do total de 159 Estados filiados à Organização no período, 124 foram favoráveis ao pleito brasileiro, 26 não participaram da votação, 8 abstiveram-se, e apenas 1 Estado foi contrário à aprovação da resolução, que foram os Estados Unidos da América (UNITED NATIONS, 2015).

O empenho, assim como a militância brasileira para a consolidação da ZOPACAS, foram elementos importantes tanto para o destaque internacional do Estado, quanto como para o aprimoramento da relevância política das relações bilaterais e multilaterais com os Estados ribeirinhos. Como destaca Corrêa:

Também com a preocupação de relançar uma vertente importante do ecumenismo, o governo Sarney promoveu ativamente a iniciativa de declarar o Atlântico Sul zona de paz e cooperação e utilizou a idéia [sic] tanto para elevar o perfil da sua atuação

na ONU, impulsionando [sic] a iniciativa brasileira, como para relançar pontes de entendimento político em direção à África Atlântica [...] (CORRÊA, 1996, p.380).

Desde a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ocorrida durante o governo do presidente Sarney, o Brasil busca atuar nesta instituição como um país incentivador e consolidador dos objetivos propostos no âmbito desta. Mesmo no período em que o país não lograva de pleno desenvolvimento interno, econômico ou possuía uma posição destacada no cenário internacional, buscava o fortalecimento da ZOPACAS, porém sem que a este objetivo fosse atribuído como prioridade máxima da política externa do país. Este cenário alterou-se a partir do ano de 2003, quando a relação com os países em desenvolvimento foi priorizada, fazendo com que a atuação do Itamaraty fosse mais enfática em relação aos países africanos, e às instituições que os envolviam.

A consolidação da região como sendo uma Zona de predominância de paz e de cooperação, em uma conjuntura que a lógica central era focada na tensão militar entre as potências antagônicas, configurou-se uma grande vitória para o Brasil e seus aliados. Esse movimento pode ser visualizado como um exercício de poder do Brasil e dos demais envolvidos na formulação da Zona, que através da influência e do discurso, cooptaram os demais Estados a cooperarem em prol dos objetivos comuns.

Em relação à situação atual da região do Atlântico Sul, ressalta-se que a existência da cooperação com os países do entorno estratégico, apesar de atender aos interesses políticos brasileiros, como a maior relevância e projeção interacionais desse, é embasada e justifica-se por uma série de documentos e princípios, como a postura cooperativa da política externa brasileira. Ou seja, o país possui motivações tanto aliadas a seus interesses nacionais mais restritos, como também os aliados aos interesses comunitários, o que legitima a atuação do país. Os esforços brasileiros são ainda relevantes para a criação e posterior consolidação de uma identidade sul-atlântica no espaço.

Objetivando a melhoria da condição técnica e operacional dos nacionais de países parceiros no âmbito da ZOPACAS, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE), criou em 2012 um programa de cursos de capacitação técnica e profissional em áreas de interesse mútuo (BRASIL, 2015b).

Visando o aperfeiçoamento do entendimento com os demais Estados da Zona, assim como o fortalecimento desta, no âmbito da citada ABC, o Brasil, adota medidas como o

oferecimento de cursos⁵⁰ de capacitação de recursos humanos para os Estados parceiros, membros da ZOPACAS, através de projetos de cooperação técnica. Esses cursos possuem temáticas voltadas para questões marítimas, com o objetivo de geração de uma força de trabalho qualificada para lidar com temas relacionados ao foro. O Brasil inclusive mantém outros tipos de projetos de cooperação específicos com os Estados membros.

As temáticas específicas dos cursos seguem as bases previamente estabelecidas nas reuniões executadas pelos membros do foro. Este pode ser visualizado como mais um esforço brasileiro para maior integração e diálogo com os países membros da ZOPACAS (BRASIL, 2015b).

Na ótica brasileira, o fortalecimento da ZOPACAS tem a possibilidade de atuar como mais um meio de estreitar os laços entre os países, deste modo, o foro poderia ser utilizado como mais uma forma de estabelecer diálogos que resultem no bom relacionamento entre as partes, além de auferir maior estabilidade à região. Com um certo nível de coordenação política entre as partes, seria possível o apoio destes países aos pleitos e posicionamentos brasileiros no cenário internacional. Como destaca Vaz sobre essa questão:

O Atlântico Sul é, então, percebido pelo Brasil como um espaço necessário e privilegiado de articulação de interesses de políticas cooperativas com os países da costa africana e, também, como um espaço de disputa de oportunidades a ser preservado de contendas estratégicas entre países de fora de seu contexto, sobretudo entre grandes potências. É, ao mesmo tempo, um âmbito privilegiado para a cooperação em segurança. O Brasil visa preservá-lo como uma área de estabilidade, livre de armas nucleares e o mais distante possível dos eixos de conflitividade [sic] e rivalidade entre grandes potências (VAZ, 2011, p.54).

Com a existência de maior coesão política entre os países membros, a região pode lograr de maior segurança e estabilidade, fato este que seria oportuno ao Brasil, assim como para os Estados parceiros. Isto, por conta de seu vasto fluxo de comércio marítimo que trafega pela região, além do fato desta região ser a fronteira marítima do Brasil, sendo um meio de acesso direto ao país. Deste modo, a estabilidade da região, poderia contribuir para a estabilidade e integridade nacional. Isto, adicionado ao fato do Atlântico Sul ser um meio de interligação entre diversos estados brasileiros, atuando como um meio importante para a

⁵⁰ A listagem de cursos oferecidos pelo Brasil aos Estados membros da ZOPACAS encontra-se disponível no anexo do trabalho.

integração nacional. Portanto, a perpetuação de paz e estabilidade nesta região são fatores importantes para a própria paz e integridade nacional brasileira (LIMA, 1994, p.13).

Nessa questão de manutenção da segurança e estabilidade na região, destaca-se o trabalho complexo que tem sido executado pela Marinha do Brasil. Essa empreitada, realizada dentro de diversas áreas temáticas, que desprendem um elevado grau de esforço para serem realizados. Trabalho esse que vai desde a manutenção de navios-patrolha na região, passando pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, e alcançando matérias como a promoção da mentalidade marítima na população brasileira, para que essa tenha a consciência de todos os bens estratégicos que o Estado possui, e os esforços que estão sendo empregados para a garantia de Defesa desses (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013, p.11).

No cenário internacional, o Brasil busca cada vez mais ser um *global player*⁵¹, de modo que ainda é um dos mais desenvolvidos e industrializados dentre os países pertencentes foro, portanto possui uma responsabilidade política com os demais países. Questões como o baixo desenvolvimento econômico e social, assim como tensões e instabilidades militares ou políticas internas, existentes nos países africanos pertencentes à Zona, podem significar um problema e até mesmo uma ameaça para a estabilidade tanto da região, como também da ZOPACAS.

Deste modo, seguindo os princípios presentes na Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil empenha-se na promoção do desenvolvimento econômico e social dos países, assim como na disposição de auxílio e meios para a resolução de possíveis instabilidades. O Brasil atua ainda, enfaticamente, para o fortalecimento do ZOPACAS em si.

É importante destacar que embora fora do escopo temporal do trabalho, as medidas adotadas pelo Brasil no ano de 2013, seguiram um contexto de continuidade da política adotada pelo Estado a partir de 2003. Estas, foram importantes para o fomento do fortalecimento do foro, assim como para o desenvolvimento da liderança brasileira na região.

Medidas como o posicionamento proeminente do Brasil, assim como dos demais Estados parte, na última Reunião Ministerial do foro, convergem no sentido de fortalecimento desse. Em ocasião da VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, realizada em Montevideu, Uruguai, em 2013, os Estados limieiros produziram dois documentos, com o objetivo

⁵¹ Global Player é um Estado que no cenário internacional atua como um interlocutor importante sobre os temas que influenciam nos rumos desse cenário. Desse modo, um Estado nessa posição possui influencia direta nas decisões tomadas no âmbito do cenário internacional.

desenvolvimento institucional da Zona. Os documentos confeccionados foram o "Plano de Ação de Montevideú" e a "Declaração de Montevideú", que são pautados nas resoluções previamente dispostas no Plano de Ação de Luanda (2007), assim como na Mesa Redonda de Brasília, do ano de 2010. Todos os Estados parte da Zona estavam presentes na reunião, de modo em que todos trabalharam na confecção dos documentos (PATRIOTA, 2013, p.1).

O Plano de Ação de Montevideú, consiste em um "documento que enumera a nível estratégico – e até certo ponto operacional – as ações a serem desenvolvidas pelos Estados-membros da Zona" (CALDAS, 2013, p.16). Esse documento estabelece sete iniciativas centrais para norteamento das ações de cooperação entre as partes, visando o fortalecimento do foro.

Essas iniciativas são: Mapeamento e exploração dos Fundos do Marinhos; Cooperação na Área Ambiental (com a proteção e preservação do ambiente marinho e dos recursos marinhos vivos e científicos); Cooperação na área de transporte aéreo, marítimo e de segurança portuária; Cooperação em matéria de segurança marítima (nos âmbitos de *safety* e *security*); Cooperação na área da Defesa; Segurança pública e luta contra a criminalidade organizada transnacional; Outras áreas de cooperação para a construção e capacidades (ZPCAS, 2013a, p.1-5).

Já a Declaração de Montevideú, composta por 124 itens, pontua propostas e medidas de variadas temáticas, de modo que seu sentido é voltado para o estabelecimento das condições necessárias, incluindo os institucionais, para implementação das iniciativas previstas no Plano de Ação (ZPCAS, 2013b, p.1-5).

Em ocasião da dita reunião, o então ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, destacou a relevância de a Zona ser evidenciada no cenário global, como sendo livre da presença de armamentos de destruição em massa, com princípios e valores voltados para a paz, a cooperação, a multipolaridade e o diálogo. Esses esforços, voltados para o sentido de que essa Zona possa mostrar-se como um instrumento valioso para o avanço de iniciativas relativos à paz, ao desarmamento e à não proliferação no cenário internacional (PATRIOTA, 2013, p.3).

Contudo, é importante ressaltar que um considerável esforço ainda deve ser empregado para a consolidação institucional da ZOPACAS. Isso uma vez que essa possui um

caráter incipiente, de modo em que carece de uma estruturação mais robusta, assim como possui um baixo nível de institucionalidade.

Todavia, é destacada a importância do foro como um local de discussões e diálogo, para a exposição dos interesses e problemáticas em comum dos Estados membros, em relação à região do Atlântico Sul, assim como de iniciativas voltadas para o intercâmbio econômico entre os países da ZOPACAS (PATRIOTA, 2013, p.5).

Das iniciativas continuadas e atuações do país na região, que visam o fortalecimento desta, podemos destacar o empenho contínuo da ala diplomática brasileira, que buscou intensificar a execução de projetos de cooperação com os países africanos da região, sobretudo, os pertencentes à ZOPACAS, com o objetivo de garantir maior estabilidade e segurança para a região, uma vez que o fortalecimento da institucional também contribui muito para a estabilidade na região do Atlântico Sul, como podemos destacar em:

A existência de instituições regionais e de espaços bilaterais de diálogo possibilita, por seu turno, que os desafios e as oportunidades comuns sejam pensados e trabalhados a partir de novas bases, que transcendem a esfera do interesse nacional estrito. O diálogo permanente é, de fato, essencial para o desenvolvimento/manutenção da confiança (NASSER; MORAES, 2014, p.2).

Ainda dentro dessa lógica, destaca-se que a busca pelo fortalecimento do foro, é previsto também na citada PND:

Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, [...] a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, [...] facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação interregionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) (BRASIL, 2012, p.4).

Além da manutenção da estabilidade e da paz na região, é possível visualizar que com o fortalecimento da ZOPACAS, o Brasil passaria a possuir mais um meio de aproximação e contato com os Estados da região, de modo que este contato pudesse ser utilizado para a promoção das visões e convicções que o Brasil possui a respeito do cenário internacional.

Desse modo, sob a influência brasileira, estes países africanos poderiam interessarem-se e engajarem-se nos pleitos brasileiros, difundindo-os. Estes países se tornariam aliados de relevância elevada ao Brasil no cenário internacional.

Como já frisado anteriormente, no contexto de interdependência entre os Estados, que se dá no Sistema Internacional, os atores não apenas estariam conectados entre si, mas ainda que suas decisões afetariam, direta ou indiretamente os outros atores. Ainda salientando que as partes envolvidas no processo, são afetadas de maneira assimétrica, uma vez que aqueles que possuem mais poder, alcançam maiores benefícios, o que por vezes causa inconvenientes e até mesmo danos a aqueles com menos poder (ONU, 2014, p.3).

Assim, almejando uma maior influência no que diz respeito aos rumos do Sistema Internacional, e objetivando uma redução dessas assimetrias existentes nesse cenário, o Brasil busca Estados correligionários, que apoiem seus pleitos e pretensões. Nesse ponto, as negociações multitemáticas, projetos de cooperação, assim como a influência positiva exercida pelo *soft power*, atuam como ferramentas de destacado valor para a materialização de aliados em âmbito internacional e alcance dos objetivos nacionais brasileiros.

Ao adquirir estes países como aliados em instâncias como foros multilaterais, instituições e organizações internacionais, o Brasil poderia obter auxílio considerável nos pleitos que almeja, como de membro permanente do Conselho de Segurança, ou ainda da expansão da área marítima brasileira. Em última instância, o objetivo seria o de proporcionar a coordenação política entre os países membros do ZOPACAS, visando o apoio mútuo entre estes, frente ao cenário internacional.

O interesse brasileiro no fortalecimento do foro, pode ser bem visualizado no posicionamento público do MRE, que defende que:

Em um mundo cada vez mais multipolar, o Atlântico Sul, congregando unicamente países africanos e sul-americanos, é uma região que pode contribuir para que essa multipolaridade não seja a da ruptura e do conflito, mas sim a multipolaridade da cooperação e da paz sustentável. Nesse contexto, ganha força a proposta de valorização do Atlântico Sul como patrimônio comum e elo entre a África e a América do Sul. Seria indesejável aos países da ZOPACAS uma indevida militarização do Atlântico Sul. Nesse contexto, o Brasil apoia a consolidação da ZOPACAS como zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Ademais, a ZOPACAS mantém importante atualidade num contexto internacional em que causa preocupação a tendência ao estabelecimento de elo entre o uso da força e a promoção da democracia e dos direitos humanos. Para o Brasil, se os objetivos maiores da comunidade internacional incluem a decidida defesa dos

direitos humanos e a promoção da paz, a diplomacia e a cooperação devem prevalecer (BRASIL, 2015f).

Como destacado, também faz parte dos objetivos e interesses nacionais brasileiros que a região seja de fato visualizada no cenário internacional como um local de paz e cooperação, livre de armamentos nucleares e de destruição em massa. Isto, com o objetivo de minar qualquer tipo de possibilidade de intervenção militar de países externos à região, ou presença destes através da instalação de bases militares, ou ainda do trânsito de embarcações militares.

Contudo, para o Brasil, a ZOPACAS assim como o espaço do Atlântico Sul, em matéria de oportunidades, não se esgotam no sentido de legitimidade, busca por aliados, ou a questão da estabilidade regional. Como destaca Patriota:

A ZOPACAS incorpora também importantes dimensões econômico-estratégicas, em especial relativas ao aproveitamento de riquezas energéticas e ao elevado potencial do Atlântico Sul para o desenvolvimento socioeconômico dos países costeiros, assim como à preocupação de sustentabilidade e racionalidade na utilização dos recursos marinhos (PATRIOTA, 2013, p.3).

Frisado isso, destaca-se que a questão relacionada ao desenvolvimento econômico deve ser enfatizada pelo Brasil na interlocução com seus pares lindeiros, com destaque às potencialidades existentes na região do Atlântico Sul. Isso, sempre estabelecendo a necessidade de um aproveitamento sustentável desses recursos, visando o desenvolvimento socioeconômico das partes, sem extinguir o legado das gerações futuras.

A inserção brasileira nesta região é importante no sentido de expandir o espaço de atuação do país, o que gera oportunidades para o diálogo em diversificadas áreas e temas, com o objetivo de progresso, desenvolvimento e geração de vantagens para todos os envolvidos. Nasser e Moraes corroboram sobre essa questão, ao destacarem que:

Relações cooperativas na área de defesa e segurança trazem, particularmente, diversas oportunidades, como: o aprimoramento técnico; a participação em operações de paz; o intercâmbio de ideias e informações; e o desenvolvimento de novas tecnologias [...] É também a partir da percepção do compartilhamento de oportunidades e desafios comuns que se deve pensar a integração no Atlântico Sul. O oceano que separa – mas também une – Brasil e África traz possibilidades em diversas áreas. O intercâmbio de bens e serviços, a exploração de recursos

marítimos, a pesquisa científica conjunta e a cooperação em defesa e segurança são alguns dos campos em que a integração entre o Brasil e nações africanas avança. (NASSER; MORAES, 2014, p.2)

Os posicionamentos e movimentos brasileiros destacados, objetivam maior desenvolvimento, autonomia e segurança na região, porém não deixam de refletir os interesses brasileiros na obtenção de maior inserção no Atlântico Sul, do apoio internacional dos países e de segurança e estabilidade dessa região. Como aponta Vaz, nessa dinâmica, é importante ressaltar que:

O Atlântico Sul vem gradualmente se convertendo em um espaço onde se projetam interesses estratégicos e econômicos que estão associados: à intensificação dos fluxos comerciais; à descoberta de importantes jazidas de insumos energéticos como gás e petróleo, em particular ao longo das plataformas continentais [...] Além de ser uma área cuja importância estratégica é valorizada pelas grandes potências (VAZ, 2011, p.50).

Ou seja, a relevância da região do Atlântico Sul vem crescendo de maneira estratégica não apenas para os Estados banhados pelo oceano, mas também para diversos outros Estados do globo que não pertencem à região. Tal situação, urge o posicionamento dos Estados da região, para evitarem que os demais possam expandir seus interesses, ou consumir suas pretensões no espaço geopolítico. Podemos destacar que tal postura proeminente em relação ao Atlântico Sul vem sendo executada por parte de alguns dos Estados limítrofes, embora as iniciativas ainda necessitem de melhorias em diversos sentidos.

4 - A COOPERAÇÃO BRASILEIRA

O capítulo possui o objetivo abordar os tipos de projetos de cooperação executados pelo Brasil, com os Estados do continente africano pertencentes à ZOPACAS, Angola e Namíbia. Para a construção de uma discussão consistente a respeito dos projetos de cooperação executados pelo Brasil com os citados países, faz-se necessário o levantamento de informações mais aprofundadas acerca do tema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), e seus instrumentos. Desse modo, o presente capítulo irá pontuar o que são as ditas CIDs, seus tipos, os atores envolvidos, seus objetivos e o modo em que são executadas. O capítulo contará também com uma análise sobre a relação entre o Brasil e os Estados limítrofes da África, apontando a presença brasileira na região.

4.1 - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Para que seja possível compreender na totalidade as cooperações executadas pelo Brasil para com os Estados africanos parceiros, é necessário que se construa um arcabouço teórico acerca da temática. Para o tal, será utilizada como base a obra de Puente (2010), que aborda com propriedade a questão da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Serão utilizadas ainda obras de outros autores que trabalham sobre o tema.

Esse tipo de instrumento, surgiu no fim da década de 1940, no contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A literatura especializada na temática, sugere que a origem da CID se deu com a Declaração da Conferência de São Francisco (1945), no âmbito da Organização das Nações Unidas, quando essa organização passou a incentivar a utilização de recursos financeiros internacionais para o financiamento do desenvolvimento e melhora das condições mundiais, através de melhorias econômicas e sociais dos Estados que os necessitassem. No período após a ocorrência dos primeiros movimentos que convergiram para a execução do instrumento de auxílio internacional, o Plano Marshall⁵² estava sendo executado na Europa Ocidental com o objetivo de reestruturar economicamente a região. O Plano Marshall pode ser considerado como o primeiro exemplo prático de Cooperação

⁵²O Plano Marshall consistia em um planejamento de iniciativa norte-americana que visava a reestruturação e reconstrução da economia dos Estados da Europa Ocidental. O plano de nome oficial Programa de Recuperação Europeia, iniciou-se em julho de 1947 e contava com a realização de empréstimos e doações financeiras aos Estados europeus até então devastados pelas Guerras (MARXISTS, 2015).

Internacional para o Desenvolvimento. Como uma modalidade nova, naturalmente foi adaptando-se e sofreu alterações em sua estrutura. Mais tarde, esse tipo de auxílio financeiro, ficou conhecido como Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), o qual foi o embrião da CID que é existente na atualidade. (MANCCINI, 2013, p.5)

Não tardou para que a cooperação executada pelo Plano fosse institucionalizada, de modo que em 1948 surgiu a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), para o auxílio na gerencia do Plano. A Organização era formada por Estados europeus⁵³, de modo que posteriormente foram aceitos os Estados Unidos e Canadá no bojo dessa. Em 1960 foi assinada uma nova Convenção reformando a Organização, que deu origem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que foi oficialmente criada em 30 de setembro 1961, data em que a convenção entrou em vigor. Na questão de execução de cooperação, a Organização extrapolou o âmbito europeu, passando a abarcar outros Estados. O objetivo principal dessa Organização, hoje com 34 Estados membros⁵⁴, é o de "auxiliar os governos a promover a prosperidade e lutar contra a pobreza através do crescimento econômico e da estabilidade financeira, de modo a promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social de pessoas em todo o mundo" (OECD, 2015). A OCDE proporciona o desenvolvimento de um espaço para discussão no qual os "governos podem trabalhar juntos para compartilhar experiências e buscar soluções para problemas comuns" (OECD, 2015).

Com a expansão do escopo de atuação da organização, o auxílio econômico prestado por essa passou a não se limitar aos Estados europeus assolados pelas guerras, de forma que passou a abarcar também os estados subdesenvolvidos⁵⁵. Foi inclusive criado no âmbito da OCDE um comitê especializado na temática do desenvolvimento, o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), que era o responsável pela gestão da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD). A Organização ainda existe até a atualidade, e possui diversos projetos de cooperação com variados Estados e Organizações do globo. É interessante ressaltar que o Brasil é um Estado parceiro que contribui para com o trabalho da Organização, através do intercâmbio de conhecimentos e experiências.

⁵³ Os Estados fundadores da Organização foram: Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

⁵⁴ Encontra-se no Anexo C a listagem contendo os Estados membros da Organização, organizados por data de entrada.

⁵⁵ Como já destacado anteriormente, o epíteto "subdesenvolvido" era utilizado para descrever Estados que atualmente conhecemos como "em desenvolvimento".

Retornando a questão ao período de execução do Plano Marshall, aponta-se que nem tudo que é teoricamente viável, se dá do mesmo modo quando executado de maneira prática. Os EUA, na condição de expoente do capitalismo e representante dos benefícios e prosperidade gerados por esse modelo, era o Estado que arcava com os custos financeiros da cooperação. Embora no discurso, a atuação do Estado doador se justificasse por imperativos éticos e altruísticos, os interesses envolvidos no provento dessa ajuda, ia muito além dessas nobres justificativas. No período em questão, a Guerra Fria já era uma realidade, de modo em que os EUA buscavam ao máximo manter dentro de sua esfera de influência os Estados europeus economicamente devastados, impedido que esses saltassem para dentro da área influência antagônica, a socialista. Desse modo, a manutenção norte-americana no engajamento da cooperação era motivada por uma combinação de fatores, esses: políticos, ideológicos, estratégicos, geoestratégicos, e sobretudo de segurança internacional (PUENTE, 2010, p.40).

No sistema internacional, é comum que os Estados busquem sempre priorizar seus interesses frente aos dos demais. Mancini ilustra bem o arcabouço teórico que envolve esse tipo de cooperação permeada por interesses tácitos:

Esse tipo de cooperação, voltada aos interesses exclusivos dos doadores possui sua base teórica no realismo político e neorealismo, escolas mais difundidas na academia da sociedade internacional, as quais abordam as relações internacionais como uma constante luta de poder entre seus membros que vivem em uma sociedade anárquica e atuam de maneira racional e egoísta para alcançar seus interesses nacionais. Nessa dinâmica, a cooperação não é um exercício de solidariedade, e sim uma estratégia de política exterior, cuja finalidade é satisfazer as necessidades internas do doador. (MANCCINI, 2013, p.6).

Em sua obra, Puente destaca que grosso modo, é possível destacar a evolução da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em quatro fases. A primeira, ele denomina de "Fase do Preenchimento de Lacunas", que se desdobrou nas décadas de 1950 e 1960. O cenário internacional no destacado período já foi bem exemplificado anteriormente. Os dogmas econômicos da época, consideravam que o desenvolvimento e prosperidade econômica de um Estado subdesenvolvido apenas poderiam ocorrer através de investimentos externos realizados por economias desenvolvidas. A industrialização das economias subdesenvolvidas se dava basicamente por programas de substituição de importações, que eram complementados por projetos de assistência técnica para corrigir pontuais deficiências

estruturais internas. Nesse período a cooperação era utilizada com o objetivo de manutenção dos receptores dentro da esfera de influência capitalista (PUENTE, 2010, p.43).

Convergindo com os demais autores, Lopes aponta o cenário existente no universo das CID em seu período inicial:

Assim, se na década de 1950 o significado do desenvolvimento era a reconstrução dos países destruídos pela II Guerra, durante a maior parte da década de 1960 o desenvolvimento foi entendido como crescimento econômico, cujos projetos estavam voltados para a construção de grandes empreendimentos infra-estruturais como represas, usinas e rodovias (LOPES, 2008, p.47).

A segunda foi a "Fase da Dimensão Social", que prevaleceu durante os anos 1970. Nessa etapa, os estudiosos do assunto haviam averiguado que os projetos de cooperação executados no período anterior não haviam surtido o efeito esperado, justamente pelo modo como esses projetos haviam sido executados. Esses consistiam apenas na injeção de recursos financeiros nas economias subdesenvolvidas, sem que fossem considerados os fatores, ou as necessidades internas dos receptores. Com esses fatos postos, especialistas do período apontavam que para o pleno desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, seriam necessárias medidas que deveriam ir além da injeção de recursos financeiros. Ou seja, a cooperação para o desenvolvimento deveria levar em conta fatores relevantes como a questão social, de saúde, de educação, distribuição de renda e afins. No contexto internacional, a cooperação para o desenvolvimento se dava de forma mais multilateral, pela atuação de outros atores nessa dinâmica, como o Banco Mundial, as Agências especializadas da ONU, assim como Estados, ao exemplo do Canadá, do Japão e dos Países Baixos. Nesse contexto também começavam a se destacar os Estados pertencentes ao movimento dos não-alinhados, de modo que ocorriam as primeiras articulações para a execução das cooperações Sul-Sul (PUENTE, 2010, p.45).

A "Fase do Ajuste Estrutural" foi a terceira etapa, e se deu nos anos de 1980. Os projetos de cooperação fomentados pelos Estados desenvolvidos tiveram nesse período significantes reduções de recursos, pois foram diretamente afetados pelas crises do petróleo ocorridas na década de 1970. Organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI executavam operações de empréstimos aos Estados subdesenvolvidos, mas com a condição de que fossem executados ajustes estruturais no cenário interno desses Estados. Mais uma vez,

os objetivos sociais são postos em segundo plano, de modo que a ênfase se focou na estabilidade macroeconômica, com a mínima intervenção possível do Estado na economia. Nessa conjuntura é que surgem no cenário da CID as Organizações Não Governamentais, que buscam preencher o vazio deixado nas áreas sociais e afins (PUENTE, 2010, p.47).

A quarta fase foi a conhecida como "Fase do Após Guerra Fria e da Boa Governança" que seguiu de 1990 em diante. O evento que é considerado um marco para seu início, foi a queda do muro de Berlim, em 1989. Com o fim da disputa antagônica, reduziram-se os incentivos por parte do mundo capitalista em financiar projetos de cooperação que visassem o desenvolvimento. Nesse contexto, Estados sobretudo das Américas do Sul e Central, assim como do continente africano tiveram uma drástica redução nos já enxutos projetos de cooperação que recebiam. Os projetos existentes, foram reorientados para o auxílio de Estados do Leste europeu e da Ásia Central, que antes estavam sob a influência do mundo soviético. Os requisitos de elegibilidade para que um Estado pudesse ser um receptor de cooperação também se tornaram mais rigorosos nesse período, de modo que o acesso à cooperação se tornou laborioso. Os Estados, assim como as instituições que eram os doadores de CID, passaram a perceber a baixa eficácia que os projetos estavam surtindo nos receptores (PUENTE, 2010, p.47-48).

Puente aponta que pela percepção desses doadores, três elementos eram os fatores centrais do alarmante insucesso das cooperações, que eram atribuídos aos próprios receptores: "falta de comprometimento dos países receptores em tornar a AOD efetiva, mediante reforma de processos internos; desvios da ajuda para outros fins que não os estabelecidos e corrupção endêmica" (PUENTE, 2010, p.49). Dada essa questão, nasce mais uma condição para o recebimento de AOD, o que o autor chama de "boa governança". Segundo a análise do autor, de acordo com o Banco Mundial, essa "boa governança" englobaria sete dimensões, que seriam: "democracia participativa, responsabilização, estabilidade política e ausência de violência, eficiência governamental (ao menos sua percepção pelos cidadãos), marco regulatório estável, império da lei e transparência (que implica controle da corrupção)" (PUENTE, 2010, p. 50). A discussão em torno dessa condicionalidade, seria que dessa forma a responsabilidade pelo desenvolvimento dos Estados receptores, passaria a ser atribuída aos próprios.

Para que seja efetiva, a cooperação voltada para o desenvolvimento que envolve os Estados e outras organizações, não deve limitar-se à transferência de recursos financeiros da

parte doadora, à parte receptora. Tal dimensão deve se dar de modo muito mais amplo e complexo, como apontado em seu processo de evolução. De fato, a doação de recursos financeiros existe, de modo que essa é apenas uma das inúmeras modalidades de CDI existentes. Não se limitando unicamente à doação de dinheiro, a CID possui outras modalidades como a doação de alimentos, transferência de conhecimentos técnicos e tecnológicos, auxílio para o alívio de situações de conflitos armados ou desastres, e diversas outras (MANCCINI, 2013, p.2).

Para que se entenda a natureza da Cooperação para o Desenvolvimento, é necessário destrincha-la. Para essa ação, é preciso a análise quatro elementos: a origem, os canais de execução, os instrumentos e o nível de desenvolvimento dos países envolvidos no projeto (PUENTE apud ALONSO, 2005).

Em questão de origem, a CID pode ser pública ou privada, no que diz respeito aos recursos destinados para o financiamento dessa. Cooperações públicas, também conhecidas como oficiais, são financiadas por recursos governamentais, já sua modalidade par, por entes privados, que podem ser ONGs, instituições, empresas e associações. No que tange os canais de execução, essa pode ser: bilateral (diretamente entre dois Estados); triangular (também conhecida como trilateral, que envolve três partes, podendo esses serem instituições ou Estados); multilaterais, quando executadas a partir de organismos e agências intergovernamentais multilaterais, o que envolve diversas partes. Existe também a cooperação descentralizada, que se dá entre entes subnacionais, como universidades, instituições públicas, centros de pesquisa, estados ou municípios de um Estado. No âmbito dos instrumentos, podemos destacar os principais: Ajuda Alimentar, Assistência Humanitária (AH), Cooperação Financeira (CF), Cooperação Técnica (CT) (PUENTE, 2010, p.40).

Dentre esses instrumentos de CID, o que mais nos interessa para a execução do trabalho, é a Cooperação Técnica. Faz-se ainda importante destacar a existência de um instrumento de cooperação importante para o Brasil, que é a Cooperação Militar, porém essa categoria não se enquadra no quesito de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Posto isso, mais a frente esse instrumento de cooperação será propriamente apontado e estudado.

O último elemento a ser analisado trata sobre o nível de desenvolvimento dos Estados envolvidos na parceria. Essas cooperações podem ser Norte-Sul, quando ocorrem entre um Estado desenvolvido e um em desenvolvimento, ou Sul-Sul, dada entre dois Estados em

desenvolvimento. O nível de desenvolvimento dos países envolvidos basicamente define em que disposição vai se dar a cooperação, se de modo vertical ou horizontal. O modelo tido como clássico, que é o vertical consiste em uma das partes sendo um Estado desenvolvido, no caso o doador, e o outro sendo o receptor, aquele em desenvolvimento. A crítica realizada a esse tipo de disposição (Norte-Sul), é o de que os interesses do Estado doador, prevalecem sobre os do receptor.

Como salientado por especialistas no assunto, como Leite, Renzio e Puente, acredita-se que nesse tipo de configuração, quando a cooperação é firmada, muitas das vezes não são levadas em consideração as reais necessidades do Estado receptor, ou seja, o tipo de cooperação e os meios de execução dessa são definidos pelo doador sem que sejam executadas análises prévias do cenário interno do país receptor, para que seja possível compreender quais as reais necessidades deste. Nessa dinâmica, a cooperação se desdobra de modo em que prevalecem os interesses do doador em impor ao receptor aquilo que lhe é mais oportuno e viável. Ou então, ocorrem situações em que os doadores não estão de fato preocupados com o desenvolvimento pleno da parte receptora, de modo que se limitam a prestarem uma assistência mais superficial no lugar de uma cooperação mais robusta e consistente de fato. Tal postura por parte do doador, pode frequentemente causar uma situação de dependência do receptor no setor em que foi realizada a cooperação, em relação à outra parte.

De outra forma, existem ainda situações em que as cooperações formadas apresentam-se atreladas à condicionalidades, que mais tarde configuram-se como benefícios para o Estado doador. É importante destacar que nem todas as cooperações de configuração Norte-Sul se dão de maneira deletéria aos interesses da parte receptora, contudo, existem casos com essas características.

4.1.1 - As Cooperações Sul-Sul

Por fim, existem as cooperações conhecidas como Sul-Sul. Nesse tipo de cooperação, ambas as partes são Estados em desenvolvimento, de modo que tende a se desenvolver uma relação horizontal. Nessa, a relação tende a se dar de forma mais planejada e igualitária. No caso do Brasil, as cooperações estabelecidas sempre são cunhadas com o objetivo de possuírem o maior grau de horizontalidade possível. Contudo, nem essa modalidade Sul-Sul

de cooperação encontra-se livre de críticas. As críticas, apontam que nas relações desse tipo entre os Estados do Sul, por mais que ambos compartilhem o status de "em desenvolvimento", a parte que é pouco mais desenvolvida, tende a reproduzir as condições de "verticalização" na relação.

A criação desse tipo de modalidade Sul-Sul de cooperação, e seu posterior reconhecimento pelos órgãos responsáveis, só foi possível em virtude da diligência empregada pelos Estados em desenvolvimento na consolidação dessas parcerias. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento foi um elemento fundamental para o a consolidação das cooperações de âmbito Sul-Sul. Sobre esse sentido, de acordo com a Agência Brasileira de Cooperação é possível destacar que:

Na década de 70, o acúmulo de experiências positivas dos países em desenvolvimento, passíveis de serem transferidas para outros países com problemas semelhantes, fez com que as Nações Unidas desenvolvesse o conceito e fomentasse a “*cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD)*” ou “*cooperação horizontal*”, em contraponto à “*cooperação Norte - Sul*”. Em 1974 foi criada a Unidade Especial para CTPD no âmbito do PNUD, iniciando-se os estudos para o fomento a essa modalidade de cooperação. Em 1978, as diretrizes elaboradas foram propostas na *Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento* e suas recomendações aprovadas na forma do *Plano de Ação de Buenos Aires (PABA)* (BRASIL, 2014a).

Sintonizando o foco na Cooperação Técnica, podemos destacar esse como sendo um dos principais meios de disseminação de conhecimento, técnicas e tecnologia dados em âmbito internacional. No início do processo de CID, o instrumento de Cooperação Técnica que é conhecido atualmente, chamava-se "Assistência Técnica". De fato, o termo "assistência" era uma reprodução da relação de poder existente dentro dessa dinâmica de CID. Como destaca Amado Luiz Cervo sobre essa questão:

Como já se observou, a noção de CTI que prevalecia no sistema internacional até a década de sessenta supunha a existência de partes desiguais: um doador, fonte principal dos recursos e fonte exclusiva do conhecimento técnico, e um recipiendário passivo desses recursos e técnicas. Tal relação somente poderia dar-se entre países industrializados e países subdesenvolvidos (CERVO, 1994, p. 43).

Após diversas críticas direcionadas quanto a questão discriminatória que o termo representava, essas sobretudo provenientes dos Estados que eram os recipiendários dessa assistência, a nomenclatura, assim como o sentido foram alterados. Corroborando com esse sentido, destaca-se que:

A expressão "assistência técnica" foi instituída, em 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas [...] Em 1959, a Assembléia Geral da ONU decidiu rever o conceito de "assistência técnica", substituindo a expressão por "cooperação técnica", termo que era propício para definir uma relação que, se por um lado pressupõe a existência de partes desiguais, por outro representa uma relação de trocas, de interesses mútuos entre as partes (BRASIL, 2014a).

A Assembleia Geral da ONU foi capaz de reconhecer a incorreção da nomenclatura, por essa representar a assimetria de postura entre as partes envolvidas nos projetos dessa natureza. Desse modo, optou pela revisão do mesmo. Nesse ponto, voltando-se ao conceito já evoluído de Cooperação Técnica, Puente conceitua esse instrumento da CID como sendo:

Um processo multidisciplinar e multissetorial que envolve, normalmente, um país em desenvolvimento e outro(s) ator(es) internacionais (país ou organização multilateral), os quais trabalham juntos para promover, mediante programas, projetos ou atividades, a disseminação e transferência de conhecimentos, técnicas, experiências bem-sucedidas e tecnologias, com vistas à construção e desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais do país em desenvolvimento, despertando-lhe, dessa forma, a necessária autoconfiança que contribua para o alcance do desenvolvimento sustentável, com inclusão social, por meio da gestão e funcionamento eficazes do Estado, do sistema produtivo, da economia e da sociedade em geral (PUENTE, 2010, p.74)

Ou seja, visando o desenvolvimento dentro de uma definida área de um determinado Estado, nesse caso o receptor, é realizada uma parceria com outro, o doador, para a execução de uma cooperação técnica, com o objetivo de promoção do intercâmbio de conhecimento e técnicas.

Complementando a visão do autor, com o posicionamento oficial brasileiro sobre a temática, que converge com os elementos apresentados por Puente, porém com um viés mais voltado para o desenvolvimento focando na questão social dos Estados parceiros, destaca-se o seguinte trecho:

O Brasil entende a cooperação técnica internacional como uma opção estratégica de parceria, que representa um instrumento capaz de produzir impactos positivos sobre populações, alterar e elevar níveis de vida, modificar realidades, promover o crescimento sustentável e contribuir para o desenvolvimento social. A CTI é compreendida como um importante instrumento de desenvolvimento; que auxilia o país a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos e a superar restrições que dificultem seu crescimento. As ações da [Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento] CGPD constituem importante instrumento de política externa, do qual o Brasil tem-se servido para assegurar presença positiva e crescente em países e regiões de interesse primordial (BRASIL, 2014a).

Nas destacadas fases de evolução da CID, o Brasil foi historicamente um Estado receptor desses projetos de cooperação, situação que veio a se alterar a partir de 2003. Após esse período, o Brasil buscou firmar-se no cenário internacional como um doador de CID, papel esse que foi ascendente com o passar dos anos. Dessa forma, o Brasil passou a estabelecer diálogos com os Estados parceiros, com o sentido de possuir aliados, em um sentido democrático, que lhe dessem apoio em suas posições em âmbito internacional. Mônica Hirst destaca a notoriedade dessa postura brasileira ao pontuar que:

O Brasil, como outros poderes emergentes que se destacam na configuração de uma nova agenda de CSS, pretende ser parte influente no processo de revisão e construção de consensos mínimos da comunidade mundial no que diz respeito à Cooperação Internacional. Esta intenção se manifesta em posições assumidas em foros multilaterais e na ampliação contínua de sua atuação no terreno da cooperação horizontal. Tanto em âmbitos políticos como práticos, procura-se projetar um país comprometido com os ideais do desenvolvimento e os valores da governança democrática, fazendo da cooperação um campo de atuação externa na qual se combinam dimensões global e regional (HIRST, 2011, p.11).

Nesse sentido das cooperações Sul-Sul, os principais projetos firmados pelo Brasil, foram dados com Estados da América do Sul, Central e do continente africano. Apesar do Estado brasileiro se projetar como um doador de cooperação, não deixou de manter relações com parceiros clássicos, como Estados Unidos da América, Alemanha, Japão, entre outros, parcerias nas quais ocupava o papel de receptor.

Dhiego Mapa caracteriza essa dicotomia da postura brasileira no que tange sua política externa, ao pontuar que:

[...] a política externa de Lula não se caracteriza pela aproximação de países emergentes e pelo afastamento de países com quem o Brasil mantém relações tradicionais (EUA, países europeus), conforme protestam os seus opositores, mas sim, destaca-se pela capacidade de “combinação dos eixos horizontal e vertical” que, entre outros fatores, apresenta a vantagem de aumentar o “poder de barganha frente ao eixo vertical e os EUA” em negociações estratégicas, e conclui: “essa coadunação dos eixos tem se provado essencial para a recuperação do status como potência média emergente, permitindo revitalizar tradições e encontrar espaços diferenciados de atuação” (MAPA apud PECEQUILO, 2010, p.72)

Em síntese, o Brasil manteve-se atuante nas duas frentes de cooperação, estabelecendo, mantendo e aprimorando as relações tanto com Estados desenvolvidos, quanto com os em desenvolvimento. Realizando assim uma formulação de um plano cartesiano de cooperação, no qual realizou o que o autor nomeia de uma “combinação dos eixos horizontal e vertical”.

Ainda no que tange a execução das CTI em relação às parcerias Sul-Sul, o Brasil possui uma postura que diverge de outros Estados, frente à essa. Essa divergência viria do fato do Brasil possuir uma real preocupação com a condução de projetos de cooperação que de fato atendam aos objetivos do alcance do desenvolvimento pleno dos Estados parceiros, dentro das áreas determinadas de execução desses projetos. O Estado brasileiro busca sempre a manutenção da horizontalidade nos projetos executados, ao passo em que segue alguns paradigmas.

Desses paradigmas podemos destacar: a ausência de condicionalidades para o estabelecimento dos projetos de cooperação; empenho na formação e capacitação de mão-de-obra local (do Estado receptor); atuação brasileira como um *demand driven*, e o financiamento a fundo perdido, por instituições brasileiras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tais paradigmas podem ser claramente visualizados nos projetos realizados, de modo que igualmente fazem parte do discurso oficial emitido pelo Ministério das Relações Exteriores:

A cooperação técnica Sul-Sul brasileira caracteriza-se pela transferência de conhecimentos, pela ênfase na capacitação de recursos humanos, pelo emprego de mão-de-obra local e pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de cada país. Realiza-se com base na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento. Fundamenta-se no princípio constitucional da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A cooperação técnica brasileira é livre de condicionalidades e construída a partir da

manifestação de interesse de parte dos parceiros (“*demand driven*”) (BRASIL, 2014a).

Tal postura do Estado brasileiro é embasada na Constituição Federal, em seu Artigo 4º, inciso IX, onde é disposta a prevalência de diversos princípios, dos quais podemos destacar o de "cooperação entre os povos para o progresso da humanidade".

Em relação à institucionalização dos projetos realizados, é válido destacar que com o objetivo de facilitar os trâmites do estabelecimento de projetos de cooperação técnica, em 1980 o Brasil criou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A ABC encontra-se vinculada institucionalmente à Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial (SGEC) do Ministério das Relações Exteriores, antes desse período, a agenda de cooperação técnica era gerenciada pelo Ministério do Planejamento, através da extinta Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN). A ABC é voltada apenas para a gestão de projetos de cooperação técnica, o que engloba aqueles de cunho bilateral, multilateral e trilateral⁵⁶. Desse modo, o órgão realiza a gestão não apenas da cooperação prestada, mas também daquela recebida pelo Brasil. A Agência executa um papel importante para o Brasil no sentido de promoção do desenvolvimento internacional, o que funciona como um efetivo instrumento de política externa (RENZIO et al., 2013, p.2).

Como apontado, a postura de atribuição de alta prioridade de política externa ao continente africano, não consiste em algo novo para a política externa brasileira. Todavia, no momento em que essa postura se deu, funcionou como um elemento essencial para a consolidação dos objetivos brasileiros no cenário global, isso por essa atuar como uma ferramenta de *soft power*, capaz de atrair aliados no cenário internacional para o Brasil.

Por conta da proximidade geográfica, os Estados pertencentes à América do Sul, Central e ao Caribe, são os principais receptores dos projetos de cooperação firmados pelo Brasil. Os Estados do continente africano, ficam alocados na segunda posição, no que tange os recursos e esforços voltados para o desenvolvimento dos projetos de cooperação.

No âmbito da CTI, o Brasil historicamente tem concedido um elevado grau de prioridade aos Estados africanos, sobretudo aqueles pertencentes aos PALOPs e os que se encontram inseridos no entorno estratégico brasileiro. Posto isso, será realizada a seguir uma

⁵⁶ A estrutura da Agência encontra-se disponível no Anexo do trabalho.

breve análise sobre dois casos exemplificam essa atuação brasileira. O caso da cooperação técnica com a Angola, e da cooperação de cunho militar com a Namíbia.

4.2 - O continente parceiro

A África⁵⁷ historicamente foi alvo das pretensões colonial-expansionistas de potências, sobretudo europeias. Desse modo, as unidades que hoje são reconhecidas como Estados soberanos, no passado foram colônias de exploração, que tiveram seus respectivos processos de independência dados de modo tardio e majoritariamente inadequado. Esse passado recente pouco glorioso, contribuiu diretamente para a situação precária em que se encontram muitos dos Estados do continente na atualidade. Nesses Estados, as instituições tendem a ser em sua maioria frágeis, não consolidadas ou muitas das vezes inexistentes. Ainda, as condições básicas para o pleno desenvolvimento dos indivíduos, como saúde, segurança, educação e bem-estar social, possuem os índices mais baixos dos registrados no globo (POVERTIES, 2013).

Contudo, a África é um continente que apresenta elementos como oportunidades, diversidade, recursos naturais e minerais, embora a realidade dos Estados existentes no continente não reflita essas condições. No continente estão situados alguns dos Estados mais pobres do mundo⁵⁸, que além do status econômico precário, são assolados por ocorrências como: guerras civis, epidemias de doenças infectocontagiosas, desigualdade social, concentração de riquezas, genocídios e diversos outros tipos de violações dos Direitos Humanos que ocorrem de maneira frequente na região.

Ao passo que o continente possui Estados muito pobres e necessitados, todavia também possui grandes economias que nos últimos anos, apesar da crise internacional, obtiveram altas taxas de crescimento, que cresceram em média de 5 a 6% ao ano. Esses Estados estão sendo conhecidos no cenário internacional como os "Leões Africanos", dos quais podemos destacar Angola, Moçambique, Nigéria, três Estados que se encontram no

⁵⁷Apesar do recorte espacial do trabalho restringir-se à região do Atlântico Sul, que faz parte do entorno estratégico brasileiro, nessa parte, a temática irá tratar do continente africano como um todo, para destacar e pontuar a presença brasileira nesse, que extrapola a região compreendida como seu entorno estratégico.

⁵⁸ De acordo com o The World Factbook, no continente localizam-se o maior número de Estados com a população abaixo da linha da pobreza. Os dados podem ser verificados em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2046.html>>. Acesso em: 18 de mar. 2015.

entorno estratégico brasileiro. Consultorias especializadas⁵⁹ estimam que o crescimento econômico desses Estados pode crescer ainda mais nos próximos anos, o que aponta a importância de o Brasil manter um bom relacionamento com os mesmos.

Há alguns anos, o Brasil já está ciente das potencialidades da região, assim como dos resultados do desempenho da economia dos Estados do continente vizinho, de modo que faz questão de destacar esse interesse não apenas em seus documentos oficiais, e nos discursos de seus porta-vozes, como também em suas ações. O trecho destacado, pertence a um site oficial vinculado ao MRE, denominado "Blog do Itamaraty", uma ferramenta utilizada para facilitar a interlocução do Ministério com o público. Nesse, o Brasil aponta que:

A África desponta como um continente em dinâmico processo de transformação política, econômica e social, com potencial de se consolidar como um centro manufatureiro moderno, com crescente geração de emprego. Desde o início da década de 2000, o continente tem apresentado índices de crescimento acima da média mundial. A África Subsaariana cresceu à taxa média de 5,3% entre 2000-2012 e, dos dez países com maior crescimento no mundo no período, seis são africanos. Aos investimentos que buscam desenvolver o potencial do continente na mineração e na agricultura, somam-se grandes projetos em áreas como telecomunicações, infraestrutura e serviços bancários (BRASIL, 2015d).

Apesar das circunstâncias adversas existentes em alguns Estados africanos, em outros ainda existem muitas oportunidades de atuação para o Brasil. No continente, existem elementos como: diversos segmentos mercados ainda pouco ou não explorados, ausência de determinados tipos de estruturas, indústrias e empresas e afins. Por conta disso, o continente possui uma elevada potencialidade no oferecimento de oportunidades de atuação para diversos Estados, como no caso do Brasil, que tem se mostrado atuante. O Brasil vem explorando amplamente tais oportunidades, de modo que podemos destacar a larga presença de empresas brasileiras, sobre tudo as empreiteiras, no continente.

A África é uma região com diversas possibilidades de atuação para empresas brasileiras, por conta disso o movimento de internacionalização dessas para o continente torna-se cada vez mais comum, sobretudo após o período de 2003. "Esse movimento abrange cerca de 25 empresas, presentes em quase 30 países, mas com predominância em Angola e

⁵⁹ Diversas empresas internacionais de consultoria econômica estão emitindo relatórios destacando o crescimento das economias africanas. Uma das empresas que realiza esse tipo de serviço é a britânica Business Monitor International. Seu relatório parcial pode ser conferido em: <<http://www.bmiresearch.com/news-and-views/video/african-lions-economic-outlook-the-key-drivers-and-challenges>>.

Moçambique, presença essa facilitada pelo idioma comum, assim como na África do Sul, país que conta com a economia mais desenvolvida, o maior mercado consumidor e o ambiente institucional mais favorável do continente" (VIEITAS; ABOIM, 2013, p.20).

O governo brasileiro possui variados interesses na internacionalização dessas empresas, assim como se torna também um beneficiado direto desse processo. Reforça-se ainda, que o governo é o principal vetor condutor para a consolidação do dito processo. O MRE possui uma robusta estrutura de promoção comercial de empresas brasileiras no exterior, focada na promoção do comércio entre as partes, atração de investimentos estrangeiros e auxílio no processo de internacionalização de empresas brasileiras. A Diplomacia Comercial exercida por esse órgão conta com uma série de departamentos e setores que atuam "tanto no aspecto político, mediante realização de contatos governamentais e empresariais, quanto no operacional, por meio da produção de informações para subsidiar a promoção do comércio exterior" (BRASIL, 2015g).

Elementos como a aproximação política e econômica com Estados estratégicos, promoção de acordos comerciais, criação de linhas de crédito e financiamento para investimentos brasileiros no exterior, negociação da diminuição de barreiras alfandegárias, como outras posturas, são as ações que impactam positivamente para o sucesso do processo de internacionalização de empresas brasileiras para o exterior (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2013, p. 14-15).

Contudo, apesar da inserção das empresas brasileiras em África estar se expandindo, existem empecilhos que dificultam esse transcurso. Um elemento externo que vem cada vez ganhando mais espaço no continente vizinho, é a China. Tanto o Estado em si, como as empresas desse têm representado uma grande concorrência em relação a seus pares brasileiros. O interesse chinês no continente, concentra-se principalmente em *commodities*, recursos naturais, assim como no mercado consumidor promissor. No território africano, as empresas asiáticas desenvolvem sobretudo, grandes projetos concentrados nas áreas de energia, infraestrutura e logística (VIEITAS; ABOIM, 2013, p.21).

Em relação às empresas brasileiras, "existem grandes projetos na área de mineração, conduzidos pela Vale; a Petrobras tem hoje uma atuação importante na exploração de petróleo no oeste da África, notadamente em Angola e na Nigéria" (VIEITAS; ABOIM, 2013, p.22). Na área de infraestrutura, a construtora Odebrecht é a principal empresa brasileira atuante na região. No entanto, "a presença da China é dominante, tendo ultrapassado os EUA como

principal parceiro econômico do continente africano em 2009. O investimento chinês no continente aumentou 30 vezes em sete anos, entre 2005 e 2011" (VIEITAS; ABOIM, 2013, p. 24).

Tendo em vista os dados apresentados, destaca-se a importância da ofensiva diplomática executada pelo Brasil, durante os dois governos Lula, postura essa que objetivava entre outros elementos já pontuados, a expansão do comércio bilateral do Brasil com os variados mercados de Estados africanos. (VEIGA, 2013, p.5).

Percebe-se que o Estado brasileiro tem consciência das transformações que estão ocorrendo em solo africano, assim como da importância estratégica do continente vizinho para o Brasil, uma vez que ao se inserir na região, o Brasil não busca apenas mercados, ou parceiros comerciais. O Estado busca atuar na região como um ator auxiliador, que de forma pacífica e cooperativa projeta seus interesses na região. Tal postura pode ser bem sinalizada no destacado posicionamento do Estado em relação ao continente:

Ao longo da década de 2000, a África também desenvolveu parcerias que abriram novas alternativas ao frequentemente assimétrico relacionamento norte-sul. O Brasil, movido por um desejo de reconciliação plena com a sua própria história e pelo engajamento mais profundo com sua vizinhança no Atlântico Sul, tem buscado ser contribuir para este momento de transformações, e é hoje percebido pelos parceiros africanos como um país próximo, que conseguiu alçar-se de uma situação de subdesenvolvimento e dependência da exportação de produtos de base à condição de economia industrializada, que conta com um setor agrícola variado e dinâmico. Também são valorizadas a relevante base acadêmica e científica brasileira, a proximidade cultural e as políticas sociais, que reduzem a pobreza e promovem maior igualdade. Muitos países africanos veem o processo de desenvolvimento brasileiro como potencial fonte de inspiração (BRASIL, 2015d).

Faz-se importante ressaltar a aceitação africana frente à atuação brasileira no continente. Essa aceitação se dá desde os setores dos Estados, até a população civil, empresas e outros elementos. Por conta dos diversos laços que o Brasil compartilha com alguns dos Estados africanos, assim como por sua postura, esse é visualizado como um parceiro legítimo. Em resposta à essa confiança, o Brasil busca constantemente posicionar-se em relação aos Estados da região de forma a estabelecer relações equilibradas, pautadas no respeito mútuo. O posicionamento do Brasil se dá de modo diferenciado daqueles Estados que apenas desejam obter benefícios, esses muitas vezes de maneiras contestáveis.

Contundentemente, nem todos os Estados externos ao continente, e presentes nesse, conduzem sua estadia lá de maneira interessada no desenvolvimento dos Estados, ou bem-estar das populações do continente. Isso por que muitas das relações que esses Estados estabelecem com as unidades africanas, são voltadas para a exploração predatória de recursos, obtenção de vantagens e de outros elementos (POVERTIES, 2011).

No tocante da já citada questão da importância da atuação brasileira em relação aos Estados da região visando o apoio desses em instâncias multilaterais no cenário internacional, aponta-se a relevância do espectro da cooperação nessas instâncias. Powell defende a efetividade desse modo de operação, ao salientar que:

[...] multilateralism is the most egalitarian form of international cooperation and decision-making, and multilateral institutions are among the very few forums in which developing countries can potentially have an equal voice. Because developing countries greatly outnumber developed countries in a one-country-one-vote framework, such nations are given the opportunity (at least in theory) to exert an influence as great, if not greater, than their developed counterparts. Multilateralism in general, and multilateral institutions in particular, thus provide a more democratic means of determining which global issues should be addressed and how states should address them (POWELL, 2003, p.7).

Em sùmula, a postura brasileira no continente é capaz de conquistar aliados neste, e com o apoio desses Estados no cenário internacional, em fóruns e instâncias multilaterais, presume-se que todas as partes envolvidas sejam privilegiadas, uma vez que em conjunto, sejam capazes de possuírem maior destaque nesse cenário, buscando reduzir assim as assimetrias e distorções presentes nesse.

Outro importante espaço a ser destacado, no qual o Brasil exerce seu *soft power*, é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Essa comunidade surgiu no ano de 1996, com os objetivos basilares dispostos em três pilares: de concertação político-diplomática dos membros no Sistema Internacional, a cooperação em diversas matérias e temas entre as partes, e o ponto principal, que seria o de difusão e promoção da língua portuguesa (AZEVEDO, 2014, p.7).

Os Estados membros (plenos) da CPLP são nove no total, de modo que estão dispersos por 4 continentes: América, África, Europa e Oceania. Os membros plenos são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-

Leste, Guiné Equatorial, de modo que existem ainda os Estados que são Observadores Associados (COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2015).

Estados pertencentes à Comunidade, apesar de apresentarem realidades internas bastante distintas, possuem um elemento em comum, a língua lusa, que funciona como elemento integrador, assim como um viabilizador da aproximação política entre as partes. Os estados dialogam de maneira mais facilitada por conta da língua e são capazes de compartilharem visões e valores aproximados, por conta da cultura, ambos os elementos que incidem fortemente para o bom relacionamento entre as partes.

Como pontuado anteriormente, sobretudo a partir do ano de 2003, com a política do governo brasileiro de atribuir maior nível de prioridade às relações dadas com Estados do continente Africano, instâncias como a CPLP e a ZOPACAS passaram a representar uma maior importância para o Brasil, e contando com uma atuação mais ativa desse. Os espaços, passaram a ser visualizados como locais onde o Brasil pudesse, juntamente com os Estados membros, buscar um Sistema Internacional com ênfase no multilateralismo, com redução das desigualdades às quais são expostos sobretudo os países em desenvolvimento. Outra vantagem da inserção nesses espaços para o Brasil, seria a possibilidade do aprimoramento das relações bilaterais já existentes (JORGE, 2011, p.118).

Dentro dessa dinâmica de aproximação com os Estados Africanos, é importante apontar a prioridade conferida aos Países de Língua Portuguesa. Como destacado, a proximidade linguística e cultural atua como um fator fundamental para a atribuição de certo privilégio em relação a esses países para o estabelecimento das cooperações. No ano de 2012, de acordo com dados da ABC, o valor alocado para a execução de projetos de cooperação técnica para com os PALOPS, foi da ordem de US\$45 milhões. (JORGE, 2011, p.122).

Em reflexo a essa postura brasileira, os países beneficiados, tendem a visualizar o Brasil como um Estado beneficiador, promotor de desenvolvimento sócio econômico, e preocupado em alterar a situação de suas realidades. Esse retorno é importante para o Brasil, que através dessa legitimação, possui maior capacidade de auferir o apoio internacional desses países, mas também se torna capaz de se projetar nesses Estados, exercendo seu *soft power*, para que então possa adquirir benefícios próprios, para suas empresas e seus nacionais.

Como já ressaltado, o Brasil utiliza-se da legitimidade que possui, tanto no cenário internacional, como para com os Estados, buscando sempre expandi-la, para ter em âmbito

internacional apoio para seus pleitos e pretensões. É importante ressaltar o tipo de liderança que o Brasil exerce em relação aos Estados que o apoiam, que é embasada na legitimidade e consenso, ou como pontuada por Nye (2005), através do *soft power*:

Soft power uses a different type of currency (not force, not money) to engender cooperation-an attraction to shared values and the justness and duty of contributing to the achievement of those values. Much as Adam Smith observed that people are led by an invisible hand when making decisions in a free market, our decisions in the marketplace for ideas are often shaped by soft power-an intangible attraction that persuades us to go along with others' purposes without any explicit threat or exchange taking place. [...]Command power-the ability to change what others do - can rest on coercion or inducement. Co-optive power -the ability to shape what others want -can rest on the attractiveness of one's culture and values or the ability to manipulate the agenda of political choices in a manner that makes others fail to express some preferences because they seem to be too unrealistic. The types of behavior between command and co-option range along a spectrum from coercion to economic inducement to agenda setting to pure attraction. Soft-power resources tend to be associated with the co-optive end of the spectrum of behavior (NYE, 2005, p.7).

Os projetos de cooperação técnica são de notável relevância para o incremento do *soft power* brasileiro no continente africano, assim como para a melhoria da relação entre as partes. Contudo, não apenas as cooperações desse tipo são utilizadas com essa finalidade de projeção do Brasil na região vizinha. As cooperações voltadas para a área militar de segurança e de Defesa, são apontadas como alguns dos motivos do sucesso da relação do Brasil com Estados do continente africano.

Essa relação será explorada mais adiante, com caso de cooperação na área naval estabelecido com a Namíbia. Esse pode ser considerado o primeiro projeto e cooperação na dinâmica militar, executado pelo Brasil, na figura de provedor de cooperação. Para o tal, será levantado um panorama desse tipo de relação do Brasil, para com os Estados da África.

4.2.1 - A relação do Brasil com a África sul-atlântica

Sombra Saraiva (2012), destaca que a verdadeira relação entre as partes surgiu em tempos longínquos, enquanto ambas faziam parte de apenas um todo geológico. Em sua obra, o autor pontua a existência de 4 momentos de aproximação do Brasil para com a África, mais precisamente com a parte atlântica desse continente. Tal movimento é denominado

"atlantismo brasileiro". Diferentemente da análise realizada por outros autores como Leite (2011), a proposta por Saraiva não se baseia nas relações diplomáticas entre as partes, mas sim no intercâmbio em sua forma holística que envolve aspectos históricos, culturais e de integração no geral.

O primeiro momento teria sido iniciado no século XVI, no período em que o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, de forma que o intercâmbio se deu através dos navios negreiros que atravessavam o Atlântico com centenas de escravos. O tráfico negreiro era necessário para alimentar com mão de obra de baixo custo, as vastas faixas de terra nas quais desenvolvia-se o cultivo da cana de açúcar. Este teria sido o primeiro momento em que a cultura africana teria integrado-se à brasileira. Em seguida, o segundo momento teria sido durante a segunda metade do século XX, período em que o geopolítico Golbery do Couto e Silva⁶⁰ desenvolveu suas teorias geopolíticas que salientavam a influência sul-atlântica no contexto brasileiro. É importante ressaltar que este pensamento foi moldado dentro de uma dinâmica de mundo bipolar, portanto de acordo com Golbery, a defesa da região por parte do Brasil era necessária para conter o possível avanço soviético sobre a região (SARAIVA, 2012, p.14).

Por conseguinte, instaurou-se o que é denominado como "atlantismo da diplomacia e do comércio", que se iniciou paulatinamente com a retomada das relações na década de 1960, com o nascimento da Política Externa Independente. Após esse período, as relações entre as partes seguiram estreitas, de modo que se sucederam movimentos nas esferas política, econômica, comercial, de cooperação, e de diplomacia. Esse período foi marcado pelas mútuas visitas de chefes de Estado e representantes dos Governos. Ressalta-se ainda que foi nesse período que se desdobrou a concertação política que deu origem à ZOPACAS, no ano de 1986. Por fim, a quarta fase identificada pelo autor, é denominada "atlantismo da estratégia Sul-Sul", com um embasamento social e cooperativo. Nesse período, iniciado no período de governo do Presidente Lula da Silva, a África era visualizada pelos formuladores de política externa do país como uma região com graves problemas sociais e estruturais, que

⁶⁰ Golbery do Couto e Silva (1911 - 1987) foi um general do Exército Brasileiro e um importante geopolítico brasileiro, nascido no Rio Grande do Sul. Em 1930 formou-se oficial do Exército pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), dando continuidade à carreira militar até tornar-se oficial de Estado-Maior. Atuou como chefe da Casa Civil da Presidência (1974 - 1981), participou da formulação da Doutrina de Segurança Nacional (1952), no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG). Suas principais obras foram Planejamento Estratégico (1955) e Geopolítica do Brasil (1966) (FERNANDES, 2015).

necessitavam ser amenizados, assim como uma área propícia para a projeção da imagem do Brasil, e expressão de seu *soft power* (SARAIVA, 2012, p.15).

Verdadeiramente, a existência de resquícios geológicos comprova a relação milenar entre Brasil e África, mas o destino dos dois de fato foi entrelaçado pela mais pura expressão do Poder Marítimo Português do século XV, as expedições que após uma série de descompassos, levaram à colonização de diversas províncias africanas, assim como à descoberta do Brasil. Penha (2011) fundamenta essa necessidade e disposição portuguesa para o tal, em:

Portugal, devido à sua posição geográfica a meio caminho entre o mar e os grandes centros comerciais europeus, possui um território que se estende através de uma faixa litorânea estreita, propícia tanto para a constituição de uma burguesia marítima, como para a fixação de aventureiros, marujos, estrangeiros e pesquisadores, voltados para as atividades e os conhecimentos marítimos. Estes aspectos contribuiriam para o desenvolvimento de uma mentalidade política voltada para o mar. Dispondo assim, de condições políticas e geográficas favoráveis aos empreendimentos marítimos, Portugal daria início às grandes expedições exploratórias, cuja meta era construir uma rota oceânica das especiarias, como alternativa à rota terrestre então dominada pelos turcos otomanos, considerados hostis aos interesses comerciais europeus (PENHA, 2011, p.25).

Mácula ou fato histórico, o importante é ressaltar que a interferência portuguesa foi a responsável pelo amálgama dessas duas culturas. Embora a relação tenha sido iniciada de modo inóspito, com o passar dos anos, as partes foram capazes de superar as adversidades e flagelos de modo a construir uma nova relação, embasada em seus laços culturais, sociais e suas singularidades, sobretudo com relação aos países lusófonos.

Língua e cultura certamente são fatores que conectam fortemente o Brasil a alguns dos Estados africanos, mas um elemento ainda mais marcante que ilustra a relação brasileira com um número ainda maior de Estados africanos, é o Atlântico Sul. Como destacado, esse oceano é considerado pelo Brasil, não como um oceano que o separa do continente africano, mas sim um oceano que os interliga. Desse modo, o compartilhamento desse mesmo oceano abre precedentes de cooperação nas mais variadas áreas entre as partes, sendo essas oportunidades aproveitadas pelo Brasil, para o estreitamento de laços com os países africanos.

Como acentua Silva, o Atlântico Sul, na dinâmica do processo de globalização, mostrou-se um elemento favorável para a melhora da integração, assim como para o intercâmbio entre as partes.

A globalização e o poder marítimo estão intimamente interligados. Ao mesmo tempo em que o processo da globalização se intensifica, o poder marítimo se desenvolve, e vice-versa. Em relação à importância econômica, verifica-se que a globalização tem aumentado o fluxo das transações comerciais, produzindo um desenvolvimento extraordinário do transporte marítimo, por meio do qual é realizado cerca de 80% do comércio mundial. [...] Nesse sentido, o sistema de comércio globalizado depende do bom funcionamento do sistema marítimo mundial. O Atlântico Sul faz parte desse sistema (SILVA, 2014, p.201).

Como já bem pontuado, o estágio de globalização em que o mundo se encontra envolto, favorece a intensificação das comunicações, relações e dos fluxos de transações comerciais, o que acarreta em um aumento expressivo da demanda pelo transporte marítimo e de toda uma cadeia de atividades que o suportam. Desse modo, percebe-se essa atividade de comércio e transporte marítimo como um fator de importante influência para o impulsionamento do poder estratégico e econômico dos Estados (SILVA, 2014, p.201).

O mar, que é a via pela qual executa-se as atividades ligadas ao transporte e comércio marítimo, é apontado como fundamental para o desenvolvimento dos Estados, assim como um espaço geopolítico propício para o exercício do *soft power*. Desse modo, o fato do Atlântico Sul ser um oceano tão estratégico para os Estados costeiros, implica na necessidade de medidas voltadas para segurança e defesa tomadas por esses agentes estatais, que visem garantir a manutenção da estabilidade da região. Fato esse que viabiliza a interlocução e integração das duas margens desse território marítimo (SILVA, 2014, p.201).

Postas as oportunidades existentes no continente vizinho, assim como pontuado o histórico da relação entre as partes, a seguir serão destacadas algumas das formas de atuação do Brasil em seu entorno estratégico pertencente ao continente africano. Serão apontadas as parcerias que o Brasil tem firmado, os projetos realizados, assim como os benefícios que tem adquirido e gerado para seus pares no continente africano.

4.3 - O caso de cooperação com a República de Angola

O primeiro exemplo a ser destacado quando o assunto é a cooperação brasileira com o continente africano, é a Angola. Porém antes de adentrar nesse tema, é necessário que se apresente a Angola como Estado.

Ilustração 4 - Mapa da República de Angola



Fonte: MRE

O Estado de nome oficial República de Angola, possui como capital Luanda e pertence ao continente africano, localizado na costa ocidental desse. Possui fronteiras terrestres com: Congo, República Democrática do Congo, Namíbia e Zâmbia, e faz fronteira marítima apenas com o oceano Atlântico Sul. O idioma oficial do Estado é o português, sua moeda é o Kuanza. Sua população conta com cerca de 20,8 milhões de habitantes. No ranking do IDH (2012) o país posiciona-se na 148ª posição, uma classificação considerada baixa. Possui um PIB nominal de US\$ 124 bilhões⁶¹, com uma economia com índice de crescimento

⁶¹ Referente ao ano de 2013.

de 6,80% ao ano. Seus principais produtos de exportação são os combustíveis derivados de petróleo, esses representando basicamente 95% da pauta de suas exportações. O Brasil é seu quarto parceiro econômico em relação às origens de suas importações (BRASIL, 2015e).

Os laços existentes entre Brasil e Angola são históricos, de modo que é importante ressaltar que as relações bilaterais entre as partes existem antes mesmo da consolidação de Angola como Estado de fato⁶². Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência angolana de Portugal. Mais do que isso, o Brasil foi um modelo para o Estado africano, que se baseou na experiência brasileira, como destaca o diplomata Nedilson Jorge:

Também são conhecidos os fortes ecos que a nossa independência teve em Angola. As relações de Angola com o Brasil colônia, em alguns casos, eram mais intensas do que com a metrópole portuguesa, a tal ponto que a independência do Brasil dividiu muito a opinião pública em Angola e fez Portugal temer que aquele território pudesse se juntar ao Brasil e não mais continuasse como colônia portuguesa (JORGE, 2011, p.117).

O Estado africano possuiu no passado sólidas relações com o Brasil, de modo que no presente, continua relevante. A Angola é um parceiro importante para o Brasil, visto que além de estar inserida no espaço compreendido como entorno estratégico brasileiro, faz parte da ZOPACAS, é um PALOP e membro da CPLP, além de parceiro de cooperação técnica e concertação política do Brasil em âmbito internacional, sendo igualmente um valioso parceiro comercial e estratégico.

Como destaca o próprio Ministério das Relações Exteriores brasileiro, quanto à relevância desse parceiro africano:

Angola é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África. Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes, chegando a US\$ 4,21 bilhões. O Brasil é um dos principais parceiros comerciais de Angola e muitas empresas brasileiras de construção civil têm escritório em Luanda. A linha de crédito concedida pelo BNDES a Angola nos últimos anos constitui eficiente mecanismo de apoio à consolidação da presença do Brasil naquele mercado (BRASIL, 2015e).

⁶² Encontra-se disponível no anexo a cronologia das relações bilaterais do Brasil com a República da Angola.

A destacada política brasileira de foco no continente africano gerou resultados, de modo que atualmente existem mais de 200 empresas brasileiras situadas em solo angolano, das quais boa parte são de construtoras de grande porte como Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, e ainda voltadas para o setor petroquímico, como a Petrobrás, que também possui operações importantes no Estado africano (ABDI, 2013).

Como foi frisado, a questão da língua e da cultura facilitam as relações bilaterais entre os Estados, de modo que no universo empresarial, esses elementos atuam da mesma forma. Contudo, apesar de todos os elementos favoráveis, o Brasil tem perdido a liderança em determinados nichos de mercado, por conta da presença de empresas de outros países.

As afinidades lingüísticas e culturais e a proximidade política entre Angola e Brasil, com vários projetos de cooperação técnica e econômica assinados, são fatores que favorecem a instalação de empresas brasileiras no mercado angolano. Ainda assim, o investidor brasileiro tem perdido terreno para competidores estrangeiros: o setor de petróleo é dominado por empresas americanas e européias; o setor ferroviário, por empresa anglo-belga; o setor financeiro, pesca e consultorias, pelos portugueses; e nos serviços de engenharia e construção civil, os chineses têm grande presença (BRASIL, 2014a, p.25)

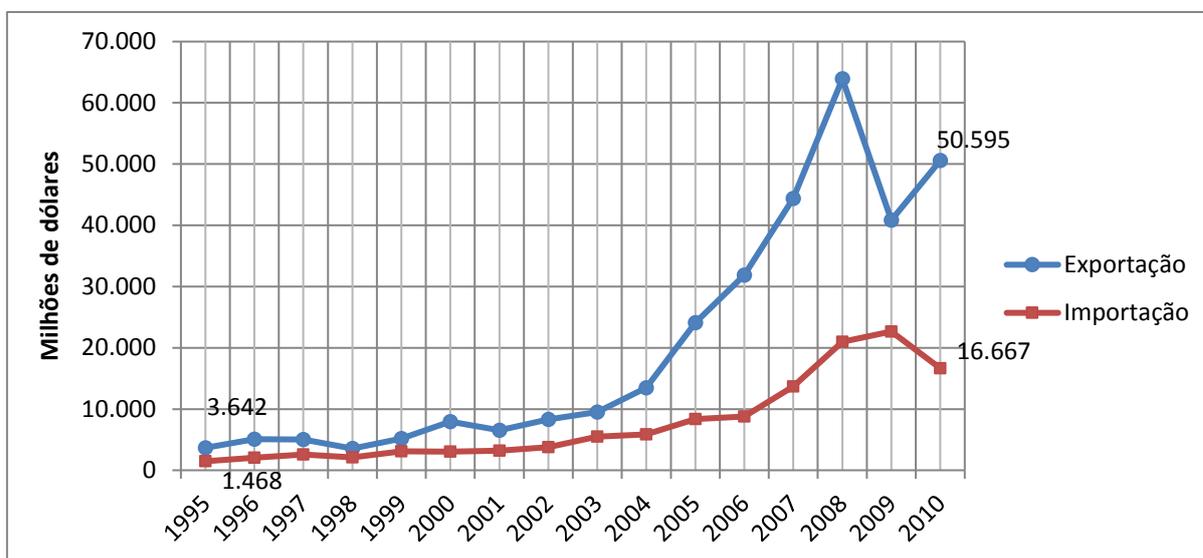
Como já destacado diversas vezes, a partir de 2003 o Brasil adotou uma política de estreitamento de laços com a África, o que lhe garantiu muitos benefícios, em diversas questões, das quais podemos destacar: de inserção internacional, imagem do Estado no continente, ganhos de parceiros políticos, comerciais, de cooperação e estratégicos.

Na questão comercial, os ganhos econômicos auferidos pelo Brasil a partir desse período são notáveis e inegáveis. Como destacado pelo MRE: "O fortalecimento das relações brasileiro-africanas reflete-se, também, em expressivo aumento do intercâmbio comercial. Entre 2002 e 2013, o comércio do Brasil com o continente cresceu mais de 400%, de US\$ 5 bilhões para US\$ 28,5 bilhões" (BRASIL, 2015e).

Através dos dados históricos ⁶³de comércio bilateral entre os dois Estados, é possível reafirmar essa posição através da disposição gráfica desses dados:

⁶³ Os dados comerciais na íntegra se encontram no Anexo do trabalho.

Ilustração 5 - Gráfico de relações comerciais bilaterais entre Brasil e Angola no período 1995-2010



Fonte: Dados compilados pela autora a partir do relatório do MDIC 2014

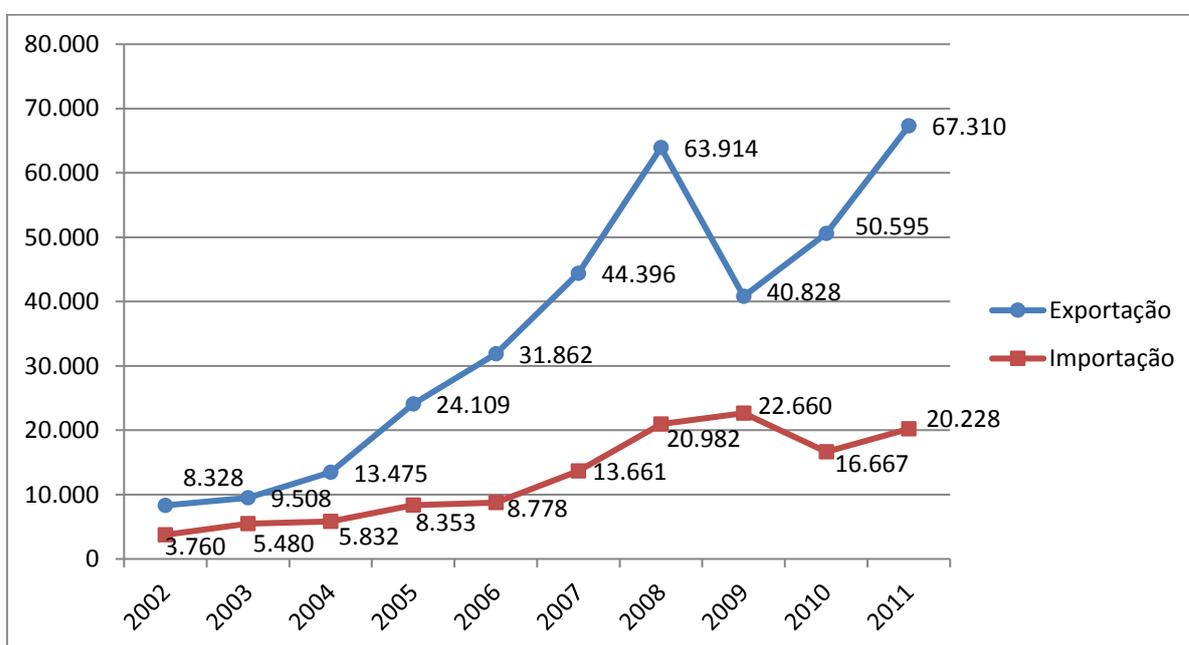
Analisando o gráfico, é possível verificar a inércia comercial que marcou as relações bilaterais entre as partes no período de 1995 até 2002, que foi seguida por um aumento exponencial das quantias de importação e exportação a partir do ano de 2003, que refletem o vigor das atividades do comércio bilateral entre os Estados. Ressalta-se que a categoria "exportação" refere-se aos produtos exportados do Brasil para Angola, e a "importação", aqueles de Angola para o Brasil.

Visualizando de modo mais abrangente o gráfico apresentado, considerando todo o período, de 1995 a 2010, percebe-se que as exportações passaram de US\$ 3,6 milhões, para US\$ 50,5 milhões, ou seja, um aumento de 1402%. As importações seguiram a mesma tendência ascendente, de modo que de US\$ 1,4 milhão, atingiram US\$ 16,6 milhões no mesmo período, com um crescimento de 1185%.

É importante a exposição de um outro gráfico, com o intervalo reduzido apenas ao período de foco principal de aproximação Sul-Sul. Isso, para que fique mais limpo e compreensível, visando uma melhor visualização do fenômeno ocorrido nas relações bilaterais. Desse modo, para se destacar o aumento das transações comerciais, segue um gráfico com o recorte temporal focado entre 2002 e 2011, que conta também com todos os

valores disponíveis. Esse período de tempo corresponde a um ano antes, durante, e um ano depois da política brasileira de foco no continente africano. Isso, para que seja possível observar a tendência de comportamento desse comércio bilateral, de forma a buscar o estabelecimento de uma relação entre a postura internacional brasileira, e o incremento das relações comerciais entre as partes.

Ilustração 6 - Gráfico de relações comerciais bilaterais entre Brasil e Angola no período 2002-2011



Fonte: Dados compilados pela autora a partir do relatório do MDIC 2014

Nesse gráfico é possível observar com mais clareza, no caso das exportações, o valor saltou de US\$ 8,3 milhões, do ano de 2002, para US\$ 67,3 milhões, no ano de 2011, o que representa um aumento de 810% nos valores. Já as importações, tiveram um aumento de 545%, visto que no ano de 2002 essas alcançaram a quantia de US\$ 3,7 milhões, de modo em que saltaram para US\$ 20,2 milhões no ano de 2011, um ano após o fim do mandato do governo responsável pela política de foco no continente africano.

Ainda sobre os dados apresentados no gráfico, percebe-se que embora as cifras das transações comerciais tenham sido reduzidas no período de 2008 a 2009, período em que

ocorreu a crise internacional, no período seguinte elas voltaram a se recuperar. Isso demonstra o empenho brasileiro em manter estreitas as relações com o Estado parceiro.

Rizzi atribui a retração histórica entre as relações bilaterais de Brasil e Angola nos anos de 1990 a 2002 à opção brasileira por outros mercados, assim como à crise interna enfrentada pelo Estado africano no destacado período. Essa questão pode ser visualizada no seguinte trecho:

À primeira vista, pode-se deduzir que os cenários internos de Brasil e Angola, acrescidos das reestruturações econômica e política internacionais ocorridas entre 1990 e 2002, direcionaram ao progressivo afastamento entre os dois países. De uma maneira geral, as relações internacionais do Brasil, nos anos 1990, passaram a privilegiar os Estados Unidos e a Europa, e a incrementar os contatos com a Ásia. A evolução do Mercosul também flexionou a política externa brasileira para seus vizinhos latinos. Esse conjunto de ações indicava que Angola estaria enfrentando uma redução de contatos econômicos com o Brasil, a qual, do mesmo modo, poderia ser analisada como uma consequência da caótica situação angolana (RIZZI, 2005, p.81).

Como salientado anteriormente, no período de 1990 e 2002, em relação a sua política externa, o Brasil esteve voltado para o estabelecimento de relações, tanto de cunho diplomático, como comercial, com Estados do mundo desenvolvido, em detrimento das relações com Estados em desenvolvimento.

Neste ponto, com o foco na questão da cooperação técnica, com o histórico desse tipo de instrumento já previamente traçado, percebe-se que os principais parceiros do Brasil no período de recorte, foram os Estados africanos pertencentes aos PALOPS. Como advoga Nedilson Jorge sobre essa temática:

[...] no âmbito da cooperação, é preciso reconhecer, desde logo, que a prioridade conferida pelo Brasil aos PALOPS, dentro da política brasileira com a África, encontra a sua maior expressão. O estreito relacionamento bilateral que mantemos com cada um dos países de língua portuguesa, somado com a proximidade no âmbito linguístico e cultural, faz com que o Brasil naturalmente privilegie a cooperação com esses países na África (JORGE, 2011, p.122).

Ou seja, a Angola encontra-se profundamente inserida nesse universo de parceiros lusófonos, logo possui uma situação privilegiada em relação aos projetos executados pelo

Brasil na região. Como salientado, as partes também possuem relações bilaterais estreitas de longa data, somados, esses elementos revelam-se oportunos para a viabilização de projetos de cooperação entre as partes.

Seguindo através da mesma esteira de pensamento, Puente converge com a ideia de Jorge, dessa priorização brasileira em relação à Angola, ao apontar que:

A liderança da CTPD brasileira na África é de Angola, tanto nos projetos (29%) quanto nas atividades pontuais (19,5%). Nos projetos, a sequência, depois de Angola, é: Moçambique (18,8%), São Tomé e Príncipe (17,4%), Cabo Verde (10,1%), e Guiné-Bissau (7,2%). O país seguinte é a Namíbia (5,8%), o único africano não lusófono brindado com projetos de CTPD brasileira no período analisado (PUENTE, 2010, 179).

Angola é um Estado parceiro de relevante importância para o Brasil, pois como já destacado faz parte da CPLP, dos PALOPS, ZOPACAS e entorno estratégico brasileiro. De fato, os laços e semelhanças históricas e culturais, aproximaram as partes, mas indubitavelmente o fator da língua é um elemento facilitador de maior importância. Após a formalização da Angola como um Estado, as partes seguiram no estreitamento de seus vínculos políticos e diplomáticos. Assim, em 1980 deu-se a Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado bilateralmente entre Brasília e Luanda, para a formalização de seus projetos de cooperação. Desde o estabelecimento do acordo, foram estabelecidos diversos projetos de CTI, mas faz-se importante destacar que o maior número de projetos se deu no período de recorte do trabalho (2003-2010).

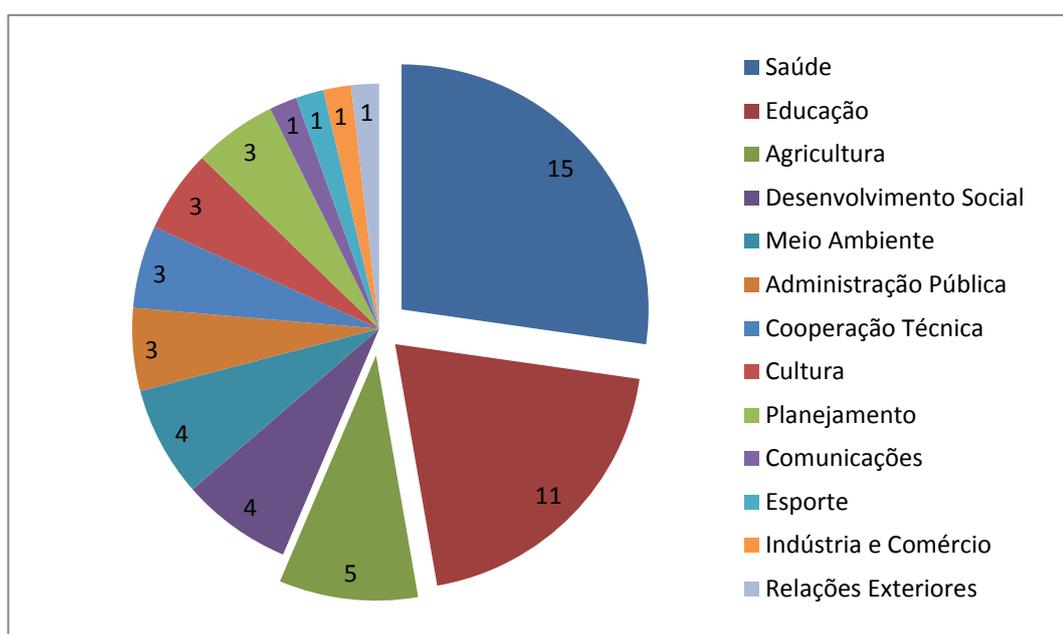
Com a análise dos projetos de cooperação firmados, a partir dos relatórios de cooperação emitidos pela ABC, foi possível a confecção de uma tabela contendo todos os projetos bilaterais de cooperação executados durante o período de vigência do governo Lula da Silva. Esses projetos de cooperação totalizam cinquenta e cinco (55). Essa tabela encontra-se disponível no Anexo do trabalho, de modo que é indispensável a visualização desta para o entendimento e visualização da questão.

Com a análise dos projetos executados entre as partes no período de 2003 a 2010, é possível observar que a agenda bilateral de cooperação entre Brasil e Angola concentra-se em

temáticas⁶⁴ prioritárias de: saúde (15), educação (11), essa com foco em qualificação profissional, e agricultura (5). É importante destacar a característica de capacitação de recursos humanos locais, e atuação como *demand driver* por parte do Brasil nos projetos de cooperação firmados.

Para a melhor visualização dos dados, esses foram dispostos em forma de gráfico:

Ilustração 7 - Gráfico de temas das cooperações bilaterais 2003-2010



Fonte: Dados compilados pela autora a partir dos relatórios da ABC

Visualizando esses dados, e tendo em mente a abordagem, assim como os paradigmas da atuação brasileira em seus projetos de cooperação, torna-se bem claro o objetivo de atuação do Brasil dentro dessas parcerias. Torna-se ainda mais claro esse objetivo, ao se visualizar as áreas temáticas de execução dos projetos de cooperação.

⁶⁴ Destaca-se que todos os temas das cooperações realizadas bilateralmente são: Administração Pública, Agricultura, Comunicações, Cooperação Técnica, Cultura, Desenvolvimento Social, Educação, Esporte, Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Planejamento, Relações Exteriores e Saúde. Aponta-se ainda que todas as temáticas de cooperação listadas, enquadram-se na categoria de cooperação técnica, de modo que a temática disposta com essa mesma alcunha, refere-se à temáticas multidisciplinares.

O Estado que faz parte da África Meridional, de nome oficial República da Namíbia, possui como capital a cidade de Windhoek. Faz fronteira com Angola, África do Sul, Botsuana e Zâmbia, sendo banhado unicamente pelo Oceano Atlântico Sul. Possui como idioma oficial o inglês, sua moeda é o Dólar da Namíbia e possui população de cerca de 2,17 milhões de habitantes, ocupando a 128ª posição no ranking mundial de IDH. Com PIB nominal de 12,30⁶⁵ bilhões de dólares, a economia do país baseia-se principalmente na atividade de extração e processamento de minerais e pedras preciosas para exportação. Faz parte da ZOPACAS, de modo que se encontra dentro da região compreendida como entorno estratégico brasileiro, sendo, portanto, um Estado que merece um certo grau de atenção (BRASIL, 2014a).

Realizando um breve retrospecto sobre a história da Namíbia, destaca-se que essa foi uma colônia do Império Alemão do período compreendido entre 1884 e 1920. Após o fim Primeira Guerra Mundial, em 1920, a administração da então colônia foi delegada à África do Sul. A Namíbia é um Estado relativamente jovem, tendo conquistado sua independência da África do Sul após o travamento da Guerra de Independência da Namíbia (1966-1989). Esta foi uma guerra de guerrilha que foi encabeçada pelo movimento Organização do Povo do Sudoeste Africano (South-West Africa People's Organisation - SWAPO), que se opunha ao regime do apartheid⁶⁶ implantado pelo governo da África do Sul. Por fim, a Namíbia teve sua independência celebrada em 21 de março de 1990 (CIA, 2015).

As relações bilaterais do Brasil com a Namíbia datam antes mesmo da formalização do segundo como Estado de fato, de modo que no ano de 1989 foi instalado um Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek, para acompanhar os tramites de paz na região. O Brasil foi inclusive um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do então Estado e soberania de seu povo, assim como a instalar uma representação diplomática em Windhoek, que ocorreu ainda no ano de 1990⁶⁷. De modo que "No ano seguinte, Collor de Mello torna-se o primeiro chefe de Estado latino-americano a visitar aquele país" (ALMEIDA, 2012, p.27).

⁶⁵ Quantia referente ao ano de 2013, segundo o Fundo Monetário Internacional.

⁶⁶ O apartheid foi um regime de segregação racial implantado na África do Sul entre os anos de 1948 a 1994. No período, o Estado era politicamente controlado pela minoria branca, de modo que o regime ficou caracterizado como política oficial em seu período de vigência (CIA, 2015).

⁶⁷ Pode ser conferido no Anexo desse trabalho, a cronologia oficial das relações bilaterais do Brasil com a Namíbia.

Para elucidar de uma maneira geral a questão da cooperação brasileira no domínio da Defesa, faz-se necessário analisar mesmo que brevemente o primeiro projeto firmado, para que desse modo seja possível destacar de que modo se deu, assim como suas aspirações e objetivos.

O primeiro acordo de cooperação em Defesa do Brasil com o Estado namibiano, data do ano de 1994, firmado durante o período de vigência do governo do presidente Itamar Franco (1992-1995), quando a parte sul-americana assumiu o compromisso de auxiliar o então jovem Estado na formulação e fortificação da Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia. A cooperação entre os Governos se deu por parte brasileira, por intermédio do extinto Ministério da Marinha e por parte namibiana por intermédio do Ministério da Defesa.

Nesse acordo de cooperação, foi disposta uma listagem contendo os bens e serviços que a parte brasileira, o então Ministério da Marinha, deveria fornecer ao Ministério da Defesa namibiano. De acordo com o documento, esses bens e serviços seriam:

1. Execução de um levantamento hidrográfico completo ou atualização dos levantamentos existentes do litoral namibiano, aproveitamento econômico de seu litoral.
2. Implantação de um sistema de auxílios à navegação para prover segurança a essa atividade.
3. Delimitação dos limites do mar territorial e das águas jurisdicionais da República da Namíbia e assistência ao Governo da Namíbia durante as negociações para o estabelecimento das fronteiras laterais marítimas de seu mar territorial e águas jurisdicionais.
4. Determinação das rotas mais seguras para a navegação costeira.
5. Organização, dentro da Ala Naval do Ministério da Defesa, de um Serviço de Patrulha Marítimo, com o propósito de proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em seu mar territorial e águas jurisdicionais, especialmente no que se refere à preservação dos recursos vivos e dos recursos minerais da plataforma continental. Tal serviço deverá, também, garantir a manutenção da lei e da ordem naquelas águas.
6. Provimento de navios apropriados às necessidades da Ala Naval do Ministério da Defesa.
7. Planejamento e desenvolvimento da infraestrutura adequada para sediar e apoiar logisticamente tais navios (BRASIL, 1994, p.6).

Inicialmente o acordo previa a formação de praças e oficiais namibianos para que pudessem compor sua força naval, alguns meios navais, assim como prestação de outros serviços relacionados à expressão do Poder Marítimo. Como apontado por Almeida, em relação a essa estruturação do acordo, pode-se apontar que o mesmo possuía um escopo muito abrangente, o que exigia atuação de diferentes áreas por parte da MB. Cabendo à mesma

ainda, a responsabilidade financeira quanto aos custos decorridos da formação de oficiais e treinamento de praças dados no Brasil (ALMEIDA, 2012, p.41).

Posteriormente, em 2001, o acordo foi readequado, de modo a substituir aquele firmado em 1994, ao passo que foi definido que os custos dos cursos treinamento do pessoal namibiano dado em território brasileiro seria pago pela própria Namíbia. Já os custos relacionados com administração não seriam cobrados à parte receptora da cooperação (BRASIL, 2001, p.2).

No geral, nesse acordo manteve-se a iniciativa da parte brasileira fornecer ao governo da Namíbia uma série de bens e serviços, ora mais modestos e reduzidos que aqueles antes firmados, dos quais podemos destacar:

1. Assistir na organização, no âmbito da Ala Naval do Governo da República da Namíbia, de um Serviço de Patrulha Marítima, para proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em suas águas internas, mar territorial e zona econômica exclusiva, especialmente no que se refere à proteção dos recursos vivos e minerais da plataforma continental;
2. Embarcações capazes de satisfazer às necessidades da Ala Naval do Governo da República da Namíbia;
3. Assistir no planejamento e desenvolvimento de uma infra-estrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações (BRASIL, 2001, p.6).

Outro ponto importante a ressaltar, é que em 2004, a Marinha do Brasil transferiu para a Namíbia a “aposentada” Corveta Purus. Ao ser transferida à Marinha amiga foi batizada naquele país como “NS Lt-Gen Dimo Hamaambo”. Destaca-se que essa transferência se deu por meio de uma doação, o que não gerou custos ou encargos para o Estado africano (AGUILAR, 2013, p.60). Contratualmente, nesse período, o acordo em vigência ainda era o referente ao ano de 2001, mas historicamente, o período compreendido, encontrava-se dentro da dinâmica de destaque aos Estados em desenvolvimento.

O terceiro acordo, esse já firmado no ano de 2009, se deu no destacado período de vigência da política externa brasileira voltada para Estados do continente africano. Em ocasião, o mesmo acordo foi renovado e ampliado. Essa ampliação se deu de modo a abarcar maiores competências em seus objetivos, dos quais podemos destacar:

- a) promover a cooperação no domínio da defesa, nomeadamente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos, sistemas e serviços de defesa;
- b) partilhar conhecimentos e experiências adquiridos no campo de operações, na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção de paz;
- c) partilhar experiências nas áreas de ciência e tecnologia;
- d) promover ações conjuntas de instrução e treinamento militar, exercícios militares conjuntos, bem como a correspondente troca de informações;
- e) colaborar em assuntos relacionados a sistemas, softwares e equipamentos militares; e
- f) cooperar em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse de ambas as Partes (BRASIL, 2009, p.2).

Nesse acordo referente ao ano de 2009, no que diz respeito aos meios de execução do mesmo, previa-se a "facilitação de iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa" (BRASIL, 2009, p.2). Tal cláusula ressalta o interesse do governo brasileiro em atuar como um elemento intermediador e facilitador entre as empresas brasileiras, e os Estados com os quais estabelece acordos e projetos de cooperação.

Em síntese, o projeto de cooperação naval entre Brasil e Namíbia que inicialmente foi firmado em 1994, foi ampliado em duas oportunidades, em 2001 e em 2009, com o estabelecimento de novos Acordos de Cooperação Naval, de modo que seguem em vigor até o momento.

Tal postura brasileira, frente à execução de cooperações e estabelecimento de acordos nesse sentido, mostra-se importante para o Estado, assim como para seus interesses, como advogam Abdenur e Souza Neto:

[...] em 1991, pouco após a sua independência, a Namíbia solicitou assistência da Marinha do Brasil para constituir a sua força naval (Medeiros 2002). Desde que o primeiro acordo de cooperação naval foi assinado, em 1992, o Brasil tem sido responsável em grande parte pela construção da Marinha da Namíbia. O fornecimento de embarcações é explicado pela Marinha do Brasil como abrindo "perspectivas para a exportação de outros meios navais para diversos países, com emprego de tecnologia nacional e participação de empresas brasileiras, fornecedoras de equipamentos e sistemas navais". No caso da Marinha, o treinamento de oficiais e praças do país em português também permite ao Brasil exercer uma influência em um contexto de crescente atuação de outros cooperantes, como a China (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p.13)

Desse modo, como destacado pelos autores, além da questão do treinamento e formação de militares da Marinha namibiana, assim como no auxílio de outros elementos, o Brasil ainda atuou juntamente com a Namíbia nas pesquisas voltadas para o levantamento da PC namibiana. O estudo foi realizado visando a expansão da PC para além das 200 milhas, consequentemente expandindo também a soberania do Estado sobre a região, assim como as possibilidades de aproveitamento de recursos a serem utilizados em prol do desenvolvimento do Estado.

No que diz respeito à questão do *soft power*, é importante frisar que "entre 2003 e 2013, a Escola Naval, assim como a Escola de Guerra Naval, treinaram aproximadamente 2,000 oficiais militares apenas da Namíbia⁶⁸" (THOMPSON; MUGGAH, 2015, p.3). Esses militares estrangeiros foram treinados aos mesmos moldes que seus pares brasileiros, o que lhes forneceu uma visão brasileira em relação à questão de abordagem de situações, métodos, princípios, assim como de concepção de atuação do país no cenário internacional. Em adição, esses namibianos aprenderam a língua portuguesa, elementos esses que representam uma robusta expressão do *soft power* do Brasil, e destacam o *ethos* nacional.

A cooperação com a Namíbia vem gerando inúmeros ganhos mútuos, uma vez que o projeto ainda se encontra em execução. Desde seu início, até o ponto que chegou, o projeto foi um dos elementos responsáveis pelo aumento do intercâmbio entre as partes, tanto no que tange as relações diplomáticas, quanto na questão comercial. Indo além do alcance bilateral, a cooperação naval com a Namíbia auferiu ao Brasil maior visibilidade no cenário internacional no espectro da Defesa. O Brasil destacou-se também pelo papel desempenhado como um provedor capacitado de cooperação internacional.

A cooperação segue em curso, contudo a Namíbia tem recebido apoio chinês no que diz respeito a bens e serviços no tocante de sua Marinha. Esse fator, apesar de poder ser visualizado como um óbice no que diz respeito a cooperação bilateral entre as partes sul-atlânticas, não invalida todo o esforço empregado pelo Brasil no desenvolvimento desse projeto. Pelo contrário, como destaca Almeida, o fortalecimento do poder naval namibiano, dado por conta do acordo firmado, "permitirá a atuação mais eficaz [da Marinha Namibiana], em concerto com as demais Marinhas da costa ocidental africana, na manutenção da segurança e estabilidade regionais" (ALMEIDA, 2012, p.48).

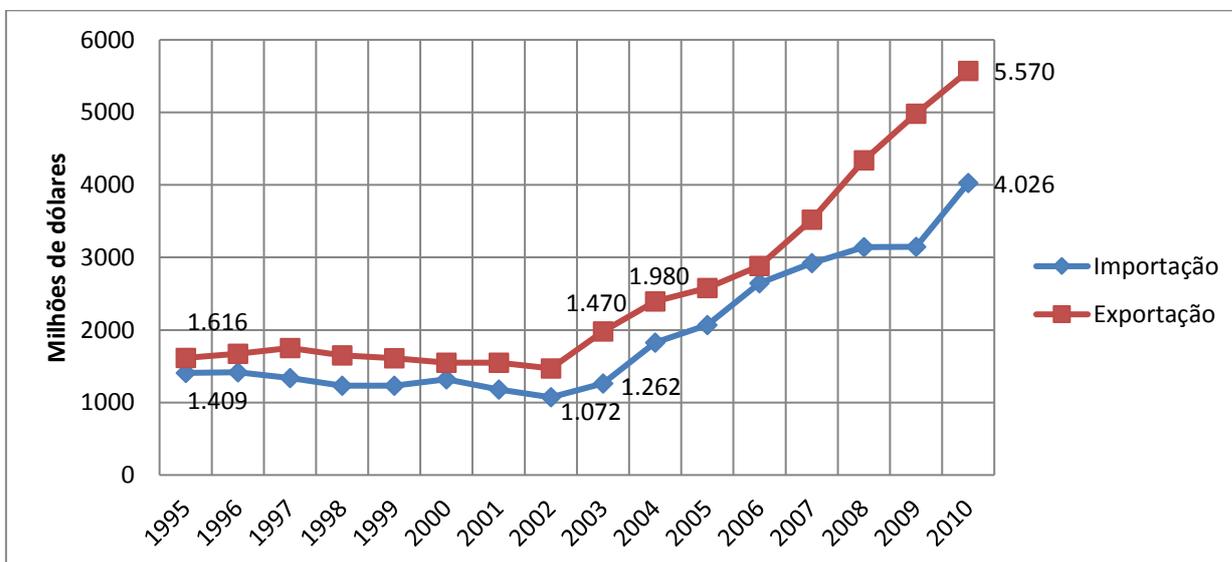
⁶⁸ Tradução da autora.

Em síntese, o Brasil foi capaz de executar um projeto que corrobora com seus interesses na região, que são de maior segurança e estabilidade nessa, mantendo a região livre de tensões, esses fatores, dados de modo cooperativo entre as partes envolvidas (ALMEIDA, 2012, p.48).

Na esfera diplomática, as partes já possuíam um bom relacionamento, que foi sendo aprimorado com o tempo, já na questão militar (entre as Marinhas) o resultado tem sido igualmente produtivo, visto que a Marinha daquele Estado foi gerada pela brasileira.

Na questão comercial, destacam-se as vendas realizadas pelo Brasil de equipamentos militares, assim como o aumento do intercâmbio comercial bilateral. No gráfico⁶⁹ a seguir, a situação fica bem ilustrada. Novamente ressalta-se que a categoria "exportação" refere-se aos produtos exportados do Brasil para a Namíbia, e a "importação", da Namíbia para o Brasil.

Ilustração 9 - Gráfico das relações comerciais bilaterais entre Brasil e Namíbia no período 1992-2013



Fonte: Dados compilados pela autora a partir do relatório do MDIC 2014

⁶⁹ Os valores referentes às transações comerciais encontram-se disponíveis no anexo desse trabalho.

Analisando os dados apresentados no gráfico, pode-se observar que tanto as importações quanto as exportações entre as partes não obtiveram grande progresso no período compreendido entre 1995 e 2002, de modo que as importações retraíram, de modo em que passaram de U\$1.4 milhão para U\$1 milhão. As exportações também sofreram queda, indo de U\$1.6 milhão para pouco mais de U\$ 1,4 milhão.

Seguindo com a análise do gráfico, com inferência dos fatos históricos, destaca-se que mesmo nos anos subsequentes à concretização do primeiro projeto de cooperação naval entre as partes, nota-se que o intercâmbio comercial entre essas se manteve estável, sem destacados acréscimos. O que aponta que mesmo com o estabelecimento de projetos de cooperação para com um determinado Estado, se esse não for acompanhado por esforços, assim como políticas específicas de aproximação, os resultados no que diz respeito à área comercial bilateral, permanecem estáticos.

No primeiro ano a partir do momento em que o Brasil passou a atribuir maior prioridade ao continente africano, de 2003 para 2004, o intercâmbio comercial bilateral obteve um aumento significativo, nas importações passando para U\$ 1.9 milhão e nas exportações para U\$ 1.2 milhão. No fim do período de Cooperação Sul-Sul, datado no ano de 2010, o saldo das transações já representava U\$ 5,5 milhões nas exportações e U\$ 4 milhões nas importações, o que corresponde a um crescimento de 450% e 300% respectivamente, no total das transações realizadas bilateralmente.

Apresentada a curva de aprendizagem contendo os dados do comércio bilateral entre Brasil e Namíbia, é possível apontar, que nitidamente o crescimento desse se deu a partir do período em que o Brasil, através de sua política externa, esteve voltado para o continente africano.

Realizando uma análise geral a respeito do comportamento do relacionamento entre os ditos Estados, percebe-se que o projeto firmado em meados dos anos de 1990 entre as partes, foi o início para o entendimento bilateral entre ambos. Porém, a execução desse, dissociado de uma política de aproximação de cunho diplomático, cultural ou comercial não foi capaz de gerar os resultados oportunos esperados. Não se defende aqui, que a política de aproximação com os Estados africanos, foi o único fator que gerou os resultados obtidos no período destacado, mas ressalta-se que essa política foi imprescindível para que os resultados de fato ocorressem.

Ressaltado o caso específico de cooperação de espectro militar firmado entre Brasil e Namíbia, busca-se agora a realização de uma análise mais abrangente, que pontue a postura brasileira nas cooperações dessa temática.

4.4.1- A cooperação de cunho militar

Voltando o foco em relação à importância dos projetos de cooperação de cunho militar, após utilizado o exemplo da Namíbia para ilustrar a questão da presença e atuação no âmbito militar do Brasil no continente africano, apresentamos brevemente um balanço sobre essa modalidade de cooperação.

O primeiro Estado com o qual o Brasil assumiu esse tipo de cooperação no domínio da Defesa foi a Namíbia, de modo que não se restringiu a unicamente a essa parceria, ao passo que assumiu novos projetos cada vez mais elaborados, com o passar dos anos com diversos Estados do continente africano.

O exemplo namibiano ilustra o tipo de relação no domínio da Defesa que o Brasil tem desenvolvido nos últimos anos com diversos Estados africanos. Como destacam Thompson e Muggah sobre a questão:

Namibia was just the first. Brazil has also signed defense cooperation accords with Cape Verde (1994), South Africa (2003), Guinea-Bissau (2006), Mozambique (2009), Nigeria (2010), Senegal (2010), Angola (2010), and Equatorial Guinea (2010 and 2013). Following joint navy exercises with Benin, Cape Verde, Nigeria, and São Tomé and Príncipe in 2012, and additional exercises with Angola, Mauritania, Namibia, and Senegal the following year, Brazil opened another Brazilian naval mission in 2013, in Cape Verde (THOMPSON; MUGGAH, 2015, p.3).

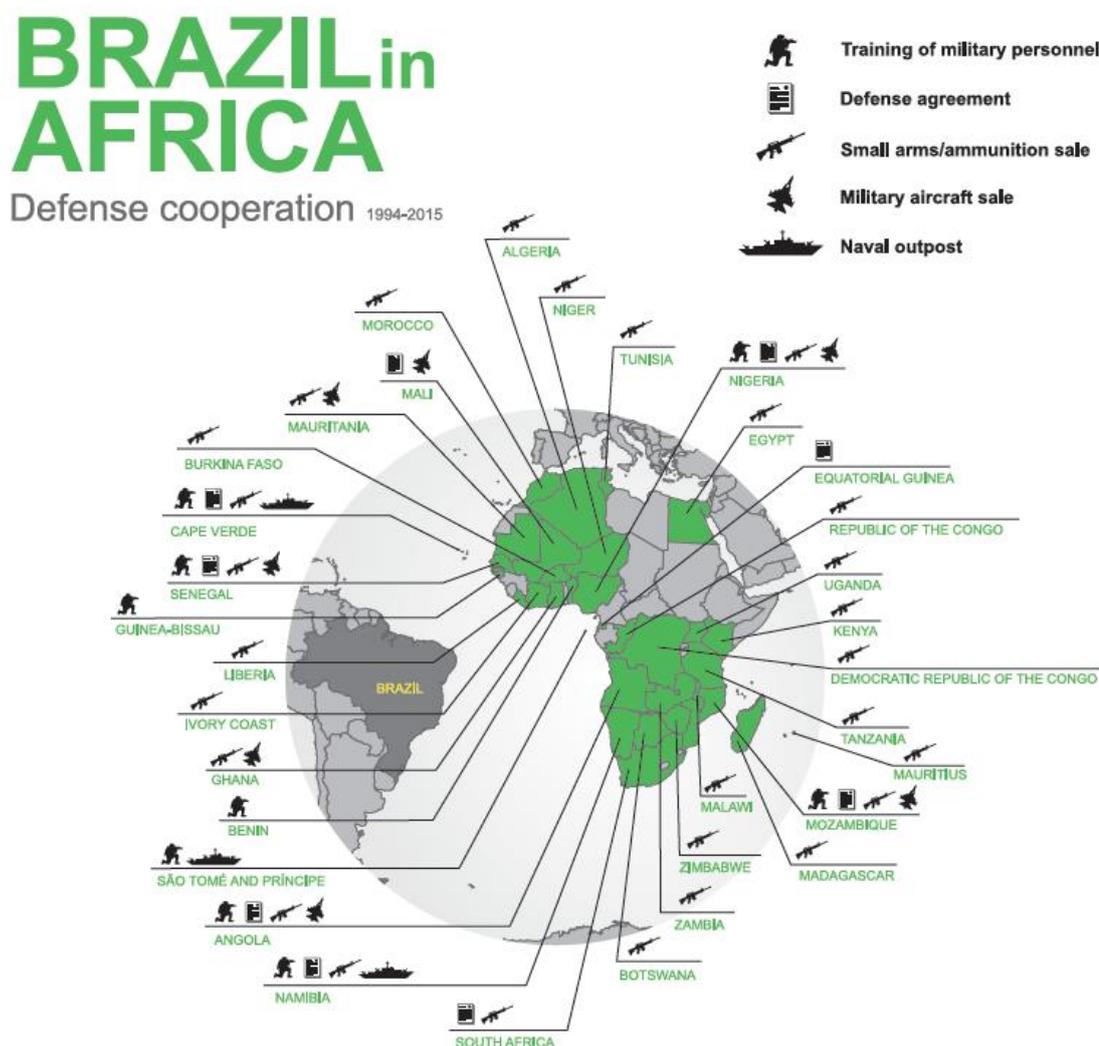
Atentando-se à cronologia dos projetos de cooperação no âmbito da Defesa, apresentado pelos autores, podemos destacar que após a realização dos dois primeiros, realizados no ano de 1994 com Namíbia e Cabo Verde, ocorreu um hiato de quase 10 anos até que uma nova parceria fosse firmada. A terceira parceria, com a África do Sul, apenas foi consolidada em 2003, ou seja, dentro do período em que o estudo destaca como sendo de alta atribuição de prioridade ao continente africano por parte do Brasil.

É importante ressaltar que com essas parcerias, o Brasil adquire visibilidade internacional, e exerce sua influência e seu *soft power* em relação aos Estados parceiros. Isso, ao mesmo passo em que se torna capaz de projetar-se na região, assim como impulsionar e direcionar suas empresas nacionais para a atuação nesses mercados, o que em síntese é benéfico para o Estado brasileiro como um todo.

A presença brasileira no continente vizinho mais que questão de expansão de influência, *soft power* ou intercâmbio comercial, é uma questão estratégica. Como já pontuado, o Atlântico Sul faz parte do chamado entorno estratégico brasileiro, o que implica na postura proativa do Estado em questões que envolvam temas como segurança e Defesa. Como também já destacado, apesar da Marinha do Brasil ser a Marinha mais equipada da região e manter seu pessoal, meios e equipamentos adestrados, não é uma tarefa simples patrulhar e defender toda a região. Portanto, são necessárias posturas como a execução de exercícios navais conjuntos, tanto para o adestramento entre as forças, como para a capacitação das forças vizinhas para atuarem em seus respectivos territórios, assim como na região.

Pelo fato das partes possuírem o espaço do Atlântico Sul como uma região em comum, é natural que grande parte da cooperação se dê no meio naval, porém esse não é o único. A atuação brasileira nos projetos de cooperação militar vai muito além do mar, de modo que abarcam não somente Estados membros da ZOPACAS, mas Estados de toda a África. Na cooperação em Defesa, a presença brasileira no continente africano pode ser bem destacada através do seguinte mapa:

Ilustração 10 - Infográfico da Cooperação em Defesa do Brasil na África (1994-2015)



Fonte: Instituto Igarapé

Analisando o mapa acima, percebe-se que a maioria dos Estados com os quais o Brasil executa cooperações como treinamento de pessoal militar, possui postos navais avançados ou acordos de Defesa, são de interesse estratégico para o Brasil. A maioria desses Estados encontram-se inseridos dentro do entorno estratégico brasileiro, são membros da ZOPACAS ou da CPLP. Isso demonstra que o posicionamento internacional brasileiro, voltado para as áreas de política externa e de Defesa, presente em seus documentos de alto nível, assim como no discurso de seus representantes, se traduz em iniciativas concretas, não se mantendo unicamente no plano das ideias.

Parcerias como a executada com a Namíbia, assim como as outras tantas executadas com diversos Estados situados dentro das áreas de interesse do Estado brasileiro, são importantes para que o Brasil se destaque no cenário internacional como um doador qualificado. Todavia, esse não é o único benefício desse tipo de parceria. O Estado passa então a exercer influência em outro continente, porém não é uma influência imposta pela força, mas sim através do consentimento. Isso é importante, pois ajuda a projetar uma boa imagem do Brasil tanto no continente, como fora dele, o que envolve uma série de espectadores.

Como já destacado, o projeto de cooperação executado com a Namíbia foi capaz de atender aos objetivos estipulados, de modo que foi inclusive prolongado e reafirmado, fato que faz com que esse possa ser considerado um projeto bem-sucedido. Com o sucesso do projeto, e a visibilidade gerada por ele, outros Estados africanos passaram a solicitar o auxílio brasileiro para a (re)estruturação de suas Marinhas, execução de treinamento e adestramento de forças, assim como executam compras de equipamentos e materiais relacionados à segurança e Defesa.

Esse mercado de produtos e equipamentos voltados para a Defesa e segurança, tanto os de alta como de baixa complexidade, de fato tem se desenvolvido de maneira promissora na África. De modo que empresas brasileiras têm obtido relativo sucesso na inserção nesse nicho de mercado, como ressaltado por Thompsom e Muggah:

The flurry of cooperation agreements sends a strong signal to Brazilian defense contractors to do business in Africa. Both public and private firms are getting in line, not least trade organizations such as the Brazilian Defense and Security Industries Association, Comdefesa, and the Brazilian Trade and Investment Promotion Agency. Brazilian arms manufacturers have ramped up their efforts to align weapons development and technology production pipelines with African demand. [...] Brazil is also cashing out at international arms fairs, and some of its major clients are based in Africa. The country shipped more than \$70 million in small arms and ammunition to 28 African countries from 2000 to 2013, according to the latest available UN data (THOMPSON; MUGGAH, 2015, p.3).

Empresas brasileiras que atuam nesse tipo de ramo, principalmente após a reestruturação de orientação da política externa do Brasil, paulatinamente têm alcançado espaços no mercado africano, firmado acordos e concretizado negócios, embora essas

empresas nacionais ainda permaneçam aquém às empresas norte-americanas, chinesas e europeias (THOMPSON; MUGGAH, 2015, p.4).

Como ressaltado, o Brasil constantemente busca expandir os projetos de cooperação Sul-Sul, esses que não se dão apenas em domínios técnicos e pontuais, mas também dentro da dinâmica militar e de Defesa. Isso, por conta das possibilidades de inserção e atuação do país no continente vizinho que esses tipos de cooperação podem gerar. Como advoga Aguilár, sobre os benefícios gerados a partir dessas parcerias, utilizando o caso da Namíbia como exemplo:

Como a relação entre o Brasil e a maioria dos países africanos é assimétrica, a cooperação pouco acrescenta ao poder militar brasileiro, mas acrescenta muito ao poder dos que recebem os benefícios da relação. Por exemplo, a parceria firmada com o Brasil pela Namíbia não significa um aumento de poder militar do Brasil, mas tem permitido a constituição da Marinha daquele país, incluindo fuzileiros navais, e o aumento significativo da capacidade de garantir a soberania do Estado. Nesses casos, a cooperação, sob o ponto de vista estrito da segurança e defesa, se assemelha à assistência militar. Dessa forma, os acordos indicam o uso do poder brasileiro em favor dos países menos desenvolvidos africanos. A disponibilização de meios e recursos para auxiliar o fortalecimento das forças armadas de alguns desses países, indicam o destaque que os governos brasileiros, a partir da década de 1990, deram para as questões com aquele continente, especialmente os países do Atlântico Sul (AGUILAR, 2013, p.65).

Ou seja, em curto prazo pode parecer que o Brasil não está obtendo vantagens em estabelecer parcerias de natureza militar com Estados mais fracos e menos desenvolvidos, de modo que muitas das vezes os custos financeiros e logísticos dessas cooperações são atribuídos ao Estado brasileiro. Todavia, faz-se necessário que se visualize além do curto prazo, para que seja possível compreender os benefícios desses tipos de parcerias realizadas pelo Brasil. Para o tal, faz-se necessário que o Brasil adote uma postura consistente e continuada em relação ao continente africano, sob a forma de uma política fomentada pelo Estado, e não atrelada a um determinado partido político, governo, ou chefe de Estado.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao pressuposto definido anteriormente, que foi utilizado como base para o desenvolvimento do trabalho, podemos destacar dois principais pontos:

O primeiro seria que de fato, a política externa brasileira voltada para o aprimoramento das relações com os Estados do continente africano, foi produtiva, tendo sido capaz de gerar resultados. Ressalta-se que essa política externa com foco nos Estados africanos, foi responsável pelo aperfeiçoamento da interlocução bilateral do Brasil com os Estados inseridos neste contexto, e foi ainda igualmente eficaz em âmbito multilateral, em relação ao fortalecimento da ZOPACAS. Podemos pontuar que o nexo constituído entre: o estreitamento de relações bilaterais com os Estados africanos, e consolidação do foro, repousa em uma dinâmica recíproca que se retroalimenta.

O segundo ponto a ser destacado, circunda a questão do *soft power* brasileiro. Ressalta-se que de fato o Brasil foi bem-sucedido no objetivo de se expor aos seus pares africanos como um Estado parceiro, reverente às normas e princípios internacionais, e focado na questão da promoção do desenvolvimento e na execução de projetos de cooperação de variadas temáticas. Como destacado, com essa postura o Brasil foi capaz de aperfeiçoar suas relações bilaterais com os determinados Estados, assim como projetar-se tanto nesses, como no cenário internacional de maneira positiva. A questão do apoio destes Estados ao Brasil, e aos seus pleitos, em âmbito internacional existe em maior parte como um elemento complexo, e de natureza intangível, o que dificulta a quantificação, delimitação ou tipificação desse. Contudo, destaca-se a imagem positiva que o Brasil possui no cenário internacional, por conta dessa projeção positiva, pautada no consenso, diálogo e legitimidade.

O Brasil é um Estado que se projeta no Sistema Internacional, buscando a manutenção de sua soberania, desenvolvimento e integridade nacional, assim como a concretização de seus objetivos nacionais neste espaço. Desse modo, acentua-se que seria utópico crer que o Brasil execute ações as quais englobam esforços econômicos, políticos e diplomáticos, sem priorizar os interesses nacionais.

A região do Atlântico Sul é um espaço geoestratégico de elevada relevância para o Brasil, uma vez que em sua parcela sob a soberania do Estado, abriga uma série de recursos naturais vivos, como o pescado e a biodiversidade local, e não vivos, como petróleo, gás

natural, nódulos polimetálicos entre outros. Esses elementos possuem um elevado potencial de auxílio ao desenvolvimento do Estado, no que tange questões econômicas, científicas, energéticas, dentre diversas outras. Contudo, é necessário que seja garantida ao Brasil a plena soberania sobre esses elementos, assim como repousa a necessidade desses recursos serem geridos de forma sustentável. Destaca-se ainda a importância vital das linhas de comunicação para o Brasil, que devem ser mantidas íntegras, livres e seguras. Para o tal, a região deve manter níveis satisfatórios de segurança e estabilidade.

No sentido da atuação do Brasil no espaço geoestratégico do Atlântico Sul, destaca-se que o Estado tem buscado a concretização de uma série de fatores que possam convergir de modo a manter um nível desejável de segurança e estabilidade na região. Isso para a proteção tanto de suas importantes linhas de comunicação marítimas, quanto dos recursos lá presentes, assim como para o exercício da plena soberania do Estado.

O Brasil visa defender seus interesses e projetar-se na região do Atlântico Sul por meio da diplomacia, através de elementos como a cooperação, diálogo e coordenação política entre os Estados. Em síntese, o país almeja se inserir na região do Atlântico Sul, e no continente africano, por meio do consenso, de modo pacífico e cooperativo. Esta postura do Brasil torna-se possível, por conta da consonância entre os interesses nacionais e as ações e decisões da ala diplomática do país, assim como da responsável pela Defesa, ambas embasadas em normas consistentes, como a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Apointa-se que instituições como a CPLP e a ZOPACAS atuam como catalisadores para a harmonização das relações entre os Estados. Assim como são instâncias favoráveis para a consolidação de aliados, e reafirmação das relações bilaterais já existentes, são espaços multilaterais, nos quais o Brasil busca maior protagonismo.

Em relação à ZOPACAS, destaca-se que essa consiste em um foro de discussões, que embora tenha sido concebido em uma dinâmica internacional de bipolaridade de poder, ainda preserva o objetivo de reafirmação da região do Atlântico Sul como sendo uma localidade onde prevaleça a paz, a cooperação e a ausência de armamentos de destruição em massa. Contudo, esse foro ainda é bastante imaturo e incipiente, de modo que muito ainda precisa ser feito para que ele possa ser consolidado, robustecido e institucionalizado de fato, o que exige uma atuação contínua e presente por parte do Brasil. Nesse sentido, o Brasil tem realizado diversos esforços visando a revitalização da Zona, sobretudo por conta do interesse de

proteção de sua citada Amazônia Azul. Visando esse objetivo, o Brasil busca reforçar o discurso de que os Estados ribeirinhos necessitam manter a região segura e estável, através da soma de esforços, de modo a executarem e manterem-na através de uma dinâmica cooperativa.

Igualmente à ZOPACAS, a CPLP consiste em outra instância internacional que tem sido utilizada pelo Brasil como um instrumento diplomático para a inserção internacional do país. O Brasil desprende consideráveis esforços e recursos para o estabelecimento de cooperações das mais variadas temáticas com os Estados da organização. Além de essa postura possuir destacada importância para o *soft power* brasileiro, também gera benefícios mais tangíveis, uma vez que Estados parceiros, têm mantido crescentes relações comerciais com o Brasil. No período em que foi realizada a guinada brasileira para a África, esses PALOPS da Comunidade, foram essenciais para a inserção brasileira no continente africano. Ao se pontuar essa inserção, deve-se destacar que o Brasil busca que essa se dê sempre pelo consenso e pela legitimidade, pautado no diálogo entre as partes.

Sobre a questão das cooperações técnicas realizadas com os Estados parceiros, destacam-se os paradigmas adotados pelo Brasil na execução dessas. Desses podemos citar os principais, que são: a ausência de condicionalidades para a execução das mesmas, o financiamento brasileiro a fundo perdido, o foco na consolidação de recursos humanos e infraestruturas da outra parte, assim como a execução de projetos cooperação voltados para as temáticas necessitadas pelo parceiro. Esses elementos corroboram com a questão já frisada, do Brasil de fato se importar com o desenvolvimento do parceiro. Postura essa que converge com o posicionamento internacional do país.

Outro elemento que precisa ser ressaltado, é o tema das cooperações de cunho militar, focadas nas áreas de segurança e Defesa, realizadas com diversos Estados africanos, sobretudo aqueles presentes em regiões e grupos de interesse do Brasil. Essas cooperações, além de consistirem na mais pura expressão do *soft power* brasileiro, facilitam a interação diplomática e militar, e elevam a relevância política entre as partes, assim como projetam a imagem internacional do Brasil de um doador qualificado de cooperação. Nessa dinâmica ainda, o Brasil é capaz de inserir empresas nacionais, para representar os interesses brasileiros em nichos promissores de mercado na região.

As cooperações como um todo, atuam como elementos que viabilizam o estreitamento das relações bilaterais entre o Brasil e os Estados parte, o que facilita e possibilita a

internacionalização de empresas brasileiras para o território desses Estados parceiros. Desse modo, o Estado brasileiro posiciona-se de modo a atuar como o principal condutor do processo de internacionalização de empresas. No continente africano, por conta das oportunidades de mercado, as principais empresas que se instalam são as petroquímicas, construção civil e mineração. Fato que beneficia o Estado, por conta do retorno financeiro, assim como pelo exercício do *soft power*.

Como bem pontuado, na dinâmica atual das relações internacionais, os atores imersos no sistema estabelecem entre si uma conexão de interdependência complexa, de modo que uma ocorrência ou decisão por parte de um Estado tende a afetar os demais do sistema, de maneira assimétrica. Essa assimetria vem do fato daqueles Estados mais desenvolvidos e com maiores capacidades, serem menos afetados negativamente do que aqueles em desenvolvimento. Por conta dessa possibilidade de vulnerabilidade frente às ocorrências no cenário internacional, os Estados buscam a cooperação como meio de amenizar os possíveis danos.

Dada essa dinâmica, o Brasil busca, através das instâncias multilaterais obter o apoio desses Estados em desenvolvimento, para que possa obter maior destaque no cenário internacional, dando assim visibilidade aos pleitos e necessidades desses países. Isso ao passo que busca consolidar seus objetivos mais gerais.

Como frisado, o *soft power*, que é a capacidade de convencer o outro através da atração, de modo que esse é visualizado como um dos principais instrumentos utilizados pelo Brasil em suas relações com seus pares. O Estado busca atuar no cenário internacional sempre de modo cooperativo e embasado em normas internacionais e princípios respeitáveis, ao passo que objetiva mostrar-se legítimo em suas ações executadas.

Com isso, percebe-se que o Brasil tem conquistado aliados por conta de suas ações e posturas no cenário internacional, através de sua atração, exercida por meio de seu *soft power*. Todavia, não é possível de se calcular e pontuar de forma tangível ou material o quanto, ou o que, foi auferido diretamente pelo Brasil, na execução de seus diversos projetos de cooperação, assim como por conta de sua postura frente ao cenário internacional. Contudo, é possível de se visualizar como o Estado é bem aceito no meio internacional, ou ainda como multiplicaram-se seus parceiros comerciais, assim como os índices e valores de comércio bilateral com determinados Estados.

Nitidamente, os interesses brasileiros estão envolvidos em todo o processo, porém esses interesses são embasados em princípios constitucionais que prezam e respeitam os Direitos Humanos, a autodeterminação dos povos, a soberania, a resolução pacífica de controvérsias, assim como às normas e regras do Direito Internacional. Ou seja, o país possui motivações tanto aliadas a seus interesses nacionais mais restritos, como também aliados aos interesses gerais de seus parceiros, o que legitima a atuação do país na região, uma vez que busca sempre contribuir de forma positiva com as demais partes, mantendo sempre uma postura embasada na solidariedade, e no consenso, que estabelecem relações e diálogos igualitários.

No âmbito da política externa brasileira, no tocante das relações Brasil-África, entende-se que no decorrer dos anos, essa relação se deu de maneira pendular e descontinuada, passando por momentos de intensa proximidade e intercâmbio, chegando a outros de quase total negligência em relação ao continente. Assim, a política de aproximação com os Estados do Sul, sobretudo aqueles do continente africano, foi de pontuada importância para os objetivos centrais do Brasil no cenário internacional.

Ressaltada essa característica de interrupção da política externa brasileira, aponta-se que urge necessidade de essa manter-se constante, não apenas em relação ao continente africano, mas no que tange todo o Sistema Internacional. Porém, para que esse fato se materialize, é necessário que o Estado brasileiro formule uma política externa de longo prazo, pautada em ações de Estado, mais consolidadas e objetivas, do que aquelas de caráter mais efêmero, sob a forma de políticas de governo.

Em resumo, o objetivo central do Brasil no âmbito internacional, que com certas ressalvas tem se mantido constante, é a afirmação e projeção do Estado nesse cenário. Desse modo, aponta-se que os esforços empregados para o alcance de tal objetivo, têm gerado significativos benefícios, apesar dos imbróglis existentes. Desses imbróglis, podemos destacar desde a escassez de recursos e meios para a execução ou ampliação de atuação do Estado, até posturas resistentes por parte de outros Estados no cenário, sobretudo os desenvolvidos. Todavia, destaca-se que os objetivos almejados pelo Estado, devem ser alcançados em longo prazo, através da soma de múltiplos esforços advindos de variadas áreas e atores nacionais envolvidos. Isso implica na necessidade de esforço constante, de modo que a interrupção dessa constante, pode resultar no desperdiçamento de todo um esforço historicamente empregado.

Angola e Namíbia são dois exemplos de Estados em situações diferentes, porém que se alocaram muito bem para a ilustração da questão que o trabalho se propôs a explicar. Essa seria o movimento de inserção do Brasil no entorno estratégico do Atlântico Sul, com foco no continente africano, obtendo a legitimação para a mesma, através da execução de projetos de cooperação.

Destaca-se então, que o tema não se encontra esgotado, de modo que existem ainda uma série de outros fatores e elementos podem ser levantados e investigados para que possam levar a um maior entendimento sobre a temática. Todavia, esse trabalho se encerra neste ponto, com o objetivo de ser relevante para a comunidade acadêmica no geral, assim como para despertar o interesse dos temas aqui tratados como objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul.** *Revista Brasileira de Política Internacional*. Online, v.57, n.1, pp. 05-21, 2014.

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Sistema De Informações Gerenciais De Acompanhamento De Projetos (SIGAP).** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/sigap/ct.aspx>>. Acesso em 13 de ago. 2015.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Angola já atraiu 200 empresas brasileiras.** 2013. Disponível em <http://www.abdi.com.br/Paginas/noticia_detalhe.aspx?i=1006>. Acesso em: 15 ago. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Superintendência de Navegação Marítima e de Apoio. **Panorama da Navegação Marítima e de Apoio 2012.** 2012. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/boletimportuario/panoramanavegacaomaritimaapoio2012.pdf>>. Acesso em 22 set. 2015.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Atlântico Sul: As Relações do Brasil com os Países Africanos no Campo da Segurança e Defesa.** *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.2, n.4, p.49-71, 2013.

ALMEIDA, Claudio Henrique Mello de. **A PRESENÇA DA CHINA NA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA – O CASO DA NAMÍBIA: implicações para o poder naval brasileiro.** Monografia, Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **O pensamento Político-Estratégico Naval**, 11 fev. a 2 jun. de 2014. 96 p. Notas de Aula.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves; et. al. (Org.). **Atlântico: a história de um oceano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013. 546 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias.** *Instituto Millenium*. 2013. Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>>. Acesso em 20 abr. 2015.

AMORIM, Celso. **Brazilian Foreign Policy Under President Lula (2003-2010): An Overview.** *Rev. bras. polít. int.*, Dec. 2010, vol.53, no.spe, p.214-240.

AMORIM, Celso. **Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília.** p.47-60. In: SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil.** Brasília: IPRI/FUNAG, 2003. 80p.

AQUINO, Edson Tomaz de. **O Atlântico Sul e as Relações Brasil-África no Século XXI.** Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/07/01/o-atlantico-sul-e-as-relacoes-brasil-africa-no-seculo-xxi-por-edson-tomaz-de-aquino/>>. Acesso em 17 mar. 2014.

- AZEVEDO, Arthur Schreiber de. **Conflito, Argumento e Negociação: San Tiago Dantas e a Conferência de Punta Del Este, 1962**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. 144 p. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6762/1/000460261-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2015.
- AZEVEDO, Francisco D. **A CPLP e o Atlântico Sul**. 2014. Disponível em: <[https://cplp.defesa.pt/CAE/A CPLP E O ATLANTICO SUL.pdf](https://cplp.defesa.pt/CAE/A%20CPLP%20E%20O%20ATLANTICO%20SUL.pdf)>. Acesso em 09 set. 2015.
- BARROSO, José Manuel Durão. **A New Atlanticism For The 21st Century**. European Commission. 2010. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-10-135_en.htm>. Acesso em 30 ago. 2015.
- BEGHIN, Nathalie. **A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional na Área de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios – Onde estamos e para onde vamos?** Brasília: INESC, 2014. 106 p.
- BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar**. Brasília: FUNAG, 2014.
- BIDAURRATZAGA, Eduardo. **Consenso de Washington. Observatorio de Multinacionales en América Latina**. 2014. Disponível em: <<http://omal.info/spip.php?article4820>>. Acesso em 05 jul. 2014.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 10. ed. Brasília: UNB, 1998.
- BOOTH, Ken. **Aplicação da Lei, da Força, e Diplomacia no Mar**. Rio de Janeiro: EGN, 1989.
- BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Catálogo ABC de Cooperação Técnica do Brasil para a África - 2010**. Brasília: ABC/MRE, 2010.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação Naval**. Windhoek, 2001.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação no Domínio da Defesa**. Windhoek, 2009.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Secretaria de Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Plano De Levantamento Da Plataforma Continental Brasileira**. 2015a. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/secirm/leplac.html>>. Acesso em 06 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**, Brasília, 2012a.
- BRASIL. Ministério da Marinha. **Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil**. Windhoek, 1994.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Técnica Brasileira na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. 2015b. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/zopacas/default.aspx>>. Acesso em 6 jun. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Projetos de Cooperação**. 2015c. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>. Acesso em 20 jul. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Blog do Itamaraty. **Semana da África**. 2015d. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/83-semana-da-africa>>. Acesso em 25 jul. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. **Namíbia Comércio Exterior**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Divisão de Inteligência Comercial. **ANGOLA: Comércio Exterior**. Março de 2015e.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos e Divisão de Inteligência Comercial. **Guia de Negócios Angola**. Brasília, 2012b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Diplomacia comercial**. 2015g. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=156&catid=95&Itemid=593&lang=pt-BR>. Acesso em 22 out. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa: posições do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa: posições do Brasil (2008-2009)**. Brasília: FUNAG, 2010. 260p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. 2015f. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=151:zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul&catid=84&Itemid=435&lang=pt-BR>. Acesso em 06 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Evolução do comércio exterior brasileiro: 1950 a 2013**, Brasília, 2014b.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRAZ, José de Araujo. **A política externa no governo de Jânio Quadros**. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). Sessenta anos de política externa brasileira. 1930-1990. Crescimento, Modernização e Política Externa. São Paulo: Cultura/Nupri-USP, 1996. p. 253 - 281.

- BULL, Heddley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 365p.
- BUTCH, Taylor. **Nicaragua Canal: Major Project and Major Impact**. *International Policy Digest*. 2015. Disponível em: <<http://www.internationalpolicydigest.org/2015/07/20/nicaragua-canal-major-project-and-major-impact/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- CABRAL, Ricardo Pereira. **O Atlântico, a defesa hemisférica e a Segunda Guerra Mundial**. pp. 393 - 432. In: ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves; et. al. (Org.). *Atlântico: a história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013. 546 p.
- CALDAS, Aderson de Oliveira. **A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul**. Artigo de Especialização, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. 41p.
- CANAL DE PANAMÁ. Institucional. **Panama Canal Expansion Program**. 2013. Disponível em: <<https://www.pancanal.com/eng/expansion/rpts/components/components-201309.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- CARDOZO, Anderson Matias; LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas. **Brasil: na contramão da globalização a partir das relações Sul-Sul**. *Revista de Geopolítica*. Natal, v. 03, n. 02, p. 195 – 207, 2012.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. A outra Amazônia. Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2502200409.htm>>. Acesso em 15 set. 2014.
- CENTRAL INTELLIGENTE AGENCY. **The World Factbook - Namibia**. 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/wa.html>>. Acesso em 31 jul. 2015.
- CERVO, Amado Luiz. **Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.37, n.1, p.37-63, 1994.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, 526 p.
- COMERLATO, Maria. **Principais Características do Método do Estudo de Caso**. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/public/journals/110/textos/estudodecaso.doc>>. Acesso em 3 out. 2015.
- COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ. **Histórico da Comissão**. Disponível em: <<http://cggrps.org/a-comissao-do-golfo-da-guine/>>. Acesso em 12 out. 2015.
- COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Histórico - Como surgiu?** Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em 22 set. 2015.
- CONSTANT, Benjamin. **Principles of Politics Applicable to All Governments**. Indianapolis: Liberty Fund, 2003.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **A Política externa de José Sarney**. p.361-385. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.) *Sessenta anos de política externa brasileira. 1930-1990. Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo: Cultura/Nupri-USP, 1996.

COSTA, Murilo Gomes. **Brasil e ZOPACAS: A manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul**. Disponível em: <www.sebreei.eventos.dype.com.br/1370921861_ARQUIVO_Artigo>. Acesso em 1 mar. 2014.

DICIO. **Entorno**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/entorno/>>. Acesso em 22 out. 2015.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. Benjamin Constant. Disponível em: <<http://global.britannica.com/biography/Benjamin-Constant>>. Acesso em 6 ago. 2014.

ESTEVES, Ana Maria. **Regulação da exploração e exploração dos recursos marinhos**, 4 de agosto à 8 de dezembro de 2014. 67 p. Notas de Aula.

FERNANDES, Carlos. **Bibliografia: Golbery do Couto e Silva**. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GolberyC.html>>. Acesso em 8 jul. 2015.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos**. CAMPUS: Rio de Janeiro. 2009.

FIORI, José Luís. **Brasil: geopolítica e desenvolvimento**. *Carta Maior*. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Brasil-geopolitica-e-desenvolvimento/4/28482>>. Acesso em: 4 abr. 2014

FIORI, José Luís. **O Brasil e seu “mar interior”**. *Carta Maior*. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-Brasil-e-seu-/29888>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

FIORI, José Luís. **O Brasil e seu 'entorno estratégico' na primeira década do século XXI**. *Carta Maior*. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Brasil-e-seu-%27entorno-estrategico%27-na-primeira-decada-do-seculo-XXI/4/28080>>. Acesso em: 4 abr. 2014

FIORI, José Luís. **O Brasil e seu Entorno Estratégico na Primeira Década do Século XXI**. In: SADER, Emir. (Org.) *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

FORMAN, Johanna Mendelson. **The New Atlanticism or a Wider Atlantic?** International Relations and Security Network. 2015. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?lng=en&id=192688>>. Acesso em 30 ago. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas**. *Cadernos de Educação*. Pelotas, v. 37, n.04, p.417 - 442, 2010.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2013: os impactos da política externa na internacionalização de empresas brasileiras**. Nova Lima: FDC Núcleo de Negócios Internacionais, 2013.

FUNDAÇÃO EZUTE. **Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul**. Disponível em: <<http://www.ezute.org.br/ezute/sisgaaz.html>>. Acesso em 12 out. 2015.

- GABRIEL, Pedro Henrique Luz. **O Papel De Meira Mattos No Pensamento Geopolítico Brasileiro**. 2013. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/ciclodeestudosestrategicos/2013/dmdocuments/O%20Pensamento%20Geopolitico%20Brasileiro%20no%20Seculo%20XX.pdf>>. Acesso em 4 mai. 2015.
- GONÇALVES, Jonuel. (org.). **Atlântico Sul XXI**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- GONÇALVES, Williams da Silva. **A Inserção do Brasil na América do Sul**. *Revista OIKOS*. Rio de Janeiro, v.10, n.02, p. 133-149, 2011.
- GONÇALVES, Williams da Silva. **Panorama da Política Externa Brasileira no Governo Lula**. In: FREIXO, Adriano de; Et al. *A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um Balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- GONÇALVES, Williams da Silva. **Política Externa Dimensões Actores e Modelos**. In: COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair. (org.). *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014.
- GONZALEZ, Manuel Jose Forero; PEREIRA, Ricardo Mendes. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI): O Brasil e os Fundos Multilaterais de Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2012. 46 p.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Discurso do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília**. p. 61-70. In: SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003. 80p.
- HARVARD KENNEDY SCHOOL. **Joseph S. Nye**. Disponível em: <<https://www.hks.harvard.edu/about/faculty-staff-directory/joseph-nye>>. Acesso em 22 set. 2015.
- HAZIN, Fábio Hissa Vieira. **A Amazônia Azul e a sua herança para o futuro do Brasil**. *Ciência e Cultura*, v.62 n.3, São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n3/a09v62n3.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2015.
- HIRST, Monica. **Aspectos Conceituais e Práticos da Atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: Os Casos De Haiti, Bolívia e Guiné Bissau**. Brasília: IPEA, 2011. 49p.
- Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. 2014a. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao>>. Acesso em 12 out. 2014.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONG KONG NICARAGUA CANAL DEVELOPMENT. Institucional. **Nicaragua Canal: Significance**. Disponível em: <<http://hknd-group.com/portal.php?mod=list&catid=35>>. Acesso em 12 jul, 2015.
- HORTA, Luiz Fernando Castelo Branco Rebello. **O Conceito de Diplomacia Presidencial**. 2012. Disponível em: <http://www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=468>. Acesso em 12 nov. 2015.

IGLESIAS, Roberto M.; COSTA, Katarina Pereira da. **O investimento direto brasileiro na África.** *Breves CINDES*, n. 27, dez 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010.** Brasília: IPEA: ABC, 2013. 124 p.

JONES, Steve. **What Is Multilateralism?** US Foreign Policy. 2015. Disponível em: <<http://usforeignpolicy.about.com/od/introtoforeignpolicy/a/What-Is-Multilateralism.htm>>. Acesso em 22 set. 2015.

JORGE, Nedilson R. **O Brasil e a Comunidade Lusófona na África: relações atuais e perspectivas de aprofundamento.** In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (org.). *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.* Brasília: IPEA, 2011. 217p.

JORGE, Nedilson. **As Relações Brasil-África e o Atlântico Sul.** In: *Seminário Segurança Cooperativa e Defesa no Atlântico Sul: Imperativos de Mudança ou a Força da Tradição?* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2012.

KEOHANE, Robert O. **Multilateralism: An Agenda for Research.** *International Journal*, v. 45, n. 4, pp. 731-764, 1990.

KEOHANE, Robert O; NYE, Jr., Joseph S. **Power & Interdependence.** New York: Pearson, 2012.

KEOHANE, Robert O; NYE, Jr., Joseph S. **Power and Interdependence in the Information Age.** *Foreign Affairs.* New York, v.77, n. 05, p.81-94, 2009.

KETTLE, Martin; WEDDERBURN, Dorothy. **Eric Hobsbawm obituary.** *The Guardian.* 2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/books/2012/oct/01/eric-hobsbawm>>. Acesso em 22 set. 2014.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas 2003. 310p.

LANDAU, Georges D. **O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento.** *Economia & Relações Internacionais*, São Paulo, 2008, v. 6, n. 12, p. 103-117.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de (org.). **San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre política externa.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 320p.

LIMA, Sérgio Alves. **Os Interesses navais brasileiros no Atlântico sul diante da incerteza da nova ordem mundial.** Palestra proferida durante a Aula Inaugural dos Cursos da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1994.

LOPES, Luara Landulpho Alves. **A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador.**

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. 233 p.

LOPES, Roberto. **OTAN ‘invade’ Atlântico Sul pela África.** *Defesanet*. 2014. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/africa/noticia/15127/OTAN-%E2%80%98invade%E2%80%99-Atlantico-Sul-pela-Africa-/>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

LUIS, Camila Cristina Ribeiro. **Pensamento Geopolítico Brasileiro e a Construção do Espaço Político Sul-Atlântico.** 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbed/article/view/48752>>. Acesso em 25 jul. 2015.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history 1660-1783.** New York: Dover Publications, 1987.

MANCCINI, Giulia. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia.** E-Gov. 2013. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-hist%C3%B3ria-e-efic%C3%A1cia>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

MAPA, Dhiego de Moura. **Inserção Internacional no Governo Lula: interpretações divergentes.** *Revista Política Hoje*, v.19, n. 1, pp. 39-79, 2010.

MARINHO, Henrique Medeiros. **O estudo das relações internacionais: teorias e realidade.** São Paulo, Aduaneiras, 2008.

MARXISTS. **Plano Marshall.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/plano_marshall.htm>. Acesso em 17 jul. 2015.

MATTOS, Leonardo Faria de. **A inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro.** *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 20, p.165-192, 2014.

MCCLORY, Jonathan. **THE NEW PERSUADERS: An international ranking of soft power.** London: Institute for Government, 2010.

MELLO, Flávia de Campos. **O Brasil e o Multilateralismo Contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2011.

METRI, Maurício. **A perda de autonomia do Brasil no “entorno estratégico”.** *Viomundo*. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/mauricio-metri-a-perda-de-autonomia-do-brasil-no-entorno-estrategico.html>>. Acesso em: 4 abr. 2014

MILLER, J. D. B. **Hedley Norman Bull (1932–1985).** *Australian Dictionary of Biography*, v.17, 2007, National Centre of Biography, Australian National University. Disponível em: <<http://adb.anu.edu.au/biography/bull-hedley-norman-175/text22009>>. Acesso em 25 July 2015.

MORAES, Igor Moreira. **Preenchendo o “Vazio De Poder” no Atlântico Sul – a contribuição da cooperação Brasil-Namíbia.** Disponível em: <<http://cenarioestrategico.com/?p=1930>>. Acesso em 17 mar. 2014.

MUNHOZ, Sidnei José. **Organização do Tratado do Atlântico Norte**. pp. 433 - 461. In: ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves; et. al. (Org.). **Atlântico: a história de um oceano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013. 546 p.

NASCIMENTO, Paulo R L. **A inserção internacional do Brasil e os novos desafios à Política de Defesa Nacional**, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/37/62>>. Acesso em 20 out 2013.

NASSER. Reginaldo Mattar; MORAES. Rodrigo Fracalossi de. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014. 284 p.

NATO. **Strategic Concept For the Defence and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Organisation**, Lisboa, 2010. 11p.

NEVES. André Luiz Varella. **Atlântico Sul: Projeção estratégica do Brasil para o Século XXI**. 2013. Disponível em: <www.eme.eb.mil.br/ceeex/public/arquivos/08.Artigo_Varella_T3.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2014

NYE, Jr., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

NYE, Jr., Joseph S. **Soft power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004. 206p.

O'GRADY, Mary Anastasia. **China Wants to Dig the Nicaragua Canal**. The Wall Street Journal. 2015. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/china-wants-to-dig-the-nicaragua-canal-1439159390>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Cooperação Técnica Internacional e Financiamento Externo: Aportes Teóricos**. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/1821/1528>>. Acesso em 14 jan. 2014.

OLIVIÉ, Iliana; GRACIA, Manuel; GARCÍA-CALVO, Carola. **Elcano Global Presence Report 2014**. Madrid: Real Instituto Elcano, 2014.

ONUKEI, Janina. **Interdependência, Cooperação e Multilateralismo**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014. 18 slides. Acompanha texto. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/165066/mod_resource/content/1/Aula%20Interdependencia%2014mar2014.pdf>. Acesso em 10 out. 2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Glossary of Statistical Terms: Twenty Foot Equivalent Unit**. 2002. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=4313>>. Acesso em 20 jul. 2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Institutional. **About the OECD: History**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/history/>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **Discurso por ocasião da VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Montevideu :15 jan. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 02, dez. 2008, p. 136-153. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas atores e visões.** Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2001.

PENNA, Pio. **Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI.** 2013.

PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz; BARBOSA, Luísa Calvete Portela. **O Atlântico Sul no Contexto das Relações Brasil-África.** *Século XXI*, Porto Alegre, v. 3, n.1, p.59-77, 2012.

PEREIRA, Antônio Celso Alves; PEREIRA, João Eduardo de Alves. **A Liberdade do Alto-Mar – Antecedentes Históricos dos Artigos de 87 a 90 da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito Do Mar.** In: BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antônio Celso Alves. *Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar.* Brasília: FUNAG, 2014.

PERSEUS. **Thucydides, The Peloponnesian War.** Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0200>>. Acesso em 8 jul. 2015.

PESCE, Eduardo Ítalo. **Além da Amazônia Azul: Projeção Estratégica do Brasil do Atlântico Sul.** *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.132, n.01/03, p.86-96 jan/mar. 2012.

PETROBRAS. Institucional. **Pré-sal.** Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

PETROBRAS. Institucional. **Somos a empresa que opera o maior número de plataformas flutuantes de produção no mundo.** 2015. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/somos-a-empresa-que-opera-o-maior-numero-de-plataformas-flutuantes-de-producao-no-mundo.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

PIRES, Samuel de Paiva. **Multilateralismo: uma inevitabilidade em Relações Internacionais.** *Jornal de Relações Internacionais*. Lisboa, v. 18, n. 04, p.70-73, 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Campos, 2000.

POVERTIES. **Causes of Poverty in Africa: Lost Continent or Land of Opportunities?** *Poverties*, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.poverties.org/poverty-in-africa.html>>. Acesso em 22 out. 2015.

POVERTIES. **Facts about Africa to Understand Poverty in the Continent.** *Poverties*, Oct 2011. Disponível em: <<http://www.poverties.org/poverty-in-africa.html>>. Acesso em 22 out. 2015.

POWELL, Lindsey. **In Defense of Multilateralism**. Global Environmental Governance: the Post-Johannesburg Agenda, 2003, New Haven, Connecticut, United States of America. Disponível em: <<http://www.yale.edu/gegdialogue/docs/dialogue/oct03/papers/Powell.pdf>>. Acesso em 30 set. 2015.

PRETO, Adriana Falcão. **O Conceito de Diplomacia Presidencial: o papel da Presidência da República na formulação de política externa**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 101p.

PRINCETON UNIVERSITY. Woodrow Wilson School. **Robert Keohane**. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~rkeohane/>>. Acesso em 22 set. 2014.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa**. Brasília: FUNAG, 2010.

QUADROS, Jânio. **Brazil's New Foreign Policy**. *Foreign Affairs*, 1961. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/1961-10-01/brazils-new-foreign-policy>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

RACY, J. Carlos. ONUKI, Janina. **Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais**. Disponível em <http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/racy.htm>. Acesso em 14 jan. 2014.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. **Atlântico Sul: um desafio para o século XXI – as velhas ameaças se perpetuam nas “novas”?** In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (org.). *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: IPEA, 2011. 217p.

RENZIO, Paolo de. et al. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes**. BRICS Policy Center. Rio de Janeiro. 2013.

RIZZI, Kamilla Raquel. **RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA NO PÓS-GUERRA FRIA: os condicionantes internos e a via multilateral**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 134p.

SANTOS JUNIOR, Anatólio dos; et al. **Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul: reflexos para a Defesa Nacional**. *Defesa Aérea & Naval*. 2015. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/perspectivas-de-conflitos-no-atlantico-sul-reflexos-para-a-defesa-nacional/>>. Acesso em 05 out. 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: FUNAG, 2015. 146 p.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCIENCE ENCYCLOPEDIA. **Neocolonialism**. Disponível em: <<http://science.jrank.org/pages/7920/Neocolonialism.html>>. Acesso em 22 set. 2015.

SEITENFUS, Ricardo. **A política externa do governo Lula é melhor do que a do governo FHC?** 2004. Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/arquivos/FSP-politica-externa-Lula-FHC.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2014.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa**. In: NASSER. Reginaldo Mattar; MORAES. Rodrigo Fracalossi de. O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014. 284 p.

SILVA, Luis Inácio Lula da; AMORIM Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva Presidente eleito da República Federativa do Brasil no “National Press Club”, em Washington, D.C.** p. 7-24. In: SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003. 80p.

SOUZA, André de Mello e. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. 277 p.

SPEKTOR Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. Revista Brasileira de Política *Internacional*, v.47, n.2, p 191-222, 2004.

SPYER, Juliano. **O que quer dizer "não zero"? Nãozero**. 2013. Disponível em: <<http://www.naozero.com.br/naozero>>. Acesso em 12 nov. 2015.

STRANGE, Susan. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy**. Cambridge University Press: Cambridge. 1996. 235 p.

STRATFOR. **Expansion of the Panama Canal and Global Shipping**. 2013. Disponível em: <www.stratfor.com/video/expansion-panama-canal-and-global-shipping>. Acesso em 20 jul. 2015.

SUYAMA, Bianca; LEITE, Iara Costa; WAISBICH, Laura Trajber. **Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização**. Policy Brief, 2013.

TAYLOR, Alan. **Expanding the Panama Canal**. *The Atlantic*. Jun 24, 2015. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/photo/2015/06/expanding-the-panama-canal/396716/>>. Acesso em 20 jul. 2015.

THE STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. **Max Weber Biography**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/weber/>>. Acesso em 12 out. 2015.

THOMPSELL, Angela. **A Chronological List of Independence Dates for Africa**. *African History*. 2015. Disponível em: <<http://africanhistory.about.com/library/timelines/blIndependenceTime.htm>>. Acesso em 12 out. 2015.

THOMPSON, Nathan; MUGGAH, Robert. **The Blue Amazon: Brazil Asserts Its Influence Across the Atlantic**. *Foreign Affairs*. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2015-06-11/blue-amazon?cid=soc-fb-rdr>>. Acesso em 12 ago. 2015.

TILL, Geoffrey. **Sea Power: A guide for the 21st century**. London: Routledge, 2009.

ULLRICH, Danielle Regina; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **A Atuação do Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** *Desenvolvimento em Questão*, v. 10, n. 20, pp 4-27, 2012.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic.** New York: UN, 1986.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Voting Summary A/RES/41/11.** Disponível em: <<http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?profile=voting&index=.VM&term=ares4111>>. Acesso em 22 out. 2015.

UNITED STATES AFRICA COMMAND. **About the Command.** Disponível em: <<http://www.africom.mil/about-the-command>>. Acesso em 22 out. 2015.

VAZ, Alcides Costa. **O Atlântico Sul e as perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul.** In: *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.* ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (org.). Brasília: IPEA, 2011. 217 p.

VEIGA, Pedro da Motta. **A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação.** *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v.3, n.116, p.p. 4-19, 2013.

VIETAS, Deborah; ABOIM, Isabel. **África: oportunidades para empresas brasileiras.** *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v.3, n.116, p.p. 20-33, 2013.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Júnior Haroldo. **A ideia de multilateralismo.** 2011. Disponível em: <<http://cemacro.fgv.br/node/303>>. Acesso em 02 jan. 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2004. 584 p.

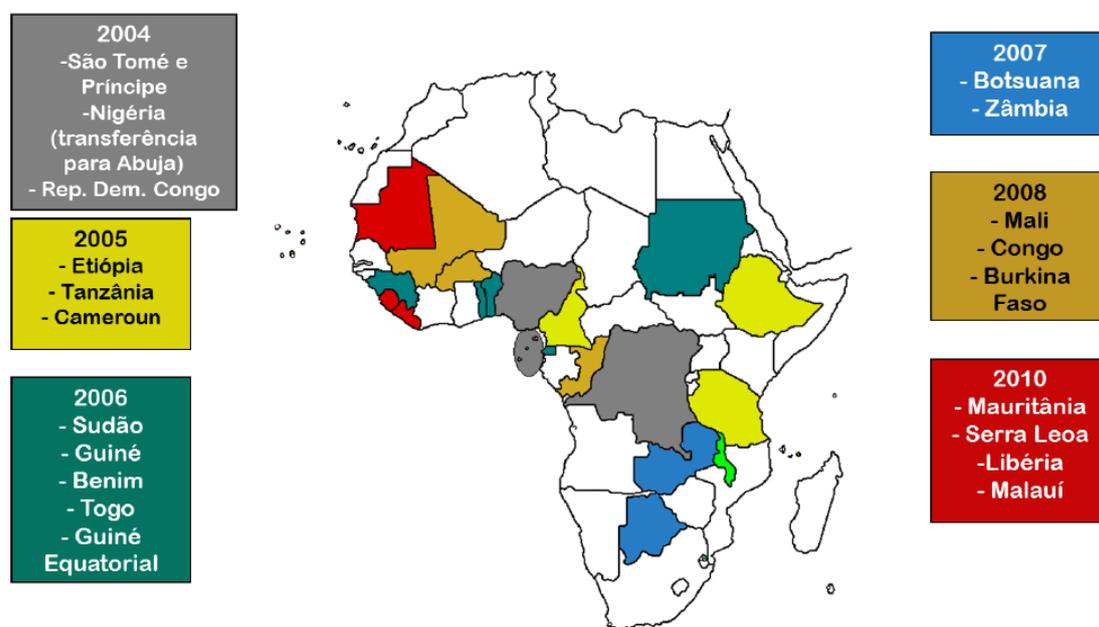
ZANELLA, Tiago Vinicius. **Curso de Direito do Mar.** Paraná: Juruá Editora, 2013.

ZIMMERMANN, Augusto. **Rui Barbosa, o “Águia de Haia”: Um breve estudo em homenagem ao centenário de sua participação na Segunda Conferência de Paz de Haia.** 2007. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA78MAE/ruy-barbosa>>. Acesso em 07 jan. 2015.

ZONE OF PEACE AND COOPERATION OF THE SOUTH ATLANTIC. **Declaration of Montevideo.** Montevideo: ZPCSA, 2013a.

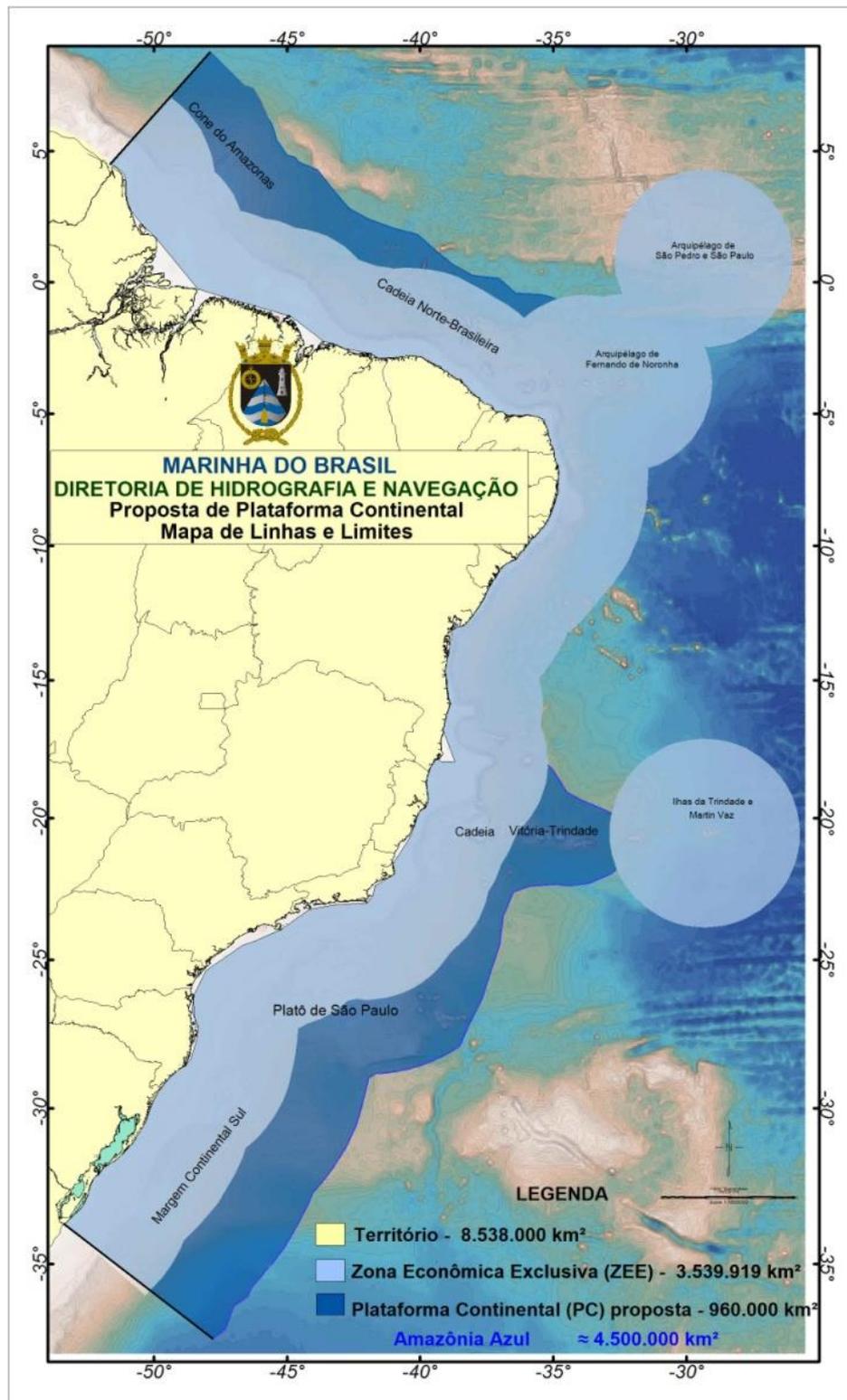
ZONE OF PEACE AND COOPERATION OF THE SOUTH ATLANTIC. **Montevideo Plan of Action.** Montevideo: ZPCSA, 2013b.

ANEXOS

Anexo A - Embaixadas brasileiras oficialmente abertas ou reativadas na África – 2003-2010

Fonte: ALMEIDA apud JORGE, 2012

Anexo B - Proposta do LEPLAC apresentada à CLPC



Fonte: Marinha do Brasil

Anexo C- Estados Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

1	África do Sul
2	Angola
3	Argentina
4	Benin
5	Brasil
6	Cabo Verde
7	Cameroun
8	Congo
9	Côte d'Ivoire
10	Gabão
11	Gâmbia
12	Gana
13	Guiné-Conacri
14	Guiné-Bissau
15	Guiné-Equatorial
16	Libéria
17	Namíbia
18	Nigéria
19	República Democrática do Congo
20	São Tomé e Príncipe
21	Senegal
22	Serra Leoa
23	Togo
24	Uruguai

Fonte: MRE

Anexo D - Resolução 41/11 da Assembleia da Organização das Nações Unidas

United Nations

A/RES/41/11

**General Assembly**

Distr. GENERAL

27 October 1986

ORIGINAL:
ENGLISH

A/RES/41/11

27 October 1986
50th plenary meetingDeclaration of a zone of peace and
co-operation in the South Atlantic

The General Assembly,

Conscious of the determination of the peoples of the States of the South Atlantic region to preserve their independence, sovereignty and territorial integrity and to develop their relations under conditions of peace and liberty,

Convinced of the importance of promoting peace and co-operation in the South Atlantic for the benefit of all mankind and, in particular, of the peoples of the region,

Convinced further of the need to preserve the region from measures of militarization, the arms race, the presence of foreign military bases and, above all, nuclear weapons,

Recognizing the special interest and responsibility of the States of the region to promote regional co-operation for economic development and peace,

Fully conscious that the independence of Namibia and the elimination of the racist regime of apartheid are conditions essential to guaranteeing the peace and security of the South Atlantic,

Recalling the principles and norms of international law applicable to ocean space, in particular the principle of the peaceful uses of the oceans,

Convinced that the establishment of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic would contribute significantly to the strengthening of international peace and security and to promoting the principles and purposes of the United Nations,

1. Solemnly declares the Atlantic Ocean, in the region situated between Africa and South America, a "Zone of peace and co-operation of the South Atlantic";

2. Calls upon all States of the zone of the South Atlantic to promote further regional co-operation, inter alia, for social and economic development, the protection of the environment, the conservation of living resources and the peace and security of the whole region;

3. Calls upon all States of all other regions, in particular the militarily significant States, scrupulously to respect the region of the South Atlantic as a zone of peace and co-operation, especially through the reduction and eventual elimination of their military presence there, the non-introduction of nuclear weapons or other weapons of mass destruction and the non-extension into the region of rivalries and conflicts that are foreign to it;

4. Calls upon all States of the region and of all other regions to co-operate in the elimination of all sources of tension in the zone, to respect the national unity, sovereignty, political independence and territorial integrity of every State therein, to refrain from the threat or use of force, and to observe strictly the principle that the territory of a State shall not be the object of military occupation resulting from the use of force in violation of the Charter of the United Nations, as well as the principle that the acquisition of territories by force is inadmissible;

5. Reaffirms that the elimination of apartheid and the attainment of self-determination and independence by the people of Namibia, as well as the cessation of all acts of aggression and subversion against States in the zone, are essential for peace and security in the South Atlantic region, and urges the implementation of all United Nations resolutions pertaining to colonialism, racism and apartheid;

6. Requests the Secretary-General to submit to the General Assembly at its forty-second session a report on the situation in the South Atlantic and the implementation of the present declaration, taking into account the views expressed by Member States;

7. Decides to include in the provisional agenda of its forty-second session the item entitled "Zone of peace and co-operation of the South Atlantic".

Fonte: United Nations

Anexo E - Resultado da votação da Resolução 41/11

Yes	Y CUBA	Y LAO PEOPLE'S DEMOCRATIC REPUBLIC	Y RWANDA	Non-Voting:	Abstentions
Y ALBANIA	Y CYPRUS	Y LEBANON	Y SAINT LUCIA	AFGHANISTAN	A BELGIUM
Y ALGERIA	Y CZECHOSLOVAKIA	Y LESOTHO	Y SAO TOME AND PRINCIPE	BELIZE	A FRANCE
Y ANGOLA	Y DEMOCRATIC YEMEN	Y LIBYAN ARAB JAMAHIRIYA	Y SAUDI ARABIA	CAMBODIA	A GERMANY, FEDERAL REPUBLIC OF
Y ANTIGUA AND BARBUDA	Y DENMARK	Y MADAGASCAR	Y SENEGAL	COMOROS	A ITALY
Y ARGENTINA	Y DJIBOUTI	Y MALAWI	Y SIERRA LEONE	COSTA RICA	A JAPAN
Y AUSTRALIA	Y ECUADOR	Y MALAYSIA	Y SINGAPORE	DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO	A LUXEMBOURG
Y AUSTRIA	Y EGYPT	Y MALDIVES	Y SOMALIA	DOMINICA	A NETHERLANDS
Y BAHAMAS	Y EQUATORIAL GUINEA	Y MALI	Y SPAIN	DOMINICAN REPUBLIC	A PORTUGAL
Y SAUDI ARABIA	Y ETHIOPIA	Y MALTA	Y SRI LANKA	EL SALVADOR	8
Y BANGLADESH	Y FINLAND	Y MAURITANIA	Y SURINAME	FIJI	No
Y BARBADOS	Y GABON	Y MAURITIUS	Y SWEDEN	GAMBIA	N UNITED STATES
Y BELARUS	Y GERMAN DEMOCRATIC REPUBLIC	Y MEXICO	Y THAILAND	GUATEMALA	1
Y BENIN	Y GHANA	Y MONGOLIA	Y TOGO	HONDURAS	
Y BHUTAN	Y GREECE	Y MOROCCO	Y TRINIDAD AND TOBAGO	LIBERIA	
Y BOLIVIA	Y GRENADA	Y MYANMAR	Y TUNISIA	MOZAMBIQUE	
Y CHILE	Y ISRAEL	Y PERU	Y TURKEY	SAINT KITTS AND NEVIS	
Y CHINA	Y JAMAICA	Y PHILIPPINES	Y UGANDA	SAINT VINCENT AND THE GRENADINES	
Y BOTSWANA	Y GUINEA	Y NEPAL	Y UKRAINE	SAMOA	
Y BRAZIL	Y GUINEA-BISSAU	Y NEW ZEALAND	Y UNITED ARAB EMIRATES	SEYCHELLES	
Y BRUNEI DARUSSALAM	Y GUYANA	Y NICARAGUA	Y UNITED KINGDOM	SOLOMON ISLANDS	
Y BULGARIA	Y HAITI	Y NIGER	Y UNITED REPUBLIC OF TANZANIA	SOUTH AFRICA	
Y BURKINA FASO	Y HUNGARY	Y NIGERIA	Y URUGUAY	SUDAN	
Y BURUNDI	Y ICELAND	Y NORWAY	Y USSR	SWAZILAND	
Y CAMEROON	Y INDIA	Y OMAN	Y VENEZUELA (BOLIVARIAN REPUBLIC OF)	SYRIAN ARAB REPUBLIC	
Y CANADA	Y INDONESIA	Y PAKISTAN	Y VIET NAM	VANUATU	
Y CAPE VERDE	Y IRAN (ISLAMIC REPUBLIC OF)	Y PANAMA	Y YEMEN	ZAMBIA	
Y CENTRAL AFRICAN REPUBLIC	Y IRAQ	Y PAPUA NEW GUINEA	Y YUGOSLAVIA	26	
Y CHAD	Y IRELAND	Y PARAGUAY	Y ZIMBABWE		
Y COLOMBIA	Y JORDAN	Y POLAND	124		
Y CONGO	Y KENYA	Y QATAR			
Y COTE D'IVOIRE	Y KUWAIT	Y ROMANIA			

Fonte: United Nations

Anexo F - Cursos oferecidos pelo Brasil aos Estados membros da ZOPACAS

Título	Período de Candidatura	Período de Realização	Divulgação do Resultado	Situação
Gestão e Planejamento na Zona Costeira e Marinha	05/08/2012 - 13/09/2012	14/10/2013 - 18/10/2013	23/09/2012	Encerrado
Criminalidade Transnacional	04/07/2013 - 15/07/2013	05/08/2013 - 16/08/2013	10/07/2013	Encerrado
Gestão Sustentável da Pesca e Aquicultura	01/09/2013 - 30/09/2013	05/11/2013 - 23/11/2013	10/10/2013	Encerrado
Organização dos serviços nas ações de controle da tuberculose para os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)	01/08/2013 - 30/08/2013	01/10/2013 - 22/10/2013	01/09/2013	Encerrado
Oceanografia no Atlântico Tropical – OceanTropic	01/08/2013 - 30/08/2013	01/10/2013 - 14/10/2013	01/09/2013	Encerrado

Fonte: ABC

Anexo G - Estados Membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Membros desde a formação (1948)		Membros admitidos posteriormente	
1	Áustria	17	Alemanha (1955)
2	Bélgica	18	Espanha (1959)
3	Dinamarca	19	Canadá (1961)
4	França	20	Estados Unidos da América (1961)
5	Grécia	21	Japão (1964)
6	Islândia	22	Finlândia (1969)
7	Irlanda	23	Austrália (1971)
8	Itália	24	Nova Zelândia (1973)
9	Luxemburgo	25	México (1994)
10	Noruega	26	República Checa (1995)
11	Países Baixos	27	Hungria (1996)
12	Portugal	28	Polónia (1996)
13	Reino Unido	29	Coreia do Sul (1996)
14	Suécia	30	Eslováquia (2010)
15	Suíça	31	Chile (2010)
16	Turquia	32	Eslovênia (2010)
		33	Israel (2010)
		34	Estónia (2010)

Fonte: OCDE

Anexo H - Estrutura da Agência Brasileira de Cooperação



CGPD : Coordenação-Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento;

CGRM : Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral;

CGRB : Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral;

CGMA : Coordenação-Geral de Cooperação Prestada nas Áreas de Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente;

CGTI : Coordenação-Geral de Cooperação Prestada nas Áreas de Tecnologia da Informação, Governança Eletrônica, Defesa Civil, Urbanismo e Transporte;

CGDS : Coordenação-Geral de Cooperação Prestada nas Áreas de Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Formação Profissional; e

CGAP : Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo.

Fonte: SIGAP

Anexo I - Cronologia das relações bilaterais do Brasil com a República da Angola

1975 – O Brasil é o primeiro país a reconhecer a independência de Angola

1980 – Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica

1982 – I Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral

1983 – II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral

1984 – III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral

1992 – V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral

2002 – Inicia-se a concessão de vagas em Universidades brasileiras para angolanos em cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG)

2003 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola

2005 – VI Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral

2007 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola

2010 – Visita do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil e assinatura da Parceria Estratégica

2011 – Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Angola

2012 – I Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível

Fonte: MRE

Anexo J - Relações comerciais bilaterais entre Brasil e Angola no período 1992-2013

Ano	Exportação	Importação
1992	3.755	1.988
1993	3.762	1.463
1994	3.018	1.454
1995	3.642	1.468
1996	5.095	2.040
1997	5.007	2.597
1998	3.543	2.079
1999	5.157	3.109
2000	7.921	3.040
2001	6.534	3.179
2002	8.328	3.760
2003	9.508	5.480
2004	13.475	5.832
2005	24.109	8.353
2006	31.862	8.778
2007	44.396	13.661
2008	63.914	20.982
2009	40.828	22.660
2010	50.595	16.667
2011	67.310	20.228
2012	71.093	23.717
2013	68.800	24.500

Fonte: MDIC

Anexo K - Projetos brasileiros de cooperação executados com Angola no período de 2003-2010

	Projeto de Cooperação	Instituições Executoras Brasileiras Parceiras	Setor (sub-setor)	Período
1	Preparação da visita do Presidente da República do Brasil ao projeto Centro de Formação Profissional Brasil-Angola e desenvolvimento de ações de cooperação técnica no âmbito do referido Projeto - Fase III (BRA/98/004-A021)	Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI)	Educação (Formação Profissional)	18/06/2003 - 31/10/2003
2	II Curso Internacional Sobre Plantio de Frutas Tropicais (BRA/98/004-A033)	Embrapa Mandioca e Fruticultura (EMBRAPA)	Agricultura (Curso Internacional)	18/10/2004 - 12/11/2004
3	Inserção Social pela prática Esportiva (BRA/04/044-S005)	Ministério do Esporte (ME)	Esporte (Educação de Crianças e Adolescentes)	01/04/2005 - 01/09/2006
4	Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola (BRA/04/043-S010)	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Agricultura (Políticas Públicas)	01/05/2005 - 31/12/2006
5	Transferência de Controle do Centro de Formação do Cazenga (BRA/04/044-A003)	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Educação (Formação Profissional)	11/05/2005 - 20/08/2005
6	Apoio à instalação do Telecentro em Angola (BRA/98/004-A043)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação -Casa Civil (ITI); Serviço de Processamento de Dados (SERPRO)	Administração Pública (Governança Eletrônica)	08/07/2005 - 30/07/2005
7	Prospecção da realidade angolana na área da Administração Pública para formulação de projeto de cooperação técnica Brasil-Angola (BRA/98/004-A054)	Escola de Administração Fazendária (ESAF)	Administração Pública (Políticas Públicas)	20/11/2005 - 30/12/2005

8	BRA/04/044-A030 - Identificação das necessidades Angolanas nas áreas de Gestão da Cultura, Recuperação de Acervo Audiovisual e Arquivo Histórico.	Ministério da Cultura - MinC; Universidade Federal da Bahia - UFBA	Cultura (Patrimônio Histórico e Artístico)	01/03/2006 - 17/04/2006
9	BRA/04/044-A041 - Identificação das necessidades Angolanas nas áreas de Malária, Saúde da Família, Nutrição, Vigilância em Saúde e Banco de Leite	Ministério da Saúde - MS	Saúde (Controle e Prevenção de Doenças)	10/05/2006 - 20/06/2006
10	BRA/04/044-S035 - Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Meio Ambiente (Educação Ambiental)	31/05/2006 - 01/12/2007
11	BRA/04/044-A056 - Apoio à Formação de Quadros de Comunicação Institucional para os Parlamentos dos Países de língua Portuguesa: Técnicas de Jornalismo e Relações Públicas	Assessoria de Projetos Especiais da Câmara dos Deputados - APECD	Indústria e Comércio (Políticas Públicas)	20/07/2006 - 20/09/2006
12	BRA/04/044-A057 - Oficina de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa	Ministério da Educação - MEC; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO	Educação (Formação Profissional)	01/08/2006 - 01/10/2006
13	BRA/04/044-A073 - Identificação das necessidades Angolanas na área dos Censos, Pesquisas de Tecnologia de Informação e Planejamento Estratégico.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	Planejamento (Demografia)	09/10/2006 - 20/11/2006
14	BRA/04/044-A108 - Apoio à Estruturação de Rede de Bibliotecas na Área da Saúde em Angola e em Moçambique	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Saúde (Políticas Públicas)	16/02/2007 - 16/04/2007
15	BRA/04/044-S073 - Apoio à Reestruturação do Telecentro de Luanda	Ministério das Relações Exteriores - MRE	Desenvolvimento Social (Inclusão Social)	29/06/2007 - 31/05/2009

16	BRA/04/044- ANPROTEC - Missão de Apoio a Pequenas e Médias Empresas em Luanda	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC)	Cooperação Técnica (Missão de Prospecção/Multidisciplinar)	19/07/2007 - 19/09/2007
17	BRA/04/044-A145 - Missão de Apoio à Incubadora Empresarial de Luanda	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC)	Educação (Formação Profissional)	19/07/2007 - 19/09/2007
18	BRA/04/043-A059 - Missão de Formulação de Projeto ABC/EMBRAPA e JICA visando a definição do Conteúdo do Curso Internacional de Produção e Processamento da Mandioca	Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical. - CNPMF/EMBRAPA	Agricultura (Políticas Públicas)	08/08/2007 - 08/11/2007
19	BRA/04/044-S083 - Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/MS	Saúde (Políticas Públicas)	10/09/2007 - 11/09/2008
20	BRA/04/044-A165 - CURSO DE ENFERMAGEM - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O HOPITAL JOSINA MACHEL, LUANDA.	Universidade de São Paulo - USP	Saúde (Políticas Públicas)	04/10/2007 - 02/12/2007
21	BRA/04/043-A068 - II Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças (JFY 2007)	Embrapa Hortaliças - EMBRAPA-HT	Agricultura (Políticas Públicas)	22/10/2007 - 22/05/2008
22	BRA/04/044-A172 - Missão de Estudo e Pesquisa para Desenvolvimento de Projeto de Cooperação Técnica na área de Formação Profissional em Angola, no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão	Serviço Nacional de aprendizagem Industrial - SENAI	Cooperação Técnica (Missão de Prospecção/ Multidisciplinar)	29/10/2007 - 30/07/2008

23	BRA/04/044-S091 - Capacitação para Elaboração de Proposta Curricular	Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC	Educação (Ensino Fundamental)	16/11/2007 - 30/03/2011
24	BRA/04/043-A064 - CURSO DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O HOPITAL JOSINA MACHEL, LUANDA	Hospital Santa Cruz - HSC/SP	Saúde (Políticas Públicas)	20/11/2007 - 20/01/2008
25	BRA/04/044-A193 - II CURSO DE CAPACITAÇÃO EM NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS PARA PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	Não informado	Relações Exteriores (Conferências Internacionais)	02/01/2008 - 31/03/2008
26	BRA/04/044-A187 - Missão de Prospecção para a Implementação de Cooperação Técnica na Produção de Anti- retrovirais	Farmanguinhos/Fiocruz	Saúde (Medicamentos)	03/01/2008 - 26/02/2008
27	BRA/04/044-A191 - CURSO DE ANÁLISE DE LABORATÓRIO - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O HOSPITAL JOSINA MACHEL, LUANDA	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Saúde (Gestão Hospitalar)	01/02/2008 - 15/05/2008
28	BRA/04/043-A072 - Curso técnico de radiologia - programa de capacitação de recursos humanos para o Hospital Josina Machel, Luanda	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Saúde (Cooperação Técnica)	11/02/2008 - 11/05/2008
29	BRA/04/044-S096 - Escola de Todos	Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação - SEESP	Educação (Educação Especial)	14/03/2008 - 30/06/2010

30	BRA/04/044-A236 - Missão de avaliação final do BRA04/044 - Subprojeto S035: "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Meio Ambiente (Educação Ambiental)	17/07/2008 - 17/09/2008
31	BRA/04/044-A240 - II CURSO DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O HOPITAL JOSINA MACHEL, LUANDA	Ministério da Saúde - MS	Saúde (Políticas Públicas)	23/07/2008 - 23/12/2008
32	BRA/04/043-A113 - IV Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Agricultura (Fruticultura)	27/08/2008 - 27/02/2009
33	BRA/04/044-A253 - Missão da Pastoral da Criança para Desenvolvimento e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica	Pastoral da Criança- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - PC-CNBB	Desenvolvimento Social (Combate à mortalidade infantil)	03/09/2008 - 03/12/2008
34	BRA/04/044-S126 - Fortalecimento da Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola	Ministério da Cultura - MinC	Cultura (Restauração)	29/09/2008 - 30/06/2010
35	BRA/04/044-S127 - Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola	Ministério da Cultura - MinC	Cultura (Patrimônio Histórico e Artístico)	29/09/2008 - 30/06/2010
36	BRA/98/004- A073 - XIII Curso Internacional sobre Doenças Tropicais - (JFY2008)	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Saúde (Controle e Prevenção de Doenças)	01/10/2008 - 20/12/2008
37	BRA/04/044-A270 - Missão para Planejamento do Censo Demográfico de 2010 e Desenvolvimento e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica na Área Demográfica em Angola	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	Planejamento (Estatísticas Gerais)	31/10/2008 - 31/03/2009

38	BRA/98/004-A083 - Missão de Estudos sobre o Sistema Único de Saúde para Países de Língua Portuguesa	Ministério da Saúde - MS	Saúde (SUS)	04/11/2008 - 30/12/2008
39	BRA/04/043-A143 - Missão de Prospecção de Atividades de Cooperação Técnica com o Governo angolano	Ministério das Relações Exteriores - MRE	Desenvolvimento Social (Inclusão Social)	01/01/2009 - 31/12/2009
40	BRA/04/043-A157 - Missão para detalhamento de projeto para continuidade da capacitação do sistema de saúde de Angola	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/MS	Saúde (Educação Sanitária)	24/01/2009 - 24/03/2009
41	BRA/04/043-A152 - Missão de prospecção para a formulação do projeto Funcionamento Provisório do Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial – CREDE/Luanda	Não informado	Planejamento (Estratégias de Desenvolvimento)	02/02/2009 - 06/02/2009
42	BRA/04/043-A204 - Missão de Capacitação da Pastoral da Criança a Angola	Pastoral da Criança - PC	Desenvolvimento Social (Combate à mortalidade infantil)	12/03/2009 - 31/07/2009
43	BRA/04/043-A154 - O Brasil e a CPLP na abordagem do tema recursos hídricos: proposta de reunião de trabalho em Istambul	Agência Nacional de Águas - ANA	Meio Ambiente (Recursos Hídricos)	10/04/2009 - 30/04/2009
44	BRA/04/043-A326 - Capacitação para diplomatas dos Estados membros da CPLP	Instituto Rio Branco - IRBr; Ministério Das Relações Exteriores - MRE	Educação (Formação Profissional)	31/07/2009 - 30/09/2010
45	BRA/04/043-A334 - II Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico – Consegí 2009	Serviço de Processamento de Dados - SERPRO	Administração Pública (Governança Eletrônica)	01/08/2009 - 30/09/2009
46	BRA/04/043-A369 - Missão de prospecção a Países em Desenvolvimento de Língua Portuguesa no	Empresa Brasil de Comunicação - EBC	Comunicações (Telecomunicações)	15/09/2009 - 15/05/2010

	âmbito da comunicação social			
47	BRA/04/044-A306 - Formação de Quadros nos domínios das Metodologias de Ensino, Metodologias qualitativa e quantitativa de Pesquisa Científica	Universidade de Brasília - UNB	Educação (Ensino Superior)	15/10/2009 - 30/12/2009
48	BRA/04/044-A304 - Capacitação de Recursos Humanos na Área da Biblioteconomia	Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	Educação (Ensino Superior)	15/10/2009 - 20/02/2010
49	BRA/04/044-A305 - Formação de Quadros nos domínios das Tecnologias Educativas	Instituto de Ensino Superior COC - IESCOC	Educação (Ensino Superior)	01/11/2009 - 31/12/2009
50	BRA/04/044-A367 - Missão a Angola para finalização e assinatura de projetos de cooperação	Ministério da Saúde (Brasil) - MS	Saúde (Controle e Prevenção de Doenças)	08/02/2010 - 01/04/2010
51	BRA/04/044-A471 - PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES AFRICANOS NO II FORUM ÁFRICA BRASIL-BAHIA PELA SUSTENTABILIDADE DAS ÁGUAS	Instituto de Gestão das Águas e Clima - INGÁ	Meio Ambiente (Recursos Hídricos)	14/05/2010 - 15/07/2010
52	BRA/04/044-S232 - Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR	Educação (Formação Profissional)	23/06/2010 - 28/02/2014
53	BRA/04/044-S230 - Projeto-Piloto em Doença Falciforme	Ministério da Saúde (Brasil) - MS	Saúde (Controle e Prevenção de Doenças)	23/06/2010 - 30/08/2015
54	BRA/04/044-S242 - Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola - Fase II	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/MS; Ministério da Saúde - Aisa - MS	Saúde (Controle e Prevenção de Doenças)	23/06/2010 - 30/08/2015

Fonte: Dados compilados pela autora a partir das informações disponíveis no relatório da ABC

Anexo L - Cronologia das relações bilaterais do Brasil com Namíbia

1987 – Visita de Sam Nujoma ao Brasil como líder da SWAPO, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney

1989 – Abertura do Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek

1990 – Criação da Embaixada do Brasil em Windhoek

1991 – Visita do Presidente Fernando Collor a Windhoek

1994 – Assinatura de Acordo de Cooperação Naval

1995 – Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica

1995 – Visita do Presidente Sam Nujoma ao Brasil

1999 – Visita do Presidente Sam Nujoma ao Brasil

2001 – Renovação do Acordo sobre Cooperação Naval

2003 – Abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília

2003 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Windhoek

2004 – Visita do Presidente Sam Nujoma ao Brasil

2005 – Visita do Vice-Presidente José Alencar a Windhoek para a posse do Presidente Hifikepunye Pohamba

2009 – Visita do Presidente Hifikepunye Pohamba ao Brasil

2011 – Realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Namíbia, em Windhoek

2012 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, Utoni Nujoma

Fonte: MRE

Anexo M - Relações comerciais bilaterais entre Brasil e Namíbia no período 1992-2013

Ano	Exportação	Importação
1992	1.341	1.283
1993	1.240	1.326
1994	1.308	1.412
1995	1.409	1.616
1996	1.418	1.670
1997	1.338	1.753
1998	1.232	1.648
1999	1.234	1.610
2000	1.320	1.550
2001	1.179	1.547
2002	1.072	1.470
2003	1.262	1.980
2004	1.827	2.396
2005	2.070	2.577
2006	2.647	2.884
2007	2.922	3.520
2008	3.141	4.340
2009	3.146	4.980
2010	4.026	5.570
2011	4.407	6.593
2012	4.369	7.256
2013	4.623	7.575

Fonte: MDIC